

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

Fernando Altair Pocahy

**A PESQUISA FORA DO ARMÁRIO:
ENSAIO DE UMA HETEROTOPIA QUEER**

**Porto Alegre
2006**

Fernando Altair Pocahy

**A PESQUISA FORA DO ARMÁRIO:
Ensaio de uma heterotopia queer**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador

Henrique Caetano Nardi

Porto Alegre

2006

Fernando Altair Pocahy

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação (título e subtítulo) A PESQUISA FORA DO ARMÁRIO. ENSAIO DE UMA HETEROTOPIA QUEER, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação defendida e aprovada em: ____/____/____

Comissão Examinadora:

Guacira Lopes Louro, UFRGS

Neuza Maria de Fátima Guareschi, PUCRS

Roger Raupp Rios, Justiça Federal

Rosane Neves da Silva, UFRGS

**Para a Gurizada. Jovens que fizeram deste projeto uma heterotopia
chamada Saindo do Armário e Entrando em Cena**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o ensaio de uma heterotopia, que sem amizade(s) não seria possível. Agradeço a todas/os aquelas/eles que estiveram presentes, cada um ao seu modo, nesta **in(ter)venção**:

Aos companheiros Adriano Pinto, Célio Golin, Cláudio Nunes, Fernando Pecoits, Glademir Lorensi, Luís Gustavo Weiller, Paulo Shmidt e Perseu Pereira, por esta *lôca* e ética heterotopia chamada nuances. E muito especialmente às jovens e aos jovens que participa(ra)m deste projeto e que fazem parte desta nossa história.

Agradeço às amigas: Raquel da Silva Silveira que desde sempre me arrebatou com a sua impaciência de liberdade e que me levou consigo nas suas viagens. Sem ela, talvez eu demorasse um tempo mais para decidir por este mestrado; Luciana Fogaça Monteiro, grande amiga e companheira, sempre se ocupando das minhas coisas, de mim; Silvia Silveira pela doce acolhida, pelas partilhas e suas preocupações comigo; e a Rafaela, pela amizade que se produziu neste encontro do mestrado e pelas intersecções em meu trabalho.

Aos amigos Fernando Valadares, Gerson Hermes, Pablo Campilongo e Zé Reckziegel, uma adorável *coMona*.

A amiga e sempre mestra Carmen Oliveira.

Às professoras Guacira Louro, Rosane Neves e Neuza Guareschi e a Roger Raupp Rios que aceitaram participar desta construção, com suas acolhidas e as inestimáveis contribuições.

À professora Daniela Knauth pela sua importante contribuição durante a qualificação do projeto de pesquisa.

A Veriano Terto Jr. por todas as suas gentilezas, pelas suas sugestões e provocações em meu trabalho e pela possibilidade que me abriu de ter acessado a produção da ABIA.

A Henrique Caetano Nardi pela história de amizade e de aprendizagem que a gente inventou.

Ao pessoal lá de casa, minha família, que sempre segurou a onda e que *entende* as coisas que eu faço.

Expresso ainda meus agradecimentos ao apoio da CAPES, para que eu tivesse suporte financeiro e institucional para prosseguir com este estudo. A todos os professores do PPGPSI. E ao o Programa Brasil França de aids, na figura do PN DST/AIDS, pela possibilidade de ampliar a minha formação e a minha rede de trabalho durante o estágio na França.

Aqui não adianta latir, tem que morder!
Gilles Deleuze

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
I – A PESQUISA FORA DO ARMÁRIO.....	27
I.I – sobre a composição do campo de análise	29
I.II – uma juventude clandestina.....	34
I.III – a definição do problema de pesquisa.....	48
I.IV – ferramentas conceituais e os princípios do método	49
I.V – caracterização da intervenção	57
II – HOMOFOBIA: UM MUNDO DE INJÚRIAS	61
II.I – humanos e inumanos	68
II.II – proteger(-se) e violar	72
II.III – o corpo em revista e os limites incorporados da norma	79
III – ENSAIO PARA UMA HETEROTOPIA JUVENIL	90
III.I - o direito de cidade e a constituição de espaços outros.....	102
III.II – por uma política da amizade	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “A RUA DERRUBA O ARMÁRIO”	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120

Abreviaturas

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Rio de Janeiro)

AIDES - Association de Lutte Contre le SIDA (França)

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Porto Alegre)

BABOP - The Berlin Working Group for Civic Education (Alemanha)

CESec/ Cândido Mendes – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/
Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro)

CLAM/IMS/UERJ – Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos –
Instituto de Medicina Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de
Janeiro)

CRIPS - Centre Régional d'Information et de Documentation (França)

DST – Doença Sexualmente Transmissível

FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (São Paulo)

FPERGS - Fundação de Proteção Especial do RS (Porto Alegre)

GAPA/RS – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (Porto Alegre)

GLBTTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

IGUALDADE – Associação de Travestis e Transexuais do RS (Porto Alegre)

HSH – Homens que fazem Sexo com Homens

Ligne Azur. Linha de escuta telefônica anônima e confidencial para questões
relacionadas à sexualidade (França)

MAG – Association des Jeunes Gaies e Lesbiennes (França)

MIX Brasil – web site (São Paulo)

MP do RS – Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

nuances – grupo pela livre expressão sexual (Porto Alegre)

NUPACS/ UFRGS – Núcleo de Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde

PN DST/AIDS – Programa Nacional de DST/AIDS (Brasília)

SC DST/AIDS - Seção de DST/AIDS da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA – United Nations Population Fund

Vox Asociación. ONG pelos direitos de gays, lésbicas, travestis e transgêneros (Argentina)

Resumo

Este trabalho problematiza as experimentações da sexualidade de jovens que se auto-identificam como lésbicas, gueis, travestis, heterossexuais, bissexuais e transexuais e que aderiram a uma ação de saúde, no campo das doenças sexualmente transmissíveis/ hiv e aids. Além de seu caráter de enfrentamento à epidemia, a intervenção permitiu-nos analisar os modos como os jovens produzem experimentações na sexualidade face à homofobia presente na sociedade brasileira. O estudo é orientado metodologicamente pela perspectiva da pesquisa-intervenção e os seus resultados apontam para alguns dos limites e das possibilidades das ações de saúde junto ao público juvenil. No que se refere ao acesso e à produção da cultura da diversidade sexual e consolidação dos direitos humanos, este estudo indica que as atividades do grupo de jovens possibilitaram a construção de um *locus* de reflexividade ética e de ocupação agonística da cidade; uma vez que estes jovens vivem no avesso de dois dispositivos de normalização; ou seja, da hetero e da homonormatividade, evidenciadas na íntima relação da normalização sexual com a desigualdade econômica. Assim, a ação buscou transformar as condições de vulnerabilidade, explorando as possibilidades de deslocamento de uma posição abjeta para a de cidadão de direitos pela via da reflexão e da ampliação das redes de sociabilidade. Este efeito foi buscando principalmente na formulação de estratégias coletivas de enfrentamento das capturas identitárias ligadas à estigmatização da pobreza na sua associação com as sexualidades ditas marginais. O Projeto Gurizada, Saindo do Armário e Entrando em Cena foi realizado pela ONG nuances - grupo pela livre expressão sexual, atuante em Porto Alegre; em cooperação com a UNESCO, o Programa Nacional de DST/AIDS e a Coordenação Estadual de DST/AIDS da Secretaria da Saúde do RS. A pesquisa-intervenção foi realizada em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Palavras-chave: juventudes – homossexualidades – pesquisa-intervenção – homofobia – direitos humanos

Résumé

Ce travail problématise l'expérimentation de la sexualité chez les jeunes gais, transsexuels et travestis, hétérosexuels, lesbiennes et bisexuels qui ont adhéré à un projet de prévention dans le domaine des MST/SIDA. En plus de l'objectif de combat de l'épidémie, l'intervention nous a donné la possibilité d'analyser des modes d'expérimentation de la sexualité face à l'homophobie présente dans la société Brésilienne. L'étude est orientée méthodologiquement par la perspective de la recherche-intervention, et ses résultats indiquent quelques possibilités et limites des actions de prévention dirigées à l'égard des jeunes. Le dispositif utilisé, sous forme de groupe, est orienté par la perspective de promotion d'une culture de respect de la diversité d'orientation sexuelle et d'affirmation des droits sexuels en tant que droits de l'homme. Notre étude indique que les activités du groupe ont permis la construction d'un espace de réflexion éthique et d'occupation citoyenne de l'espace public. L'analyse de la dynamique du groupe a démontré que la réflexion sur la sexualité était fortement influencée par l'hétéro et l'homonormativité. Ces deux dispositifs de normalisation sont, à leur tour, intimement liés à l'inégalité économique et sociale. L'action proposée a essayé de transformer les conditions de vulnérabilité en exploitant les possibilités de changement de position des membres du groupe, i.e., d'une situation d'abjection à une position de citoyen. Cet effet a été possible par la formulation des stratégies d'élargissement des réseaux de sociabilité dans le but d'affronter les captures identitaires liées à la stigmatisation de la pauvreté et son association à des sexualités dites marginales. Le projet "Sortir du placard et rentrer en scène" a été accompli par l'ONG Nuances – groupe pour la libre expression de la sexualité, avec le soutien de l'UNESCO, du Programme Brésilien et de la Coordination régionale de combat des MST/SIDA du Département de Santé de l'État du Rio Grande do Sul, à Porto Alegre. La recherche-intervention a été conduite dans un partenariat avec le Troisième Cycle en Psychologie Sociale de l'Université Fédérale du Rio Grande do Sul.

Mots-clés : jeunesses - homosexualités - recherche-intervention – homophobie – droits de l'homme

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação busca problematizar as experimentações da sexualidade de um grupo de jovens, a partir de uma pesquisa-intervenção¹ acoplada a ação da ONG nuances – grupo pela livre expressão sexual, Projeto Gurizada, Saindo do Armário e Entrando em Cena. O objetivo do trabalho foi o de instaurar um lócus de reflexão e de ação como estratégia de enfrentamento das violências associadas às experimentações das sexualidades tidas como periféricas, minoritárias ou não hegemônicas.

A pesquisa surgiu também como estratégia de qualificação das ações no campo do hiv/aids, dirigidas aos jovens que se auto-identificam como homossexuais (e/ou como gays) e outros homens jovens que fazem sexo com homens(hsh)², dentro do quadro de ações de prevenção do Programa Nacional de DST/AIDS e da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

1 Os conceitos-ferramenta utilizados nesta apresentação e o detalhamento da intervenção estarão definidos no decorrer da dissertação.

2 Segundo Parker (2002), “no fim da década de 1980 e início da de 90, particularmente no rastro da pandemia global da Aids, a complicação de exotismos homoeróticos passou a ser mais intensa, impulsionada agora não só por interesses acadêmicos, mas também por exigências práticas em reação à epidemia. Nesse contexto, a construção de tipos homossexuais contrastantes ganhou impulso adicional – os debates sobre a existência ou não da homossexualidade (tanto comportamentos como identidades) na África tornaram-se o foco de grande atenção(...) Esses debates, por sua vez, foram rapidamente justapostos a toda uma configuração intelectual de “homens que fazem sexo com homens” na Ásia e na América Latina (...) em oposição a homens gays (e lésbicas) no mundo anglo-europeu”.(p.21)

Através deste trabalho buscamos³ formular questões e propostas para as ações de saúde, discutindo a respeito dos fatores que contribuem para o recrudescimento da epidemia, em especial, a vulnerabilidade social associada aos estigmas das sexualidades, performances de gênero, classe social, às etnias não-brancas e às juventudes determinadas como periféricas.

Estrategicamente, desde os primeiros movimentos do projeto, buscamos ampliar a diversidade de acesso ao projeto para outras e outros jovens que se auto-identificam como gueis⁴, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e heterossexuais (glbtth). Ao fugir de uma perspectiva tradicional de intervenção com grupos (tradicionalmente baseados na perspectiva identitária) buscamos o tensionamento dos dispositivos da sexualidade que reforçam os binarismos de gênero, como aqueles mesmos que fundam estas descrições, ou seja, as categorias glbtth.

Embora estas categorias sejam arbitrárias, assim como a própria definição de juventude (vastamente utilizada neste trabalho), elas estarão sendo empregadas como uma possibilidade de compreensão das próprias normas que as instituíram.

* * *

Considerando que este estudo-intervenção foi realizado no seio de uma organização não-governamental, da qual sou integrante e um dos coordenadores da ação, o recurso da análise das implicações constituiu-se em uma das ferramentas-chave no processo de execução da pesquisa. Nesta direção, a minha recente trajetória como pesquisador e ativista, as quais marcam meu trabalho e lugar no

3 Embora esta dissertação seja escrita em primeira pessoa, o plural é utilizado aqui, e o será em outros momentos, porque esta intervenção é coletiva – dizendo respeito à organização não-governamental nuances e ao aporte deste PPG.

4 Grafado em consonância com vocábulo na língua portuguesa (ver Dicionário Aurélio) e com a histórica utilização do termo por algumas vertentes do movimento homossexual brasileiro, em especial à mídia Jornal Lampião de Esquina e pela ong nuances.

mundo, constituíram-se no material a partir do qual a ferramenta de análise da implicação foi posta em ação. A reflexão de minha implicação no processo é fundamental, assim como a análise da experimentação dos jovens que construiu o campo de intervenção. Todos somos sujeitos na pesquisa. Isto é, parto do princípio de que o sujeito se produz a partir da experiência, como aponta Scott (apud ERIBON, 1999). Ou seja, não são os indivíduos que produzem as experiências, mas os sujeitos é que são produzidos por estas experiências.

Compreensão esta que deriva, certamente, de Foucault (1984a) e diz respeito à correlação entre cultura, campos de saber, normatividade e formas de subjetividade. Sendo assim, é o processo de intervenção que está em análise, o qual é indissociável de minha experiência como operador da intervenção, definindo assim a experiência (de todos os participantes, incluindo aí o pesquisador) como a figura-chave da análise de implicação.

Segundo Hüning e Guareschi (2005):

a noção de intervenção passa a ser ampliada para os efeitos discursivos que provocam modos de subjetivação sobre os sujeitos por estes interpelados [...] Ao mesmo tempo afeta aqueles que se posicionam como interventores sobre que é falado. [...] intervenção como aquilo que se produz, via discurso, nos modos de subjetivação” (p.120).

Assim, o trabalho exigiu, no percurso de mais de 12 meses de atividades de campo⁵, esforços para compreender como se produzem os dispositivos de subjetivação (FOUCAULT, 1968) em um determinado campo de relações de poder – desde os diferentes aparelhos prescritivos na sociedade (como a família, as instituições educativas, de assistência social, a(s) igreja(s), etc.) até as instâncias de resistência organizada – na figura das organizações não-governamentais.

⁵ A idéia de campo não se refere aqui exclusivamente ao “contorno” ou terreno onde se fez o estudo, mas, sobretudo, na constituição deste processo de problematização que materializou a intervenção, na forma de projeto.

Perseguindo ainda os caminhos de Foucault (1984a), trata-se de problematizar a/s maneira/s como “o sujeito” pode estabelecer uma relação consigo, através de certo número de técnicas e regras – jogos de verdade - que o constituem como sujeito. E, deste modo, buscar compreender a que sorte de condições o sujeito está submetido, qual estatuto ele assume, qual posição ele pode ocupar, no real ou no imaginário, para tornar-se sujeito legítimo de tal ou qual conhecimento.

Empenhei-me em criar condições críticas para que se pudesse também compreender as relações de poder presentes nesta intervenção que poderiam corroborar para a efetivação de uma outra norma, a norma homossexual (ou dito de outra forma, de uma homonormatividade). Este risco se fazia presente e por esta razão buscou-se permanentemente a problematização, ou seja, o movimento de análise que possibilita compreender como um conjunto de práticas discursivas ou não discursivas, faz “algo” entrar no jogo do verdadeiro e do falso e, ao mesmo, tempo constituem este algo como objeto para o pensamento (FOUCAULT, 1984b).

O risco da homonormatividade se fazia presente, pois a ação poderia percorrer o caminho de uma política afirmativa não refletida e sucumbir à dimensão do “reconhecimento”. E isto equivaleria a uma moral de escravo - em que ao se procurar o reconhecimento seria o mesmo que desejar certa forma de subordinação a uma norma desde já existente (BUTLER, 2005a).

Apesar deste esforço de problematização, a pesquisa certamente não está isenta da presença de convicções e atitudes, por vezes afirmativas e até marcadas por certa onipotência, bem possíveis na subjetivação militante. Há, aqui, neste processo, uma demarcação política que, para além do aporte acadêmico, não prescinde das prerrogativas e “saberes identitários e coletivos” (que ousou chamar de saberes locais e institucionais), ou seja, o saber da militância, da vida cotidiana e

suas lutas, desde há muito estabelecidos e que dizem respeito a uma experiência e a uma determinada constituição de sujeito.

O trabalho produziu muitas tensões e, por isto, reitero, o importante papel que a análise das implicações veio ocupar. Talvez um dos mais expressivos conflitos tenha sido aquele que se relacionou aos efeitos de um encontro na produção do próprio campo de análise, a qual conjugou um fazer acadêmico específico e um movimento social. Afinal, a instância acadêmica que organizou/potencializou o percurso do mestrado, se fez no seio da psicologia, um dos campos de saber que mais contribuiu e vem contribuindo para a afirmação de um saber legítimo sobre a “constituição” dos sujeitos por meio uma verdade sobre seu sexo, fazendo funcionar o dispositivo da sexualidade, nos termos de uma administração da vida e naquilo que Foucault (1976) veio chamar de biopoder.

De outra parte, a ação se fez sustentada por uma organização social no campo dos Direitos Humanos que, em especial, no contexto do movimento homossexual brasileiro, faz fortes críticas aos saberes psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) e médicos (incluindo-se, novamente, a psiquiatria), especialmente no que tange à compreensão e suas intervenções sobre sexualidade e gênero.

Portanto, este meu “um pé lá, outro cá” como popularmente costumamos dizer, fez com que, muitas vezes, me sentisse um estranho no(s) ninho(s). Mas esta tensão, ou talvez, e melhor, este estranhamento, produzido pela diferença do lócus onde me formei/venho me formando academicamente e do lugar de onde venho me construindo ativista pelos direitos humanos, esta angústia de dois lugares, produziu bons efeitos, realmente ampliadores do pensamento e da atitude, na feitura desta pesquisa-intervenção e na minha vida.

Este trabalho tem a árdua intenção de provocar novos olhares sobre este campo de produção de conhecimento e de transformação. Convocando a Psicologia, no que ela pode oferecer para a promoção da dignidade humana, através de um movimento de reversibilidade da marca de saber prescritivo – normativo - que a acompanha.

Para isto, analiso na dissertação um destes possíveis efeitos: como se pode operar face à violação dos direitos humanos. Esta perspectiva de ação em muito ajudou a problematizar como se produzem as dominações e se reforçam os padrões estabelecidos em relação à inteligibilidade do humano expressos no assujeitamento que conjuga o **corpo(sexo)-gênero-sexualidade/desejo/prazer** nas instâncias do poder público e de seus aparelhos prescritivos.

O fato a que me refiro acima, que conduz a análise apresentada no capítulo 2, e que fez com que eu lançasse mão da atitude militante (expressa neste caso através da denúncia e protesto) e da reflexão/competência (legitimadas socialmente) do técnico psi, refere-se à situação de duas jovens travestis que se apresentaram no projeto, já tendo passado por diversas situações de humilhação e constrangimento em um estabelecimento da Fundação Especial de Proteção, ligada à Secretaria de Assistência, Cidadania e Trabalho, do Governo do Rio Grande do Sul.

E é sobre este analisador⁶ que possibilitou a associação entre os saberes de um e outro campo de atuação que se fará parte da reflexão sobre o trabalho da norma no interior da qual se conformam o gênero e a sexualidade.

Foi, portanto, na busca da compreensão e na tentativa de reversão destas marcas de sujeição envolvendo jovens homossexuais que se buscou (em um

⁶ Conceito-chave na perspectiva teórica do institucionalismo francês, “os analisadores” funcionam como catalizadores de sentido (ROCHA; AGUIAR, 2003) ou como dispositivos, no sentido de colocar algo em funcionamento, ou seja, são “analisadores” que fazem a análise funcionar (LOREAU apud PAULON, 2005)

esforço de conjugar as ações possíveis no campo da universidade e dos movimentos sociais) construir coletivamente um espaço de reflexão e ação pela cidadania, que passa a se constituir como lócus de pesquisa e intervenção a ser discutido nesta dissertação.

Quiçá este trabalho possa forjar novos modos de compreensão e de ação que, tendo por princípios os direitos humanos, no sentido em que estes possam criar condições para um direito da(s) sexualidade(s) (RIOS, 2005); e, ainda, que um outro modo de fazer psicologia ganhe viço, fornecendo novas possibilidades para a qualificação das ações em saúde pública por meio da efetivação de políticas de respeito à dignidade humana, na sua diversidade.

* * *

Esta reflexão inspira-se nos trabalhos de Judith Butler e de Michel Foucault. Autora e autor que, sobretudo, produziram efeitos em mim pela estreita relação dos seus trabalhos com as suas próprias vidas e com as suas trajetórias de militância. E isto são histórias de vida, obras, que a mim importam, para bem utilizar um termo de Butler (2000).

De Michel Foucault, em especial, associo-me à idéia apontada por Eribon (1999) da inspiração em um trabalho que perseguiu a necessidade constitutiva da idéia de resistência - de lutar desde o interior do campo das estratégias – e, ainda, e em certa medida, da possibilidade de uma interrogação crítica que permita tensionar os dispositivos da normalização e inventar espaços outros.

Ao perguntar o que se poderia fazer face ao sistema de relações de força e à oposição entre tecnologias do poder e inversão tática entre discurso e contra discurso, Foucault propôs um trabalho em duplo movimento, definido pelos gestos de resistência e de heterotopia – ou seja – invenção da geografia das cidades e da

sua ocupação ou ao interior da consciência individual ou coletiva de novas possibilidades que escapariam aos sistemas estabelecidos (ERIBON, 1999).

De outra parte, no trabalho de Judith Butler, encontrei a possibilidade de confrontar-me com a questão/problemática do que constitui ou não uma vida inteligível e como os pressupostos do que é “normal” em matéria de gênero e de sexualidade predeterminam o que conta para o status de “humano” e para o viável (BUTLER, 2005b). E ainda, a idéia de provocar o campo da militância, da academia ou da representação político-partidária, de que não há campo privilegiado onde lutar eficazmente.

* * *

Cabe ressaltar, a partir da indignação de Eribon (1999) diante do assassinato brutal de um jovem homossexual⁷, um crime homofóbico com ampla repercussão nos EUA, que não são apenas (os) problemas teóricos que estão em jogo.

Este trabalho é constituído de vidas e corpos em movimento e ele diz respeito a mais uma das estratégias para enfrentar, de frente, a heterossexualidade compulsória e os seus efeitos de assujeitamento, sobretudo, na violência que marca os corpos e interrompe vidas, gozando de uma pretensa autoridade pautada no discurso da naturalidade ou no *mise en scène* da ordem cultural.

Saindo do Armário e Entrando em Cena, expressão emblemática que embalou esta pesquisa-intervenção traz consigo toda a complexidade que o termo pode abrir ou fechar. Em especial diante do aporte teórico de que lanço mão nesta

7 E poderia acrescentar, lançando mão de uma velha denúncia, já quase jargão dentro do movimento homossexual brasileiro, de que, segundo MOTT (1999), a cada 3 dias uma pessoa é assassinada em razão da homofobia. E de forma mais próxima, citar duas mortes que tivemos a tristeza de acompanhar no projeto, de dois participantes moradores de rua, duas pessoas que certamente se encaixariam naquilo que Butler (2005) denuncia: os inumanos, os abjetos... Não foram assassinatos, mas mortes de que a sociedade e nossos governos são cúmplices. De outra parte, cabe indicar os mais de 140 casos de assassinatos de homossexuais no RS, desde a década de 70, registrados no banco de dados do nuances (nuances, 2006).

reflexão e que aponta para uma *política queer*, a qual, segundo Louro (2004), vincula-se às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade e identificação, uma *“crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos.”* (LOURO; 2004, p.46).

Sair do Armário e (Re)Entrar em Cena⁸ constituiu uma experiência entre uma organização não-governamental, uma universidade e um grupo jovens, na busca de transformação social (e por isto pessoal), no compromisso com a vida, não no sentido de sua administração, mas da ampliação da liberdade com a qual se joga o seu jogo.

Para Halperin (2000), *sair do armário* (expressão emblemática para as culturas gueis e lésbicas, em especial, pois no caso das travestis esta questão se produz de outra forma e se relaciona com a produção de um outro corpo) significa precisamente se expor a outros perigos e a outros constrangimentos, considerando-se que a própria constituição da figura do “armário” situa-se em um campo de relações de poder. Segundo Halperin (2000), esta “saída” significa fazer de si mesmo uma sorte de tela sobre a qual “os heterossexuais” (ou, melhor dizendo, no âmbito da norma sexual), podem comodamente projetar todos os seus fantasmas a propósito de gays. Sair do armário não é um gesto único, ele é, algumas vezes, um

⁸ Na oportunidade de apresentar os resultados parciais deste trabalho durante a 3ª Conferência Mundial sobre Violência nas Escolas, em Bordeaux, 13-15 janeiro de 2006, a proposta de Henrique Caetano Nardi à tradução para o francês pareceu-me produzir um sentido mais amplo àquele que havia dado, quando propus apresentar esta mesma ação durante meu estágio dentro do Programa de Cooperação Brasil-França de Aids. Nesta ocasião havia traduzido entrar por *“entrer”*. No entanto, a proposta de Henrique de utilizar *“rentrer”*, que no francês poderá ter a mesma acepção da palavra *“entrer”*, fez-nos avançar no sentido em que este uso refere-se a uma nova entrada, a uma nova tomada de posição e não simplesmente de uma ocupação do espaço e no discurso que desde sempre já não se tenha experimentado. Qual seja, a figura do “armário”, desde sempre já como uma cena dos jogos de poder, de uma experimentação da sexualidade subordinada aos “receios” dos efeitos da normatividade da sexualidade hegemônica.

ponto de partida e um tipo de ideal regulatório (ERIBON, 1999). E significa, ainda, suportar que cada um de seus gestos, que cada uma de suas palavras, de suas opiniões, serão inteiramente e irrevogavelmente marcadas pelas significações sociais coladas à identidade homossexual (HALPERIN, 2000).

Mas se *sair do armário* é bem o gesto pelo qual nos livramos de um estado de não liberdade, não é porque isto permitiria-nos escapar à empresa do poder para se instalar em um lugar exterior a ele. É porque isto define um novo estado de relações de poder e transforma a dinâmica das lutas pessoais e políticas, como aponta Halperin (2000).

Sair do armário é, portanto, um ato de liberdade, não no sentido de uma liberação, mas no de uma resistência, como afirma Halperin (2000). Resistência que no sentido foucaultiano significa dizer:

(...)lá onde está o poder está a resistência (...) uma multiplicidade de pontos de resistência (...) disseminados com maior ou menor densidade no tempo e no espaço (...) E é sem dúvida na codificação estratégica destes pontos de resistência que se torna possível uma revolução. (FOUCAULT, 1976, p.125-127).

Dizer-se homossexual não muda em nada o fato de que sempre em uma ocasião ou outra teremos de dizer-nos homossexuais. Mas ter saído do armário um dia, torna mais confortável e menos doloroso este momento de se dizer homossexual (ERIBON, 1999).

* * *

Esta dissertação está organizada em três capítulos, além desta apresentação e da conclusão. No todo eles abordam a reflexão e a ação sobre um conjunto de estratégias formuladas no sentido do desmantelamento das linhas que determinam que vidas realmente valem serem vividas, quais são aquelas que importam (BUTLER, 2005).

Trata-se de uma ação que se pretendeu contestadora e, por isto, traz a marca de uma intencionalidade de transformação. Uma de suas características é a precariedade da planificação e da antecipação e é nesta dimensão que cabe demarcar que a imprevisibilidade (BUTLER, 2005b) fez parte da estratégia de trabalho. Imprevisibilidade acolhida nesta dissertação no sentido em que ela foi construída/redigida sem pânico diante do acaso. Seguramente, uma condição para o pesquisar em movimento, pois, como indica Paulon (2005), ao se “[...]operar no plano dos acontecimentos, a intervenção deve guardar sempre a possibilidade do ineditismo, e o pesquisador a disposição para acompanhá-la[...]”(p.21).

Talvez, e com a exceção do primeiro capítulo, os outros dois se produziram com a marca do inusitado, do que eu não esperava, por caminhos que não imaginava percorrer. Mas, mesmo que o primeiro capítulo tenha sido de alguma maneira “planejado”, ele se transformou, resignificou-se. Não é mais o mesmo, aquele apresentado, de forma tímida, atordoada pelos conceitos e pelo fervor da entrada na sistematização da pesquisa, no momento da qualificação do projeto.

Intitulado **a pesquisa fora do armário**, o capítulo 1 é um ensaio sobre a trama que envolve a pesquisa-intervenção como posição in(ter)ventiva para problematizar a produção do conhecimento. Esta perspectiva de pesquisa é inspirada em uma tendência subversiva na academia que luta para sustentar que é ao transformar que (também) conhecemos (BARROS, 1994).

Assim como a metáfora do armário é para nós os homossexuais desde sua invenção/ figuração um campo de relações de poder, ou seja, faz parte de um jogo de verdade, a pesquisa também, ao ocupar uma posição de visibilidade na ação de transformação social, re-posiciona-se num determinado jogo, ao qual está(va) intimamente familiarizada. Problematizando assim as condições de possibilidade

para a produção de conhecimento fora do “campo” neutro ou de uma norma epistemológica totalizadora. Também neste capítulo, apresento as ferramentas conceituais, os princípios do método de trabalho e a construção do problema de pesquisa.

O segundo capítulo “**homofobia: um mundo de injúrias**” trata de uma discussão que foi disparada por um analisador “espontâneo”, porque não formulado, mas produzido, na forma de demanda, no modo como este conceito é definido pela corrente teórica institucionalista. Este movimento na pesquisa me permitiu problematizar os efeitos de normalização expressos na linha de inteligibilidade do “humano” a partir da colagem entre sexo-gênero-sexualidade/desejo. Ele refere-se a uma situação localizada no âmbito de uma instituição pública que se pauta pelos princípios da proteção aos direitos da criança e do adolescente. Faço, neste capítulo, um movimento para problematizar alguns mecanismos que agem no processo de normalização como a noção prescritiva de adolescência como fase de vida “pronta” à administração - pela tutela das suas experimentações em torno da sexualidade e modos de vida.

A proposta constitui-se em utilizar as ferramentas de análise de Foucault (1995) na perspectiva de genealogia dos códigos morais em funcionamento, considerando “*os diversos sistemas de regras e de valores que predominam em uma determinada sociedade ou grupo, as instâncias ou aparelhos de coerção que os põem em prática, e as formas que assumem sua multiplicidade, suas divergências e contradições*” (p. 214).

O capítulo trabalha ainda sobre as experimentações de outros jovens do projeto, em especial sobre suas vidas nas instituições de educação formal, na família e outras instâncias e instituições, apontando para a repetição reiterada da

norma heterossexual, no seio da qual produz-se a injúria como um ato de discurso que fere e hierarquiza vidas (BUTLER, 2005a).

Já o capítulo intitulado **uma heterotopia juvenil** discute quais foram as condições de possibilidades produzidas por esta intervenção que, de certo modo, puderam instaurar outros lugares/ posições nos jogos de poder em torno da sexualidade. O capítulo busca indicar as linhas de fuga que possibilitaram certo movimento de reversibilidade da posição de abjeto, produzida pela heteronormatividade, algo da ordem do ingóbil, repugnante, inumano. Pois, para Butler (2005b), é neste movimento de abjeção que se é designado como o impossível real – o traumático, o impensável, o psicótico - rejeitado ao fora do social e considerado como inviável e indizível.

Esta discussão aponta para as aproximações do grupo (projeto) na produção de uma cultura *queer* como possibilidade de ampliação das práticas de liberdade. Considerando como estratégia privilegiada a ocupação da cidade em caráter agonístico. Uma relação que, segundo Foucault (1995), é definida ao mesmo tempo através *“de incitação recíproca e de luta; tratando-se, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente”* (p.245).

A discussão considera também a produção de uma estética da amizade como possibilidade de resignificação da existência pessoal e coletiva (BUTLER, 2005c). Isto é, seguindo os passos de Foucault (1967) e Eribon (1999), trato neste capítulo de compreender como se deu a possibilidade de abertura de um espaço de resistência (espaços outros – uma heterotopia) e como pudemos imaginar-viver (nós o grupo) a possibilidade de reinvenção de nós mesmos como sujeitos “livres” e

construindo outros lugares e sendo constituídos por esta experiência do avesso da norma heterossexual.

Em **“a rua derruba o armário”** apresento as considerações finais deste trabalho. Aqui, retomo algumas das problematizações dos capítulos anteriores, pretendendo potencializar a idéia do combate à heteronormatividade; expandindo assim as possibilidades de produção de outros lugares sociais que não o de abjeção ou de reificação/reiteração dos modelos hegemônicos de sexualidade. Busco ainda neste espaço final e provisório apontar estratégias possíveis para a ampliação das intervenções coletivas na saúde que sejam pautadas pelos direitos humanos.

I - A PESQUISA FORA DO ARMÁRIO.

Acho que o problema 'você escreve ou milita?' é um velho problema que hoje está inteiramente out of date. Michel Foucault (apud ERIBON, 1990).

Não vim para esclarecer nada. O que eu puder confundir eu confundo. Ney Matogrosso (apud TREVISAN, 1986).

Menos uma provocação e mais o desenho de um modo de trabalhar, este capítulo trata da produção de um estilo: o de pesquisar em movimento e desde um movimento social. As peças que saem deste armário são tecidas pelos fios que amarram a aids às (homo)sexualidades e à(s) juventude(s), com a intenção de compor uma problematização sobre uma intervenção em um campo de relações de poder no qual as posições que os sujeitos ocupam são extremamente assimétricas e as margens de liberdade reduzidas..

Neste sentido, a vontade de perseguir o rigor na análise da implicação se guia pela potência do vigor político, sobretudo, quando os modos de compreender e viver o mundo, e mesmo de pesquisar, são definidos por estratégias cognitivas e marcações em nossos corpos balizadas pelo referente heterossexual normativo. Pelo menos, quando se escreve a partir de uma certa psicologia de inspiração desenvolvimentista ou psicanalítica, que toma a forma da regra e constrói o campo da normalidade.

E esta referência se faz necessária porque é desde a psicologia e sobre a psicologia medicalizadora ou psicanalizante que se desenvolverá a maior parte

desta dissertação, não no sentido de adaptar conceitos ou de engendrará-los em uma análise, mas de buscar construir um campo de liberdade que questione as prescrições que definem seus usos.

A propósito do esforço de desconstrução com relação à psicanálise, engendrados inclusive por teóricas do porte de Judith Butler, Eribon (2005) sugere que em lugar de dispensarmos tanta energia e sofisticação intelectual para tratar de reformular questões-chave da doutrina psicanalítica (e eu acrescento, da psicologia), a fim de torná-las compatíveis à realidade múltipla dos desejos, dos fantasmas, das identidades, dos arranjos afetivos, sexuais, familiares, das vidas que vivem as pessoas na sua inalienável diversidade seria, sem dúvida, mais simples, mais eficaz e produtivo – politicamente e teoricamente – de recusar pura e simplesmente a sua pertinência.

O autor refere-se ao dispêndio intelectual em utilizar a psicanálise para compreender os processos de subjetivação. Para Eribon (2005) não podemos purificar estas noções de seu conteúdo heterossexista porque elas são construções heterossexistas fundadas sobre estruturas sociais e cognitivas heterossexistas.

Como adiantado na apresentação *sair do armário* significa precisamente se expor a outros perigos e a outros constrangimentos, como apontou Halperin (2000). Mas esse movimento significa também a possibilidade de inventar outros mundos, outros modos de ocupar a cidade e outras posições nas relações de poder. E assim, neste caso, ensaiar outros modos de pesquisar, de produzir conhecimento e de viver.

I.II – sobre a composição do campo de análise

A primeira vez que senti os efeitos da associação entre a aids e a homossexualidade eu não era mais velho que boa parte dos jovens que freqüentam o projeto Gurizada. Eu teria talvez 19 anos, um pouco menos até, quando uma colega de estágio me anunciou, cedo pela manhã, em brado tom: Sabes que o Fred Mercury morreu hoje? Espantado, e tentando ainda acordar deste pesadelo, afinal, era uma das referências homossexuais, lhe demonstrei minha consternação e tristeza pela notícia. Minha voz quase silenciada. Ela, por sua vez, sabido que eu era “alguém como ele”, diz-me, em tom de alcova: (primeiro, a sentença) morreu de aids... (logo em seguida, para ela, em sua ignorância e a de muitos sobre a doença, o que seria o “agravo”) *excesso de porra* no estômago.

Não era esta a primeira vez que eu escutava expressões da injúria⁹ a respeito da vida de um homossexual. Mas foi a primeira em minha vida em que senti a violência do olhar que associava a homossexualidade, ou “o meu desejo”, a uma representação de doença, apresentada como castigo e corroborada na percepção do outro como algo realmente ignóbil. Afinal, quem poderia compreender que alguém morresse de “excesso” de sêmen no estômago? Eram ainda os anos do câncer gay em todos os seus fantasmas e atos de discurso.

Sabemos hoje que o vírus do hiv, causador da aids, não é seletivo em seus efeitos (WEEKS, 2000). De uma forma geral, claro, pois as condições para que a aids se desenvolva decorrem também das condições que um sujeito possui em produzir saúde.

9 O conceito de injúria será desenvolvido no capítulo II – homofobia: um mundo de Injúrias.

No entanto, assim como a homossexualidade, e mais ainda quando da associação entre as duas, não são outra coisa ainda senão representação do abjeto¹⁰. O que produz implicações diretas às condições de vulnerabilidade ao contágio do vírus.

Se antes de mim vieram aqueles e aquelas que conheceram o surgimento da aids, as pessoas depois de mim não conhecem a vida sem ela. E hoje, apesar de tudo o que já vivemos e fizemos e de quem já perdemos e do que ganhamos com tudo isto, estamos todos aqui e ainda há a aids.

Não se faz mister dizer que ela já não tem aquela cara do Cazuza da capa da Revista Veja, idos anos 80, “moribundo”, “homossexual devasso” e abastado do *hight society* marginal carioca ou de outros grandes centros urbanos, acionando o pânico e reações de verdadeiro *apartheid*.

Mas muitos estigmas e condições de desigualdade social a envolvem, hoje, favorecendo o seu recrudescimento e nossos maiores impasses no seu enfrentamento. Sobretudo, aquelas associadas à etnia, às sexualidades não hegemônicas, ao gênero, à pobreza. E ainda, quando se fazem também presentes na vida e nas preocupações sobre as práticas de pessoas que vivem um dito momento de “transição da vida”, no qual as escolhas parecem ter muito mais dúvidas e o presente – ou a coisa do “da hora” - carecer mais tempo e o corpo querer mais espaço e territórios para experimentação.

A aids atingiu a sua “maioridade”, pelos menos já passados 21 anos desde o primeiro caso no Rio Grande do Sul e permanece jovem, fazendo parte das cenas juvenis contemporâneas mundiais. Segundo a Seção de DST/AIDS da Secretaria da Saúde/RS (2005): “populações mais vulneráveis têm em média 10 vezes mais risco

10 A idéia de abjeção foi indicada na Apresentação deste estudo e será desenvolvida nos capítulos II e III.

de infecção que a população em geral.” e “os jovens continuam sendo um dos grupos mais vulneráveis.” (s/n). E, a cada dia, segundo dados da UNITED NATIONS POPULATION FUND - UNFPA (2006), 6.000 novas pessoas, jovens entre 15 e 24 anos, são infectadas pelo hiv. Ou seja, a cada 5 minutos um jovem passa a ser portador do vírus.

As condições para o exercício da cidadania, sobretudo para os jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade, marcados pela desigualdade social, discriminação por gênero ou orientação sexual e etnia, constituem elementos que podem atuar para um recrudescimento da epidemia. Como aponta Rios et al (2002):

ao mesmo tempo em que os dados epidemiológicos apontam para uma juvenilização da epidemia do hiv/aids, mostram, também, uma estabilização em patamares elevados da infecção entre homens homossexuais e bissexuais. Isso parece demonstrar que os jovens HSH estão localizados no fulcro das linhas de desigualdade.(s/n)

Meus objetivos, desde o início do ingresso neste PPG, tiveram como perspectiva pesquisar a produção da cultura da diversidade sexual nas suas expressões e formas de ocupação da cidade, a partir da perspectiva da apropriação dos espaços públicos e da construção de outro tipo de visibilidade das homossexualidades. Pensando a diversidade na sexualidade enquanto política de subjetivação, isto é, na linha de análise de uma geopolítica dos corpos e dos prazeres. E em busca de como resistimos aos imperativos da heteronormatividade¹¹, que conformam estilos de vida (BUTLER, 2004, 2005; ERIBON, 1999; 2005; FOUCAULT, 1984c;d) determinando uma limitação das possibilidades na constituição de uma estética para a existência, produzindo vulnerabilidades.

¹¹ Os conceitos heteronormatividade e de heterossexualidade compulsória serão melhor trabalhados no capítulo homofobia: um mundo de injúrias.

Weeks (2000) sugere que para que surjam as identidades distintivas (gays, lésbicas, travestis e outras) como um espaço possível de vida, alargando a norma sexual, algo mais que a atividade sexual ou mesmo o desejo homossexual é necessário. Sendo preciso, segundo o autor, a possibilidade de algum tipo de espaço social e apoio social ou rede que dê sentido às necessidades dos sujeitos.

Por estes motivos me propus em pensar a epidemia do hiv e aids como algo que se inserisse neste movimento de produção de subjetividade¹² e de compreendê-la, assim como ao dispositivo da sexualidade, a partir dos movimentos de luta/resistência/ressignificação desde os jogos de poder-saber presentes neste campo (FOUCAULT,1976).

Embora Weeks (2000) aponte que a sexualidade não possa ser entendida como resistência ao poder¹³, porque ela está demasiadamente envolvida nos modos pelos quais o poder atua na sociedade moderna, este estudo procura aproximar-se dos movimentos pelos quais se jogam os jogos em torno da sexualidade e como os disputamos face aos processos normativos.

Exemplar, neste sentido, ainda seguindo os rastros de Weeks (2000), é ver que *“a AIDS tornou-se mais do que um conjunto de doenças: ela se tornou uma poderosa metáfora para nossa cultura sexual”*(p.37)¹⁴. Pois, como apontado por Sontag (2005), a via de transmissão sexual da aids é considerada seguidamente como algo da responsabilização individual. Ela é objeto de uma condenação ainda

¹² Os conceitos de produção de subjetividade, processos de subjetivação e subjetividade serão trabalhados no capítulo **ensaio de uma heterotopia juvenil**.

¹³ Nesta perspectiva, ver Foucault (1976), sobre a hipótese repressiva.

¹⁴ Muitos estudos e trabalhos já foram realizados no sentido de problematizar os significados que associavam a epidemia à homossexualidade (PARKER e TERTO JR, 1998; TERTO, 1999; BESSA, 2002; PARKER, 2002). E outros ainda que tratam da iniciação sexual dos jovens, homossexualidades e da auto-aceitabilidade da homossexualidade, em relação ao alastramento da epidemia, em especial, do contexto francês e norte-americano ver Sontag, 1998; Lhomond, 1996; Lhomond e Michaels, 2000, 2003; Mendes-Leite, 2003.

mais viva que as outras formas, sobretudo por que se toma a aids por uma doença não somente do “excesso sexual”, mas daquilo que intitulou perversão (no sentido problematizado por FOUCAULT, 1976).

O conjunto deste trabalho tem como perspectiva alargar as condições para pensar e agir no âmbito da saúde coletiva, numa proposta implicada com a dignidade humana. A ação em análise buscou e busca ampliar as estratégias de efetivação da saúde que primam pela autonomia dos sujeitos e na ação social transformadora, encontrando inspiração e em crítica a alguns modelos de intervenção, já amplamente utilizados na história do combate à aids¹⁵.

Assim, a aids e os modelos de intervenção no seu entorno têm um papel importante neste processo de pesquisa. Mas a aids é entendida aqui apenas como uma linha de análise sobre os processos que instauram a violência da normatização em torno do corpo e da sexualidade. Porque *“a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico”* (WEEKS, 2000, p.38).

Ou seja, ela (a sexualidade) se relaciona com nossas práticas e concepções no domínio da vida em sociedade e nas suas instituições (como a família, os

¹⁵ Um panorama geral destes modelos é apontado por Manzelli e Pecheny (2002), a partir de três referentes teóricos para o enfrentamento da transmissão do hiv. Primeiramente, o modelo epidemiológico-comportamental, centrado nos comportamentos de risco individual. Um modelo que tem como princípios modificar as condutas ou comportamentos através da intervenção de caráter cognitivo, sobretudo através da informação, da percepção/avaliação do risco e sobre o controle. Este modelo trabalha sobre as premissas da confiança em si mesmo e das atitudes dos distintos grupos da população diante da doença. Já o modelo antropológico-cultural centra-se nos significados que os sujeitos dão as suas práticas em determinados contextos, intentando modificar as normas e os valores que potencializam os riscos e impedem os comportamentos preventivos, salientando que a promoção daquelas normas e valores tornam viáveis os comportamentos saudáveis. E, segundo o modelo político-econômico, com o qual acredito que a intervenção em análise se aproxima, fundamentam-se as ações através da via da mobilização comunitária, apontando para a redução da vulnerabilidade social. Considerando que na desigualdade estrutural, segundo a clivagem de classe, gênero, de cultura e de modo de vida, encontra-se a base da epidemia.

sistemas de educação e saúde - através da escola ou das práticas de atenção à saúde).

I.III - uma juventude clandestina

No Brasil, assim como na América Latina de uma forma geral, tanto no contexto acadêmico como de atenção à saúde e à educação, em especial, é pequena a expressão de estudos referentes às intervenções no universo de abrangência do projeto, ou seja, ações dirigidas a jovens homossexuais (NARDI; POCAHY, 2004), sobretudo quando eles encontram-se nas idades entre 14 e 18 anos.

Por outro lado, encontramos uma grande expressão de trabalhos que discutem a sexualidade na juventude no plano das práticas sexuais, mas onde a homossexualidade não é central (em especial ver MONTEIRO, 2002, 2006; PAIVA, 2000).

Com relação aos estudos e intervenções que têm como foco a diversidade sexual encontram-se os trabalhos desenvolvidos pela ABIA – Associação Interdisciplinar de AIDS, através do projeto Juventude e Diversidade Sexual e os estudos de Rios (2004), no seio desta associação, que apontam para práticas sexuais de homens jovens, indicando homologias entre algumas estruturas culturais (de referência a comunidades) que orientam as interações sexuais.

Estes estudos e intervenções são consistentes ao propor a construção dos repertórios sexuais na perspectiva do exercício de uma cidadania plena. De outra

parte, também não são raras as intervenções realizadas por organizações não-governamentais formuladas ao seio do movimento homossexual, entretanto, estas não privilegiam a perspectiva da pesquisa¹⁶ como suporte de suas ações.

No contexto europeu, cabe indicar o trabalho realizado por Verdier (2005); numa iniciativa pioneira na França junto a jovens em posição de desigualdade social, que tem por objetivo compreender e intervir diante dos fatores de vulnerabilidade ao suicídio, ao contágio pelo hiv e a outras situações de risco. Estas, dadas pelas condições de pobreza, pelo racismo, homofobia e sexismo. Sobretudo, o autor vem se ocupando do impacto da homofobia como fator determinante para o suicídio entre a população jovem¹⁷.

Já no contexto local do projeto é possível perceber que a trajetória da abordagem da violação dos direitos humanos das juventudes esteve presente na pauta das ações do nuances. Em especial, diante das manifestações da cultura brasileira que regulam os prazeres e os corpos juvenis. Situações que são reveladas pela contínua demanda de recepção e encaminhamento de denúncias de discriminação em escolas, nas famílias, serviços de saúde, em espaços públicos e nas mídias (nuances, 2005b).

¹⁶ A partir de um recente levantamento realizado pela equipe de comunicação do site MIX Brasil foram indicados 6 projetos, incluindo o realizado pelo nuances. No Paraná o grupo Dignidade desenvolve em parceria com o CCMM (Centro de Convivência Menina Mulher) ações junto a adolescentes de ambos os sexos que convivem com o HIV/Aids. Em Minas, o Movimento Gay de Minas Gerais - MGM, realizou o projeto Grupo de Adolescentes Gays (GAG), dirigido a jovens homossexuais e bissexuais com idade entre 14 e 24 anos, mas que, segundo informações de Paco Listo, do MIX Brasil, o grupo encontra-se desarticulado “por falta de lideranças”. Em São Paulo, o JAH – Jovens Adolescentes Homossexuais e o “Tenho Orgulho e Me Cuido”, são dirigidos a jovens e adolescentes HSH (Homens que Fazem sexo com Homens) e HSH soropositivos, ambos realizados pela Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT). Ainda, no elenco das ações das maiores organizações do movimento homossexual no Brasil, o projeto Crescer, do Movimento Estruturação de Brasília e o ‘Se Ligue’, projeto que vem sendo realizado pelo Grupo Gay da Bahia.

¹⁷ Uma discussão mais detalhada sobre o suicídio entre a população jovens homossexuais será realizada ainda neste capítulo.

Como estratégia de ampliação deste debate e destas intervenções o grupo realizou no ano de 2000 uma cartilha ilustrada, do tipo fotonovela, chamada Satisfação entre Adolescentes Gueis¹⁸. Os objetivos desta ação foram o de referendar de modo positivo os diferentes estilos e modos de viver a juventude. Considerando esta não como fase de vida problemática, mas enquanto possibilidade de experimentação política e cultural.

E em 2001, desenvolvemos, no nuances, em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura, uma ação pontual com jovens gueis e lésbicas, freqüentadores da Casa de Cultura Mário Quintana. Esta ação teve como objetivo agenciar o protagonismo destes jovens no sentido de transformar aquele espaço, a Casa, em locus de reflexão sobre a experimentação da sexualidade e para a cidadania, tendo em vista os diversos relatos de discriminação a que estavam submetidos no espaço e por uma posição da gestão do local que apoiou o projeto¹⁹.

Embora os resultados deste trabalho tivessem apontado para algumas possibilidades de ação junto ao público juvenil, em especial no que se refere ao acesso e produção da cultura da diversidade e para o direito de cidade, e para a continuidade de projetos nesta área, ele não se constituiu enquanto trabalho de intervenção associado a um estudo. Tendo sido recuperada esta experiência, de forma refletida, somente em 2004, quando da elaboração de trabalho apresentado

18 A expressão "gay" é grafada em língua portuguesa, nesta dissertação, quando se trata de referência ao contexto local. Esta opção se faz como atitude de ressignificação do termo para o contexto brasileiro, corroborado pelo fato de que já é referido vocábulo no dicionário de língua portuguesa (ver Aurélio, edição eletrônica)

19 A ação consistiu na exibição semanal, de setembro a dezembro de 2001 de episódios do seriado "Queer as Folk", na versão americana, como estratégia de problematização, visibilidade e promoção da cultura da diversidade sexual.

no II Encontro de Estudos da Homocultura, na cidade Brasília (NARDI; POCAHY, 2004)²⁰.

Apesar destas referências, no entanto, não encontrei na literatura brasileira estudo que refletisse sobre os efeitos de intervenções dirigidas a jovens que se auto-identificassem como homossexuais. Um dado corroborado por Rios (2004):

Do mesmo modo, Calazans (2000), que realizou uma revisão crítica sobre a produção acadêmica em relação à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, sequer registra um único título referente à temática; e mais, tão pouco questiona ou critica a ausência de estudos sobre a sexualidade dos jovens com práticas homossexuais. Não obstante, identifiquei três trabalhos: o de Parker (1989), sobre homossexualidade e juventude no Brasil; o de Birman (1997), sobre grupos de jovens de terreiros de Candomblé no Rio de Janeiro; e o de Louro (1999), que embora não se detenha apenas sobre a questão da homossexualidade, levanta importantes questões concernentes às dificuldades enfrentadas pelos jovens com práticas homossexuais na arena escolar..(p.18)

Evidentemente que esta procura por referências pode causar algum estranhamento, em especial porque indico, na apresentação deste texto, que há aqui um esforço em escapar aos binarismos de sexo e gênero. Ressalto, porém, que o que persigo com esta busca é explicitar o quanto, mesmo na perspectiva de pesquisa pautada em grupos específicos, ainda assim, faz-se tímida e/ou ignora-se a existência dos jovens homossexuais. Tanto no que tange sua visibilidade, como na discussão de uma possível problemática específica. Esta “timidez” é evidente no cotidiano das práticas e concepções de pesquisadores e trabalhadores da educação e da saúde.

Uma invisibilidade que pode ser compreendida a partir de uma visita às concepções que conduzem as práticas destes operadores ou nestas instâncias, que associam as juventudes a uma fase de fase de vida problemática e pronta à administração, porque entendida hegemonicamente à luz das ciências bio-médicas, onde talvez até se “aceite” certa bissexualidade, mas como prerrogativa natural do

20 “Projeto Gurizada do Barulho”: Homoerotismo e Juventude. POCAHY, F. A. e NARDI, H. C.

desenvolvimento que logo se resolverá, porque está fora do registro da sexualidade ainda dita (ou subentendida) normal.

No caso deste estudo, há uma problematização em relação à(s) juventude(s), tomando como aporte a perspectiva de Bourdieu (1978), referindo-se à disputa sobre o domínio dos sujeitos e a todas as suas divisões arbitrárias, erigidas a partir de conceitos e práticas regulatórias. Afinal, o que marca, define ou constitui a juventude? De uma forma simplista, pode-se defini-la enquanto um momento da vida, situado entre a infância e a vida adulta. Um limbo marcado socialmente pelas prerrogativas que determinam o lugar do infante e o do adulto e em negativo: não mais criança, ainda não adulto.

No entanto a perspectiva aqui não partilha destes significados comumente admitidos, como aqueles que caracterizam este momento como problemático ou conflituoso, ou ainda, como revolucionário. Como por exemplo, o mito dos jovens como sujeitos essencialmente revolucionários. Pois, a partir da idéia de que nos constituímos através da experiência, neste sentido, é bem possível pensar que, por exemplo, a experiência política de resistência nos anos de chumbo, que carregou consigo a marca de uma paradigmática representação juvenil, no Brasil da ditadura militar, constituiu uma possibilidade de subjetivação. Mas uma experiência que não se produziu em toda “a juventude” brasileira. E foi, talvez, muito mais o caso dos centros urbanos, de classes média e intelectualizada. Um contexto que passou despercebido por grande parte dos adultos de hoje, jovens naqueles anos.

Neste projeto compartilho, ainda menos, com a perspectiva biomédica, tão presente em meu campo de formação acadêmica, que define este momento como de uma fase do desenvolvimento físico e psíquico do sujeito, na figura da adolescência.

A partir de Bourdieu (1978) é possível pensar que estas classificações por idade (mas também por sexo e também por classe) remetem-nos sempre à imposição de limites e de produção de uma ordem pela qual cada um deve se fixar, na qual cada um deve se colocar em seu lugar. A fronteira entre a juventude e a velhice é em todas as sociedades, segundo o autor, um jogo de luta, como aponta.

Indicado na apresentação desta dissertação, não são apenas problemas teóricos que estão em jogo aqui. Minha opção pelo termo “juventudes” - e é importante a inflexão no plural - demarca uma posição teórica, evidentemente política, na qual o aspecto geracional sempre foi menos determinante que as possibilidades de constituição e liberdade dos sujeitos, dadas em uma perspectiva processual.

Neste sentido, opto pela idéia de subjetivação juvenil, inspirado na contribuição de Foucault (1984e), para pensar como os sujeitos se constituem a partir da relação que se produz em um confronto consigo, a partir de um determinado jogo de verdades. Ou seja, através de quais relações o sujeito se constitui historicamente como experiência. Experiência(s) esta(s) que produz(em) sujeitos nas múltiplas objetivações que os situam como jovens, velhos, homossexuais, loucos, doentes, desviantes, trabalhadores, viventes ou falantes, ou ainda, como sujeitos do desejo.

É deste modo que Foucault (1983) propõe a problematização não de saber o que é verdadeiro ou falso aí, mas sobre as regras que determinam o que é verdadeiro ou falso a propósito do sujeito (REVEL, 2002).

E, portanto, assim como Paiva (2000) trato de juventudes e não de adolescência, porque este último conceito desconsidera o contexto social e cultural no qual “o crescer se dá”. Ou ainda, em um termo mais adequado à proposta deste

estudo, trata-se de uma problematização de como se dão as condições de passagem à vida adulta e neste tempo de “moratória”, considerando-se que a “condição juvenil” se situa a partir de nossos sistemas de “inteligibilidade” do que seja o humano ou o jovem normal (o que não prescinde dos ditos “problemas”, da idéia de risco constante, etc).

Esta escolha buscou, assim, afastar-me de uma perspectiva de reiteração de modelos explicativos que apreendem a experiência juvenil através do referente que marca expectativas e condutas de existência (prontas à administração), sobretudo porque esta ação se fez motivada no âmbito da saúde. Neste sentido, a estratégia foi de tentar subverter as condições de compreensão dos enunciados que demarcam e localizam a duração das experiências e, por conseguinte, os corpos – regulados e esperados.

Assim, concordo novamente com Paiva (2000), quando esta afirma que “os programas de prevenção dirigidos aos jovens devem superar a idéia de uma ‘natureza’ universal do desenvolvimento sexual, eliminar o conceito de uma adolescência universal que se reduz à ‘explosão ou poder dos hormônios’”(p.298-299). Pois a perspectiva da adolescência como fase de desenvolvimento não problematiza os processos que se instauraram na modernidade e que governam os modos como nos tornamos sujeitos (FOUCAULT, 1976, 1988; ARIÈS, 1986) ou o que diz que somos cidadãos.

Compreender as diferentes expressões da juventude no seu direito pleno de cidadania implica em compreender sua possibilidade de emergência neste mesmo processo histórico. Para Daoust (2005) a valorização do corpo juvenil sempre esteve presente nas sociedades ocidentais que se pautam num modelo de “constituição de si” na perspectiva de um “consumo de si”, circunscrevendo e limitando a alteridade

em um movimento no qual o sujeito expulsa de si tudo o que há de “negativo” e de assimétrico, numa inspiração narcisista de relação. Restando, portanto, o corpo “imaculado”, sem ranhuras (rugas), ou seja, um corpo juvenil.

A Autora (2005) afirma que nossas sociedades contemporâneas são obcecadas pela juventude. Apontando ainda que a lógica discursiva que define a juventude está ligada a uma concepção de sexualidade que não faz unicamente referência à beleza, mas à atividade sexual, à possibilidade deste corpo “novo”.

No entanto, uma contradição revela a agonia do olhar incansável sobre este corpo saturado de sexualidade e ao mesmo tempo inundado de regulações e de práticas normalizantes. A exaltação e espetacularização do “corpo jovem” nas sociedades ocidentais pós-industriais vêm acompanhada da regulação das suas experimentações – escolhas e maioridade sexual, transformação do corpo, “controle da gravidez” e a diversas expressões de tutela estética sobre os piercings, cabelos, tatuagens, estilos de moda, etc.

E embora certa visibilidade das sexualidades não hegemônicas e mesmo da diversidade estética juvenil tenha expressão no contexto de ocupação da cidade, acredito que esta seja quase que exclusividade dos grandes centros urbanos²¹. Com efeito, também o resultado da migração que muitas e muitos homossexuais fazem

²¹ Uma realidade no Brasil e na França. Por ocasião de estágio no Programa de Cooperação Brasil França de aids /2005 tive a oportunidade de conhecer organizações que trabalham com jovens e (homo)sexualidades, como CRIPS, AIDES, Ligne Azur e MAG – Association des Jeunes Gaies e Lesbiennes, onde, todos os coordenadores ou ativistas entrevistados ou acessados referiram que as possibilidades de visibilidade das homossexualidades se dão somente nos grandes centros, como Paris, Lyon ou Marseille e nos espaços que poderíamos chamar homossociabilidade, restando o êxodo àquelas e aqueles que vivem nas cidades do interior. Neste estágio desenvolvi uma proposta de estudo denominada “Estratégias de enfrentamento ao hiv/aids e em direitos humanos com jovens homossexuais e outros homens jovens que fazem sexo com homens”, no quadro de “desenvolvimento de estudos comparados sobre sexualidade e vulnerabilidade de grupos gays e outros homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo, travestis, usuários de drogas e trabalhadores migrantes”.

fugindo dos contextos hostis, constituindo as comunidades homossexuais (ERIBON, 1999).

Ao mesmo tempo em que certa visibilidade “positiva”, no sentido de produção de suas próprias imagens e representações e de se constituir como sujeitos do discurso recusando ser somente o objeto do discurso do Outro (ERIBON, 1999), tomando gradativamente a cena contemporânea urbana, também acompanha este movimento a visibilidade e a conseqüente construção de indicadores de violência.

Ou seja, talvez, pela própria possibilidade de em estar com seus ditos pares, pode existir um movimento de publicização das situações de violação, na perspectiva mesma de uma posição de sujeitos políticos, ocupando de outras formas (como vítimas não passivas) as cenas da violência homofóbica.

Como bem aponta MacRae (1990):

Não há dúvida que em nossa sociedade atual têm sido negados vários dos direitos de cidadania daqueles indivíduos percebidos como sendo homossexuais, usando-se para isso uma enorme variedade de justificativas, que vão desde a saúde e a moral até a segurança nacional. Contra esse estado de coisas, algumas pessoas procuraram reagir, usando as linguagens correntes em um dado momento histórico. Se não realizaram a sonhada (e, creio, impossível) abolição do “poder”, conseguiram maneiras de melhorar a sua condição social. É inegável a eficácia dos grupos homossexuais em vários sentidos. Talvez a principal tenha sido a construção de redes de sociabilidade unindo (e também promovendo) um novo tipo de homossexual que não é dominado por sentimentos de culpa e não se considera doente ou anormal. (p.310)

Exemplo disto são os trabalhos desenvolvidos pelas ONGs situadas no seio do movimento homossexual, as quais buscaram construir condições de legitimidade junto a população demonstrando que uma das formas de combater a violência por orientação sexual é dada pela denúncia. Ou ainda, pelo trabalho de pesquisa e registro de situações de violação²².

22 Como já indicado, o nuances vem registrando, casos de assassinatos (ou envolvendo) de homossexuais, datados de 1970 até os dias atuais já, e que já contabilizam 140 casos no Estado do Rio Grande do Sul.(nuances-2005/ banco de dados)

Ainda que não haja referência às situações envolvendo assassinatos de jovens é bastante significativo que o número de encaminhamentos ou orientação do serviço de assessoria jurídica da ong nuances aponte para violações no âmbito das famílias e na escola.

Veja-se, recentemente, o caso emblemático de discriminação no Centro Comercial Nova Olaria, em Porto Alegre. Emblemático neste caso, ao trazer à tona um conflito de gerações, etnia, modos de vida e classe social.

O “Olaria” ou comumente chamado “Gayon”²³, um tradicional ponto de encontro de jovens homossexuais nas tardes de domingo, atualmente tornou-se um local de risco, através de ameaças e restrição de ocupação do espaço. Havendo no estabelecimento um aparato de segurança privada, que tem como função manter o local livre de manifestações de sociabilidade homossexual.

Chama atenção que o grupo de freqüentadores é bastante jovem e em condições de consumo distantes de outros freqüentadores, evidenciando a idéia de um conflito de classes, associado à sexualidade. Golin (2006) explicita o conflito:

As alegações de porte de bebida alcoólica, atos obscenos, mau comportamento, reforma do chafariz, sustentados pela direção do Centro Comercial não passam de desculpas esfarrapadas para esconder o preconceito de classe e homofobia. Recebemos várias denúncias de freqüentadores gueis que foram perseguidos e mandados a se retirar com a alegação: “**o local de vocês é lá na rua**”. Isto vem se repetindo não só aos domingos, mas em outros dias, o que demonstra que a razão é o preconceito. Depois de várias manifestações e reuniões com o Ministério Público Estadual, nada mudou. As bichas e sapatas aos domingos estão no lado de fora, enchendo as calçadas em frente ao Olaria, sob o olhar polialesco dos seguranças contratados exclusivamente para este para este fim.

23 Trocadilho com o nome da sala de cinema do local, que se constitui também como circuito “alternativo” de cinema, com vasta exibição de filmes com temática relacionada à diversidade sexual.

Também corroboram o quadro de indicadores de violação de direitos a Pesquisa Política, Direitos, Violência e Homossexualidade²⁴ que, utilizando uma amostra de 368 pessoas (dentro da qual o grupo entre 15 e 21 anos representa 17,8% do total) indica que 49,2% informaram ter sido agredidos e 47,3% discriminados, figurando a escola como local de discriminação apontado por 25% dos informantes.

E de Borrilo (2000), a partir de um estudo de Manson e Palmer (1996), o dado de que 44% dos adolescentes que se auto-identificaram como gays, neste estudo, indicaram ter sido vítimas de violência homofóbica por parte de seus colegas de escola e 14%, por membros de suas famílias. Já da publicação “Rapport sur l’homophobie – 2005”, há a referência de que entre as denúncias recebidas de agressão em meio escolar, 30% delas tem como agentes da agressão educadores.

Da mesma forma, o trabalho de Abromavay (2004) denuncia a rejeição aos homossexuais na escola. De uma pesquisa realizada em 13 capitais brasileiras, aproximadamente 27% dos jovens informantes indicaram rejeição a um colega homossexual.

O trabalho de Louro (2000) contribui para o entendimento deste dado, pois, segundo a autora, no espaço da escola a experimentação da sexualidade homoerótica é refutada: *“a esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada*

²⁴ Estudo realizado através de parceria nuances, Centro de Estudos em Cidadania e Segurança – CESeC, da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, vinculado a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Núcleo de Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde – NUPACS/UFRGS, durante a 8ª edição da Parada Livre de Porto Alegre. A Parada é um evento alusivo às manifestações mundiais de reivindicação e protesto pela discriminação e outras violências dirigidas às pessoas que se auto-identificam como lésbicas, gueis, travestis, transgêneros, transexuais e bissexuais.

pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia.” (p.27).

Chama a atenção que, ao mesmo tempo em que temos estes indicadores da visibilidade das situações da violência, eles não correspondem a um movimento de acesso à justiça por parte das pessoas agredidas ou discriminadas, pelo menos desde os dados da pesquisa da Parada Livre²⁵. Mesmo que não se tenha uma *base line* sobre o acesso nos anos anteriores, segundo a análise preliminar dos dados da Pesquisa Políticas, realizada por Knauth e Benedetti (2005) há informação de que:

Do total de entrevistados que relatou alguma violência, 30,2% não procedeu a nenhum tipo de relato, seja para algum órgão ou instituição competente, seja para círculos mais íntimos de amigos e familiares. Apenas 14,8% relatou a agressão sofrida à delegacia de polícia, e somente um caso foi denunciado à Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Porto Alegre e outro único foi encaminhado ao Ministério Público. Os baixos índices de denúncia das violências e discriminação sofridas são indicativos, por um lado, de uma certa descrença nas instituições públicas e na legitimidade dos assuntos ligados à homossexualidade nestes espaços; e por outro lado, algum nível de homofobia internalizada que faz com que a própria vítima sinta-se como o culpado de tal situação, não revelando para ninguém, sequer para os círculos mais íntimos, a violência/discriminação sofrida.

Impera, portanto, ainda o silêncio, na maior parte das situações. Uma clandestinidade que contribui para o alargamento das situações de violência.

E embora no Brasil não existam dados ou estudos sobre o suicídio, associados à vivência de situações de homobofia, chama a atenção que Porto Alegre figure entre as duas capitais brasileiras com maior número de suicídio de jovens (WERLANG; KELLER, 2005) e que a Capital contabilize o triplo de coeficiente de suicídio de homens, em relação a outras capitais (SOUZA et al apud WERLANG; KELLER, 2005).

25 Embora, no primeiro trimestre de execução do Projeto Rompa o Silêncio, Centro de Referência em Direitos Humanos, realizado pelo nuances, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, tenhamos recebido 17 situações de discriminação e outras violências motivadas por orientação sexual.(nuances, 2006)

De um estudo realizado em uma emergência de pronto socorro em Porto Alegre, a partir de uma amostra de 22 casos, 43% deles tinham entre 19 e 22 anos (KELLER; WELANG, 2005). Segundo Santos et al. (1996), e Marcondes Filho et al. (2002), o suicídio constitui-se como a terceira causa de morte, por fatores externos, entre os jovens, também na Capital.

Para Meneghel e Victora (2004), o suicídio vem se constituindo um problema de saúde coletiva no Rio Grande do Sul, indicando ainda que o padrão etário da mortalidade por suicídio vem mudando, associado às poucas perspectivas para a população mais jovem. O que remete à idéia da precariedade das condições de enfrentamento de situações conflitantes, e em especial, considerando-se também a cultura machista no RS, dado que pode estar associado, como indicado, pela maior incidência do suicídio entre a população masculina.

O trabalho de Verdier e Firdion (2003) é provocador neste sentido. Não muito distante da situação brasileira, o suicídio entre jovens de 15 e 24 anos é a segunda causa de morte na França, imediatamente após os acidentes. Os pesquisadores chamam a atenção para o fato de que estudos norte-americanos e franceses recentes mostram que há uma ligação entre tentativa de suicídio ou suicídio entre jovens e a orientação homossexual ou bissexual. Os autores ressaltam que trabalhos epidemiológicos nos últimos anos mostraram que a homossexualidade em si não constitui uma causa direta de comportamentos suicidas, mas que a homofobia incorporada à orientação homo ou bissexual acresce, de maneira significativa, a probabilidade de realizar tais condutas.

O suicídio tem relação, portanto, com a homofobia e com heterossexismo presentes nas sociedades. Os autores indicam que, apesar das diferenças de escala e definição, os resultados são convergentes, indicando que entre os sujeitos do sexo

masculino, a orientação homo/bissexual está associada de maneira significativa às tentativas de suicídio.

Estes estudos sugerem que os jovens homo/bissexuais têm de 4 a 7 vezes mais riscos de fazer uma tentativa de suicídio que os homens jovens heterossexuais, de mesma idade e condição social. Um dado que pode ser corroborado por Louro (2005), quando afirma que *“desde os primeiros anos de infância, os meninos são alvo de uma especialíssima atenção na construção de uma sexualidade heterossexual. As práticas afetivas entre meninas e mulheres parecem ter, em nossa cultura, um leque de expressões mais amplo do que aquele admitido para garotos e homens.”* (s/n)

No entanto, e numa direção não contrária à Louro, mas que aponta para a dupla dominação das mulheres lésbicas, entre as meninas homo ou bissexuais, os dados ainda são alarmantes, pois estas apresentam um risco 40% maior de suicídio em relação às de orientação sexual exclusivamente heterossexual. Os autores acrescentam ainda que, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá, pesquisas mostram que os jovens homo/bissexuais declaram significativamente e seguidamente serem vítimas de atos violentos de seus pares heterossexuais.

Estes estudos colocam em evidência o efeito significativo de um jovem homo/bi ter sido submetido a uma experiência de discriminação, a partir de três domínios de vulnerabilidade: homofobia, racismo e pobreza. E as principais conseqüências desta vulnerabilidade, segundo estes estudos são a ansiedade, depressão e idéias suicidas associadas ao isolamento social e a uma baixa estima de si.

Para Verdier e Firdion (2003), também a possibilidade de “sair” da negação da homossexualidade em um circuito hostil pode ser um fator de risco importante. O

que é corroborado por Borillo (2000), pois o anúncio de “sua diferença” aos próximos e principalmente aos membros da família constitui, com efeito, a principal causa de angústia para os jovens homossexuais.

Ressalto então o porquê que de sentir-me convocado neste estudo em pensar e ao mesmo tempo em intervir sobre os estigmas associados à sexualidade. Pois urge confrontar os fatores que contribuem para a vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, dirigir esforços para acompanhar os movimentos de resistência e a possibilidade de criação de espaços outros àqueles da violência. Neste movimento, também, acredito no quanto e como as estratégias de enfrentamento à epidemia da aids e da homofobia podem se constituir em “espaços outros” inspiradores e problematizadores de ações no combate à violência (FOUCAULT, 1967; ERIBON, 1999).

I.IV - a definição do problema de pesquisa

O que penso ser inusitado, neste trabalho, em relação aos já citados, é a intenção de problematizar a idéia de que através de uma intervenção com um coletivo tenhamos a possibilidade de pensar sobre os modos de experimentação da cidadania e de produção de subjetividade, no jogo das sexualidades. Situando, assim, a intervenção em oposição ao assujeitamento moral e outros fatores que corroboram para a vulnerabilidade social dos jovens, incluindo a própria definição das categorias que sustentam estas intervenções, ou seja, a idéia de intervir, “isolando” grupos específicos.

Busca-se aqui, outro feito, problematizar a trama regulatória que associa uma fase de vida (juventude) à sexualidade e ao gênero, tendo como palco uma ação, primeiramente entendida como de saúde (e financiada pela Saúde Pública e realizada por uma ONG), com o objetivo de enfrentar um possível recrudescimento da epidemia de hiv/aids entre uma população tida como “específica” (jovens homossexuais e outros jovens hsh).

Perguntando-me inicialmente quais seriam as estratégias que os jovens do grupo utilizavam face às experimentações da sexualidade (minha pergunta original de pesquisa) minha análise privilegiou as posições que estes jovens ocuparam ou puderam ocupar para que algo pudesse ser dito e inventado no espaço do grupo, em suas vidas, assim como analisar os movimentos do mesmo. Que condições de enunciação estavam presentes, assim como que condições políticas sustentavam as regras de dispersão dos enunciados, tendo em vista as possibilidades de transformação dos jogos de verdade que legitimam uma “verdade sobre o sexo” (FOUCAULT, 1980).

I.V - ferramentas conceituais e princípios do método

Procurando também promover a produção de outros modos de conhecer, no sentido mesmo de uma subversão à política do conhecimento hegemônica, que viesse ao encontro da própria problematização que proponho nesta dissertação, sigo influenciado, explicitamente, pela perspectiva apontada por Louro (2004) sobre as contribuições dos estudos feministas, gays e lésbicos e da teoria *queer*.

Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* vêm promovendo uma nova articulação entre sujeitos e objetos do conhecimento. Não são apenas novos temas ou novas questões que têm sido levantadas. É muito mais do que isso. Há algumas décadas os movimentos e grupos ligados a esses campos vêm provocando importantes transformações que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento. Desafiando o monopólio masculino, heterossexual e branco da Ciência, das Artes, ou da Lei, as chamadas minorias se afirmam e se autorizam a falar sobre sexualidade, gênero, cultura. Novas questões são colocadas a partir de suas experiências e de suas histórias; noções consagradas de ética e estética são perturbadas.(p.24)

Eribon (2000), por sua vez, sugere que se trata de abrir perspectivas à invenção histórica de nós mesmos, à experimentação e à inovação. Ou seja, segundo ele, um sentido possível é aquele de agir através de uma política sem outro programa (e, talvez, melhor mesmo, sem programa, eu diria) que aquele que consiste em desejar fazer proliferar a diversidade e, portanto, as liberdades e as possibilidades. O que implica uma ética da subjetivação que abriria então outros espaços (indefinidos), de uma generosidade acolhedora à multiplicidade de escolhas individuais e coletivas e à pluralidade de aspirações e de modos de vida.

O trabalho de Ferrari (2004), ainda, aponta para os estudos das homossexualidades como estando situados no campo dos saberes nômades, pois, *“se as homossexualidades não fazem parte dos estudos consagrados, se não estão presentes na escola como produção de conhecimento, isso não significa dizer que elas estão renegadas ao desconhecimento e desinteresse”* (p.402).

Procurei, desde o plano de uma intervenção no campo da saúde e dos direitos humanos, compreender por onde escapamos e como nos reinventamos face à homofobia e às capturas identitárias associadas aos processos de normalização da sexualidade. Inclusive no que se refere à construção de uma homonormatividade (ou seja, uma determinada forma “correta” ou “normal” de “ser” guei, lésbica, trans, etc.).

Esforços que reuni para compreender quais seriam as condições de possibilidade que poderiam se fazer presentes nesta ação em análise que permitiriam pensar se foi possível instaurar um lócus de resistência, no sentido dado por Foucault (1976). Algo capaz de me fazer imaginar que alguma condição de reversibilidade destas posições pudesse ser aberta. Perseguindo uma questão foucaultiana: como e se poderia se instituir forças subversivas, no sentido de uma ascese direcionada a uma vida criativa (FOUCAULT, 1984d), no sentido mesmo de ter-se garantido, neste espaço inventado, os direitos de liberdade de expressão e de uma vida com dignidade.

Logo, a idéia de pesquisar-intervindo vem significar uma tomada de posição, no sentido de arriscar-se na construção de uma prática e analítica na perspectiva ética, estética e política. E isto significa dizer que a pesquisa se faz em movimento, considerando as possibilidades de experimentação, ou seja, desde uma continuada correlação entre cultura, campos de saber, normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 1983).

Como apontam Rocha e Aguiar (2003):

o processo de formulação da pesquisa-intervenção aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. (p.67).

Afirmam ainda, as autoras, que se trata da construção de uma atitude de pesquisa em que se radicaliza a idéia de interferência como condição para o próprio conhecimento. E, portanto, enquanto ferramenta de análise e intervenção, a pesquisa, por sua vez, neste estudo, buscou a reflexão constante sobre os efeitos do trabalho do agente da pesquisa-intervenção. Considerando, como argumenta

Foucault (1984b), que o papel do intelectual não é o de moldar a vontade política dos outros.

O que persegui foi o compromisso de tensionar a institucionalização das identidades, estando atento à emergência de movimentos de criação de novas formas de ser e experimentar a sexualidade e a cidadania, bem como dando atenção especial aos movimentos provocados pelos inimagináveis efeitos da própria intervenção, que tomavam dimensões para além do espaço da convivência grupal.

Assim, também esteve presente a insistente interpelação da reflexividade que caracterizou a análise da implicação do pesquisador. Ou seja, onde residia a minha vontade de saber e como ela se articula aos jogos de verdade presentes nesta determinada/ nova relação de poder. Busquei assim fazer o exercício da ação reflexiva, ou seja, de *“interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições”* (FOUCAULT, 1984b).

Pois como aponta Paiva (2000):

(...) para sermos sujeitos sexuais, para sentirmos que temos capacidade e direitos, necessitamos de oportunidade para exercê-los. (...) É a experiência refletida que constrói o sujeito ativo da aprendizagem. Se as condições para experimentar são limitadas por forças (sociais, culturais) que individualmente não se consegue confrontar ou conciliar, a sensação de impotência será sempre maior que a sensação de poder (p.282)

Tratei, por conseguinte, em operar com rigor na incessante crítica do meu “fazer-me pesquisador”, considerando a premissa de que o campo de intervenção sempre esteve e está saturado de significações éticas e morais, estéticas e políticas e de que eu, aqui, me posicionei não como um analista contemplativo, mas como agente de uma intervenção e também um “mais um” nesta intervenção coletiva chamada projeto “Saindo do Armário e Entrando em Cena”.

Deste modo, é importante ressaltar que a perspectiva do trabalho coletivo fez-se na direção de compreender o grupo enquanto dispositivo (BARROS, 1994) de subjetivação. A análise deste processo só foi possível ao assumir que as possibilidades de expressão acionadas no campo da sexualidade em um contexto juvenil e de uma ação institucional se deram a partir de um jogo específico de legitimação da verdade. Sobre o papel dos sujeitos envolvidos e sobre estes “novos” jogos de poder-saber que instauramos.

Cabe salientar, a inspiração veio a partir de Foucault (1984a), no sentido de que esses jogos não são impostos de fora para o sujeito, mas eles abrem um campo de experiência em que o sujeito e o objeto são constituídos apenas em certas condições e que não para de se modificar, de modificar o próprio campo da experiência.

Em sendo assim, os princípios do método de que lancei mão neste estudo consideram que conhecer implica em transformar-se (ROCHA e AGUIAR, 2003). Uma vez que o que produzimos não é mais do que o efeito de efeitos históricos, em um exercício no qual as tradicionais figuras de sujeito e objeto se dissolvem no fazer da reflexão e da ação.

E desde os primeiros movimentos de aproximação com o campo busquei a possibilidade de analisar e tensionar os regramentos que formam um determinado discurso. Isto é, orientei meu trabalho no sentido de que a partir do meu encontro - o “agente da pesquisa-intervenção” - com o “pesquisado” se produziria uma composição inimaginada e que estas figuras tão definidas assim, não eram mais do que passageiras, pelo menos do ponto de vista de definir o rumo ou os moldes desta ação.

Portanto, foi preciso esforço para garantir a heterogeneidade deste espaço, sob o risco de perder o mais precioso deste processo, as experimentações de cada um do grupo e a própria experimentação de um grupo.

Atento aos enunciados que compuseram algumas experiências neste processo, como aquele que será analisado no capítulo “homofobia: um mundo de injúrias”, me propus a analisá-los, como aponta Foucault (2004) sem referência a um cogito - mas desde uma posição que:

(...) não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal. Ela situa-se, de fato, no nível do “diz-se”- e isso não deve ser entendido como uma espécie de opinião comum, de representação coletiva que se imporá a todo indivíduo, nem como uma grande voz anônima que falaria necessariamente através dos discursos de cada um; mas como o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor.(p.138-139)

Ou seja, tentei buscar a suspensão do *a priori*, levando em conta o efeito de raridade dos enunciados – no qual trata-se de se aproximar da perspectiva foucaultiana de “pesar o ‘valor’ dos enunciados.”, valor que não é definido por sua verdade, não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e troca, sua possibilidade de transformação (FOUCAULT, 2004).

Tratando-se mais de uma intervenção que buscou seguir os princípios da genealogia, no sentido em que problematiza as condições de possibilidade de emergência dos discursos que se opõem e/ou associam nos jogos de verdade e que dão os contornos à relação dos sujeitos consigo mesmos no processo de sua (auto)constituição. Ou seja, como os sujeitos se confrontam e como combatem às formas de assujeitamento, cujas estratégias modernas consistem na manutenção das clivagens envolvendo o gênero, a sexualidade, os estilos de vida, as etnias e as

desigualdades sociais decorrentes da pobreza, ao mesmo tempo em que se trata de agir/ combater no sentido da reversibilidade destas formas de assujeitamento.

Os conceitos de ética, estética e política que conformam a perspectiva genealógica estão ligados na obra de Michel Foucault. No entanto, tentarei, apenas didaticamente, apresentá-los enquanto linhas independentes. Mas que se tramam nos processos de subjetivação e na produção do conhecimento.

Segundo Foucault (1984e) a ética se refere a uma prática, a maneira como cada um reflete sobre a forma como se constitui a si mesmo como sujeito moral inserido em um determinado código. Ou seja, como apontam Nardi e Silva (2004), a ética pode ser entendida como a problematização dos modos de existência, tanto nas relações com os outros como em relação a si mesmo:

Nessa direção, Foucault distingue a moral como o conjunto de regras e preceitos veiculados pelas instituições prescritoras – como a família, a religião, a escola e o trabalho – e a ética como o comportamento real dos indivíduos em relação a essas regras. Assim, a determinação da ‘substância ética’ implica na análise dos modos de construção da relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo”(p.93)

Seguindo os passos foucaultianos, a estética será compreendida aqui na dimensão da produção da existência. Conceito este que aparece notadamente nos últimos trabalhos do autor, em torno da sua “História da Sexualidade”.

A idéia de estética de existência, na obra de Foucault, remete-nos a possibilidade de fazermos de nossa existência algo como uma obra de arte. Portanto, como indicam Nardi e Silva (2004), a estética remete para um exercício da sensibilidade em relação ao mundo; de deixar-se afetar pelo outro, como apontam, como um dos elementos indispensáveis para a prática reflexiva da liberdade.

De outra parte não existe uma definição única de política na obra de Foucault. Toda a sua obra pode e deve ser considerada como política; no sentido em que o papel do intelectual aparece como aquele que faz a história dos problemas de cada

tempo e aponta para os riscos do presente. Assim, a idéia de política pode ser tomada no trabalho de Foucault como campo de disputa sobre as formas de organização social mediadas pelas relações saber-poder.

Assim, a proposição “Sair do Armário e Entrar em Cena” interpelou-me no sentido da necessidade de estabelecer estratégias de desnaturalização dos modos de pensar/ intervir no campo das sexualidades, bem como sobre os efeitos de suas análises sobre as experimentações de um grupo.

Para registro do processo do grupo foram realizados diários de campo que incluem não somente os relatos produzidos a partir dos encontros, mas também percepções e apontamentos do cotidiano da vida que cercava a intervenção. Também constituem o *corpus* da pesquisa e a memória do projeto entrevistas individuais e coletivas com os participantes, textos elaborados para a produção da revista do projeto, transcrições de esquetes teatrais e o registro em fotografia e vídeo. Nem todos, por limitações de aporte teórico e técnico, puderam ser utilizados nesta análise, como a fotografia e o vídeo, por exemplo.

Também foi utilizado neste estudo um documento disponibilizado pelo Ministério Público do Estado do RS, chamado “Relatório de Vistoria – nº 297/05”. Um relatório expedido por um técnico em Serviço Social, que teve como objetivo, para o MP, averiguar a representação de denúncia que fizemos de violação de direitos humanos nos estabelecimentos da Fundação Especial de Proteção.

Tomando como princípio para a pesquisa-intervenção a perspectiva genealógica, em oposição a métodos descritivos que priorizam a constância histórica ou o traço antropológico imediato, como sugere Foucault (2004) busquei no “registro” da pesquisa romper com a escrita-análise causal. Neste sentido a genealogia foi utilizada como possibilidade de traçar as linhas que constituem o

regime de materialidade que torna possível um enunciado, redefinindo as suas possibilidades de (re)inscrição e legitimidade nos jogos de poder e verdade, do que individualidades limitadas e perecíveis (FOUCAULT, 2004).

Como no caso do capítulo “homofobia: um mundo de injúrias”, onde tomo como instrumento de análise documentos, tais como cartas e depoimentos das jovens que passaram por situações de violação dos direitos humanos em estabelecimento de proteção especial, assim como o documento “vistoria”, que explicita o modo como vão se constituindo as redes discursivas que reiteram a norma do sexo e do gênero.

I.VI - caracterização da intervenção

O projeto - nos seus primeiros doze meses de duração, entre outubro de 2004 e outubro de 2005 (o projeto se mantém em 2006, mas só foi possível trabalhar com uma sistematização deste primeiro período²⁶) – nas atividades de grupo, propiciou

26 A partir de janeiro de 2006, o convite vem nos seguintes termos: “*todo o sábado é dia de cinema – baladinhas – bate-papo – giro pela rua – teatro – babados e bugigangas no projeto gurizada*” e “*o nuances convida jovens gueis, lésbicas, travestis, héteras, trans e bis, para encontros descolados todos os sábados, das 15h às 18h na sala 10 Mercado Público*”. E as atividades consistem em trabalhar um tema gerador por mês, através de uma sessão de cinema, um encontro com convidado para abordar o tema, uma saída externa e o encerramento das atividades do mês, com uma oficina de teatro, com o objetivo também de reformulação estética das discussões do mês. Em março, o tema foi prostituição. Apresentamos o filme Pixote, convidamos Cláudia de Quadro, que atua no GAP/RS em trabalho com profissionais do sexo homens (garotos de programa), fizemos ainda um piquenique na Praça da Alfândega, tradicional zona de prostituição de homens e mulheres e encerramos o mês com a elaboração de três esquetes teatrais. Ou seja, todas as atividades se relacionam e potencializam com a temática do mês, definida pelos jovens. Em seu conteúdo e forma.

aos jovens a participação em 42 atividades envolvendo temas relacionados à vulnerabilidade social e a cultura da diversidade sexual.

Estas oficinas buscaram desconstruir as práticas de normalização moldadas pela heteronormatividade, e como estas se relacionam como a violência urbana, a cultura, o trabalho, a educação, a família, a saúde, o Estado e suas instituições.

O público que ainda acessa o projeto (pois o mesmo se mantém) se constituiu de jovens que vivem, em sua maioria, em bairros de periferia de Porto Alegre e região metropolitana. A cada encontro reúnem-se em torno de 16 jovens, chegando o grupo muitas vezes a comportar em torno de 25 pessoas, com idades entre 14 e 25 anos. Todas as atividades são acompanhadas por dois integrantes da ong nuances. Entre eles, este pesquisador.

Quase todos os jovens vivem em condições econômicas marcadas pela desigualdade social e se reconhecem enquanto homossexuais – gueis, lésbicas, transexuais e travestis e bissexuais – e heterossexuais (quase sempre meninas). Sendo que é importante ressaltar que, mesmo que a diversidade tenha se instaurado, o grupo é majoritariamente composto por jovens homens gueis. Em média, 1/3 dos participantes se identificam como afrodescendentes. Alguns concluíram o ensino médio e os outros ainda encontram-se estudando. Um participante cursa nível superior e dois não ultrapassaram o ensino fundamental. Das cinco jovens travestis e transexuais que freqüentam o projeto, somente uma concluiu o ensino médio, mas não obteve o título, pois foi impedida de realizar o estágio profissional em magistério. Uma jovem, que se auto-identifica como travesti, teve passagem pela FASE e têm mandado de segurança expedido. Outra foi desligada de estabelecimento de proteção especial e uma resta impedida de participar do projeto, permanecendo no mesmo estabelecimento de “proteção”.

A principal via de acesso tem sido por indicação dos amigos. No entanto, algumas(uns) foram encaminhadas(os) por outras organizações que trabalham com jovens e direitos humanos.

O trabalho de intervenção com as(os) jovens teve início em outubro de 2004, depois de um mês de intensa atividade de divulgação em espaços de sociabilidade homossexual da cidade de Porto Alegre - especialmente em bares, boates e locais “abertos” de grande circulação de jovens - e junto a ONGs e OGs. Juntamente com três drag queens que desempenhavam estilos mais “juvenis”, a equipe de intervenção percorreu estes espaços com o seguinte convite, impresso: “O nuances está desenvolvendo o Projeto Gurizada, Saindo do Armário e Entrando em Cena, voltado para jovens gueis, bissexuais, lésbicas e travestis. Venha fazer parte dos encontros Babados&Bugigangas sobre arte, direitos, comunicação, sexualidade e comportamento, sempre com convidados descolados e atividades atinadas.”

Os encontros acontece(ra)m sempre aos sábados, na sala 10 do Mercado Público, das 15h às 18h. E, nas sextas-feiras, à tarde, foram realizadas as atividades de finalização da revista do projeto e as aulas de inglês ministradas por professora voluntária e com o apoio da Instituição Murialdo. Esta formação em língua estrangeira é preparatória para um intercâmbio internacional com jovens da Itália, Argentina e Alemanha que está em andamento. A ação se constitui também como estratégia de formação para o ingresso no mercado de trabalho.

Estas atividades foram sistematizadas pelos participantes e consistiram em:

a) um encontro mês com convidados, para tratar de temas emergentes no grupo (exemplos de temas já tratados: acesso à justiça e os direitos humanos de jovens e adolescentes; redução de danos – substâncias psicoativas; hiv e aids; acesso à saúde pública; redução de danos – a produção do corpo de travestis e

transexuais; arte e performance drag queen; outras experiências de projetos dirigidos a jovens homossexuais no Brasil);

b) uma atividade mês para a exibição de filme ou documentário, escolhidos pelos usuários, seguidos de debate (foram projetadas as seguintes obras: Madame Satã, Delicada Atração; Assunto de Meninas; Borboletas da Vida (ABIA); Juliu´s Bar;

c) um encontro mês para realização de oficinas de arte (exemplo: oficina de ilustração em quadrinhos);

d) uma atividade mês realizada fora do espaço habitual do projeto: como idas ao teatro, visitas a museus e outros espaços culturais e de sociabilidade da cidade, como piqueniques em parques e praças.

Ainda são realizados encontros específicos para a produção da revista do projeto, chamada Babados e Bugigangas, a qual traz conteúdos produzidos através das próprias atividades desenvolvidas no projeto, tratando-se do projeto em revista.

Esta ação foi desenvolvida até julho de 2005 com o financiamento do PN DST/AIDS em parceria com a UNESCO e Secretaria de Estado da Saúde/ RS. O projeto contou com o apoio da ONG Alice – Agência Livre para a Cidadania, Informação e Educação e do NUPACS/UFRGS. Atualmente o projeto não conta com financiamento.

II - HOMOFOBIA: UM MUNDO DE INJÚRIAS²⁷

Às vezes eu chorava, ia pro quarto e chorava. Eles me diziam diversas coisas. Me chamavam de viado, putão, mulher de bola. Júlia, 16 anos.

O menos que dói, Senhor Visitante do Santo Ofício que nos foi mandado pela Santa Sé, é ser enrabado no lugar adequado. (Hermilo Borba Filho (apud TREVISAN, 1986))

Fobia diz respeito a uma reação à angústia e ao medo. Freud, no início do século passado, assinalou que *“se criam sintomas a fim de evitar uma situação de perigo cuja presença foi assinalada pela geração de angústia”* (1998, p.56). Tem-se, assim, fobia a animais, a espaços e a pessoas. A reação a este medo, geralmente é paralisante. Não raro, no entanto, se observam reações de violência ou de agressão, como forma de suportá-los.

A expressão homofobia vem sendo utilizada largamente no contexto dos movimentos glbt e queer, mas em um sentido que me parece não se adequar tanto à complexidade daquilo que produz o ódio e a aversão aos homossexuais e a todas as outras manifestações da sexualidade não hegemônicas.

O que está em jogo, na expressão que vem dando sentido a muitas das violações dos direitos humanos, não é tanto aquele da psicanálise e que remeteria o “problema” a instâncias profundas da psique humana ou ao inconsciente, amparado

²⁷ O título deste capítulo é inspirado e tomado do título de um capítulo do livro de Didier Eribon *“Réflexions sur la question gay”*, vastamente citado nesta dissertação.

na ordem do não racional. Pois, em sendo assim, seria forma mascarada de entender o problema da violência da norma do gênero e da sexualidade.

Em que pesem os riscos desta utilização, mesmo assim lançarei mão da expressão, alargando seu sentido, e assim representando todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todas e todos que não correspondem ao ideal normalizado de sexualidade, que melhor seriam compreendidas pela expressão heterossexismo, em que consiste na desqualificação e outras formas de violências sobre todas as outras expressões da sexualidade não heterossexual.

É claro, pode-se ainda, mantida a expressão, utilizar o prefixo para demonstrar diferentes formas de discriminação e outras violências contra prostitutas, transexuais, lésbicas e bissexuais. No rol das especificidades, então: a putafobia, a transfobia, a lesbofobia, a homofobia e a bissexualfobia.

Como forma de simplificar o seu uso e mesmo de ampliá-lo, utilizarei apenas a expressão homofobia em consonância com autores que servem de aporte nesta dissertação (BORILLO, 2001; ERIBON, 1999, 2005) e que vêm utilizando o termo para expressar aquilo que embala a repulsa e a aversão, hierarquizando vidas. Expressões do ódio, não do medo psicológico.

Um ato de homofobia fere. Mas seus efeitos vão além da dor. Eles determinam lugares e posições para uma vida, reafirmando, no campo da norma, o lugar dos sujeitos na posição de impensáveis, na ordem do precário e do desprezível. Trata-se, sobretudo, em um ato de homofobia, da desumanização do outro, através de palavras, gestos e condutas (BORILLO, 2001).

Definida, portanto, inicialmente como a atitude de hostilidade e ódio aos homossexuais²⁸ homens ou mulheres, a homofobia é, do mesmo modo que a

²⁸ Borrillo (2001) indica que o termo parece ter sido utilizado pela primeira vez em 1971, nos EUA.

xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como o contrário, inferior ou anormal. Referindo-se a um preconceito e ignorância que consistem em acreditar na supremacia da heterossexualidade (BORILLO, 2001).

Borillo (2001) indica que a homofobia, assim como o sexismo (que trata de hierarquizar as relações entre homens e mulheres), aparece como componente necessário ao regime binário da sexualidade. Já que com as diferenças homo/heterossexualidade cria-se um regime de ordenamento da sexualidade, onde os comportamentos sexuais são qualificados como modelo social e referência sobre todas as outras sexualidades. A homofobia, como toda forma de exclusão, aponta o autor, não se limita a constatar uma diferença: ela interpreta e tira suas conclusões materiais.

E é através da injúria que temos uma das expressões mais presentes do ato homofóbico. A injúria, segundo Althusser (apud ERIBON, 1999) é uma das formas mais notáveis daquilo que denomina por interpelação. Althusser indica que na língua francesa (o mesmo podendo servir para o português do Brasil) a palavra sujeito possui dois sentidos: aquele que diz respeito a uma subjetividade livre, um centro de iniciativas, autor e responsável pelos seus atos e, em outro sentido, um ser assujeitado, submetido a uma autoridade superior, portanto, cerceado na sua liberdade, circunscrito a aceitar seu assujeitamento.

É assim, continua Althusser (apud ERIBON, 1999), que se pode dizer que o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que ele se submeta à ordem. Eribon (1999) aponta que Althusser se refere aqui à classe social, mas que se pode transpor para outros elementos da estrutura social, tais como a divisão sexual e a hierarquia entre os sexos e as sexualidades, permitindo-nos compreender a eficácia da injúria.

Ela ocupa a função de uma injunção que assinala a alguém um lugar dentro de um espaço social sexualizado e que se constrói, como já indicado, na desqualificação do sujeito, naquilo que ela ou ele são, dizem e se reconhecem.

Ato que tem sua materialidade afirmada em uma reiteração da norma, que se expressa no cotidiano de nossas vidas, como aponta Borillo (2001); no que diz respeito, a propósito da análise a que me proponho em “ensaio de uma heterotopia juvenil”, sobre a apropriação dos espaços públicos: sinal da ilegalidade cotidiana em função da qual os homossexuais não podem manifestar abertamente suas “afetações”²⁹, pois logo que o fazem, estão submetidos a um olhar desaprovador e assim, não podem deixar de pensar/ não podemos deixar de pensar, que ao fundo sua/nossa atitude é provocadora, militante ou exibicionista (BORILLO, 2001).

Ser nomeado interpela e constitui o sujeito. No entanto, a enunciação injuriosa impõe a questão de saber quais palavras ferem e que representações nos ofendem (BUTLER, 2004). Para Butler, o insulto é uma das primeiras formas de “ferimento” lingüístico. Mas nem todos os nomes que nos dão, aponta, são injuriosos; pois receber um nome é também uma das condições da constituição do sujeito na linguagem. A injúria me diz o que eu sou, na mesma medida em que ela me faz ser o que sou (ERIBON, 1999).

Afinal, quem de muitos de nós homossexuais não teve a consciência da “sua homossexualidade” a partir de um insulto, de um ato injurioso?

Em uma atividade de improvisação teatral, as e os jovens do projeto remontam uma cena da história (real) de Jaqueline:

Improvisação 2: A vida de Jaqueline.

29 A tradução bem poderia dar o sentido de afetos, mas prefiro aqui, a propósito do contexto de militância e de compreensão das expressões e práticas em torno das culturas homossexuais, referir-me às afetações, para além do ideário de amor romântico que poderia estar dirigido na expressão.

Narrador: Dia 14 de dezembro de 1987 nasceu João Teodoro Sampaio, que logo depois foi abandonado por sua mãe [...]foi adotado por outra família, que ficou muito contente com a criança no começo. Aos três anos de idade, ele já era diferente: botava uma saia e ia pra rua imitar a Gretchen.

Narrador: Jaqueline dança uma música da Gretchen

Mãe: O que é isto rapaz? Vamos ver isso aí!

Jaqueline: Mamãe!

Mãe: Mamãe o caramba!

Jaqueline: Desculpe, mamãe?!!!

Mãe: Não tem desculpa!

Jaqueline: Mas eu gosto da Gretchen!

Mãe: Vai brincar de carrinho!!! Gretchen o quê?!!!

Jaqueline: Gretchen!

Mãe: Carrinho!

Jô: Gretchen!

Mãe: Carrinho! Tu és homem!!!

Jaqueline apanha da mãe.

Narrador: Depois, mais tarde, com seis anos, um dia sua mãe a pega usando suas roupas. E ela fica furiosa.

Mãe: Ai, cadê aquela minha saia, queria ir no baile com o Bem, hoje.

A mãe surpreende-se com Jaqueline, João, vestindo sua saia, e grita.

Jaqueline: Mamãe, de novo!

Mãe: De novo, a minha saia!

Jaqueline: porque eu sou a Gretchen.

Mãe: Gretchen... mas vá brincar de carrinho! Ai meu deus, o que eu fui adotar! Tira esta saia!

Jaqueline: Não tiro, eu sou a Gretchen!

Mãe: Meu deus, eu estou criando um monstro dentro de casa!

Narrador: Mais tarde, já com dezesseis anos, na escola, os guris implicavam com ela, porque tinha um jeito totalmente diferente. Jaqueline passeia pelo pátio, alegre.

Colega de escola: O que é isto meu?! Bicha loca!

Os dois brigam e aparece a diretora da escola.

Diretora: o que é isso, não quero briga aqui dentro da escola.

Jaqueline: ele me chamou de bicha!

Diretora: não quero saber quem chamou quem de bicha. Vamos lá que vou chamar a tua mãe. Alô, dona Irene?

Mãe: alô, fala bem. O meu filho [...] o que ele fez – bateu em alguém?

Diretora: Não, bateram nele. Chamaram ele de bicha!

Mãe: de bicha! Não acredito que descobriram.

Para Eribon (1999) a homossexualidade não designa somente uma classe de indivíduos definidos pelas suas preferências e práticas sexuais, mas também como um conjunto de processos de assujeitamento que são tanto coletivos quanto individuais, na medida em que se tem uma estrutura comum de inferiorização.

E qual seja a motivação daquele que lança o insulto, é inegável que ele funciona sempre e fundamentalmente como uma chamada à ordem sexual já que, mesmo que a pessoa designada não seja homossexual, é dito explicitamente que ser homossexual não é somente condenável, mas que todo mundo deve considerar como infame ser acusado por sê-lo (ERIBON, 1999).

Este ato dirigido pode, para Butler (2004), (nos) fixar e (nos) paralisar. E também pode produzir uma resposta inesperada e habilitante. Pois esta nomeação, com o objetivo de ofender, corre o risco de engendrar uma reação na qual o sujeito “ofendido” irá recorrer da própria linguagem, para lhe conter os seus efeitos.

O caso, por exemplo, quando lançamos mão de palavras que nos ofendem e nos desqualificam, ao nosso favor. Mais ou menos como quando, após um comentário pejorativo e ofensivo do tipo “ei, você, seu veado imundo”, eu me voltasse para o sujeito desta enunciação e lhe dissesse “sim, bofe, sou veado! E daí?”. Ou de forma menos belicosa, quando esta reversibilidade dá-se no cotidiano, em alguns contextos, onde nós, homossexuais, entre nossos pares utilizamos as

mesmas expressões que são endereçadas em contextos de injúria como forma de tratamento social, gentil e afetuoso.

Mas não obstante aos efeitos produtivos, no sentido de gerar uma resistência, como apontado por Foucault (1976), que aqui, neste exemplo, se constitui através da linguagem, a injúria também pode vir acompanhada da violação dos corpos, tanto nos atos de agressão física, quanto nos de controle de suas expressões e práticas. Não sendo, portanto, raras as situações que expõem os denominados “desviantes” ou “marginais” ao suplício, à punição, à coerção ou à vigilância constante.

Ou seja, como bem aponta Foucault (1973), normas que se apoderam dos corpos e inscrevem neles as marcas do poder.

Estamos aqui, neste instante, diante daquilo que Butler (2000) denomina como da ordem da constituição da abjeção. Precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000).

E em se habitando estas zonas, não gozando do status de sujeito, muitas vezes as reações da homofobia se expressam nos atos de eliminação: atea-se fogo, corta-se, perfura-se, apedreja-se, mata-se. Suplício e exposição deste abjeto como objeto que explicita a punição àquelas e aqueles que cruzam as fronteiras da norma.

A homofobia, como todas as outras formas de intolerância, indica Borillo (2001), se articula ainda em torno das emoções – crenças, prejudgamentos, convicções e fantasmas -, assim como de condutas, em atos, práticas, procedimentos e leis, e ainda através de dispositivos ideológicos, como através de teorias, mitos, doutrinas e argumentos de autoridade.

II.II - humanos e inumanos

Não se tratando somente de uma violência contra os homossexuais, a homofobia constitui-se uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e de respeito ao outro (BORILLO, 2001). Por este motivo, passo agora a apresentar uma cena de um jogo de poder-saber na arena das relações entre Estado e aquelas que sob sua proteção deveriam ser consideradas cidadãs.

Recorro à idéia dos direitos humanos como condição para pensar as violações da liberdade de expressão e da garantia da vida humana e da sua diversidade. Os direitos humanos constituem-se um marco legal da Humanidade³⁰ e vieram como resposta às atrocidades vividas na Segunda Guerra Mundial. Constituindo-se em um movimento internacional com o objetivo de construir e estabelecer um conjunto de mecanismos de proteção de direitos básicos para os seres humanos. Movimento este que busca a criação de condições de estabilidade, bem estar social e de respeito universal pela condição humana, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (VENTURA, 1999).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos data de 1948 e como aponta Ventura (1999), transcende a concepção estritamente técnico jurídica de seus mecanismos:

³⁰ A idéia do Humano que funda esta noção de direitos não é isenta de críticas e tem uma origem bastante marcada em uma idealização ocidental e judaico cristã da noção, entretanto ela não é imóvel e tem sido resignificada como uma ferramenta de luta pelos movimentos que lutam pelo direito à diversidade das formas de habitar o mundo.

são mais do que normas legais, constituem um modelo ético-moral básico do que seja uma norma justa; podem ser classificados em três lineamentos: o primeiro, direitos civis e políticos; o segundo, econômicos, sociais e culturais e, por último, os chamados direitos de solidariedade.(p.268-269)

A opção por introduzir a abordagem dos direitos humanos neste trabalho se inspirou na ação de algumas organizações da sociedade civil brasileira e mundial. Em especial, a perspectiva que vem sendo incorporada na saúde pública, em um movimento que visa assegurar a todas e a todos o direito à vida e à saúde, como bem aponta Ventura (1999).

Exemplo clássico, neste sentido, é a epidemia de hiv/aids (uma das linhas de problematização que compõe a produção dessa dissertação). Ventura (1999) aponta que:

A epidemia de hiv/aids rompeu vários modelos e ensejou uma nova abordagem. Sendo a primeira epidemia mundial na era moderna dos direitos humanos, os modelos tradicionais de prevenção e assistência até então desenvolvidos, baseados em medidas restritivas de direitos, que visam identificar os indivíduos infectados, isolá-los e paralisar a cadeia de transmissão através de um sistema jurídico-punitivo de exclusão, chocaram-se imediatamente com o modelo imprimido pelos direitos humanos [...] Os primeiros problemas internacionais foram gerados na aplicação dessas medidas restritivas de direitos em segmentos sociais estigmatizados socialmente. Os homossexuais passaram a ser o primeiro alvo das estratégias de prevenção e de exclusão, seguidos pelos hemofílicos e profissionais do sexo. Recaiá sobre eles a culpabilização pelo 'mal do século'. (p.280)

Incorporação esta, que já se afirma nas primeiras conferências dos direitos das mulheres, como aponta Rios (2005):

No âmbito da sexualidade, os instrumentos internacionais de direitos humanos têm evoluído para o reconhecimento da situação de vulnerabilidade das mulheres, tendo como ponto de partida a idéia de direitos reprodutivos (Cabal, Roa e Lemaitre, 2001; Vargas, 1996). Com efeito, após as proclamações genéricas e abstratas relativas ao direito à vida, à saúde, à igualdade e não-discriminação, à integridade corporal e à proteção contra violência, ao trabalho e à educação (inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e na Convenção Americana de Direitos Humanos), sucederam-se documentos internacionais e conferências preocupadas especificamente com a reprodução e, neste contexto, a condição feminina.(p.6)

Rios (2005), inspirado em Collier (1995), propõe a afirmação de um direito democrático da sexualidade que rompa com o tratamento subalterno reservado a mulheres, homossexuais, soropositivos, crianças ou adolescentes, percebidos numa visão tradicional, mais como objetos de regulação do que portadores de direitos.

E foi neste movimento que procedi à análise de uma situação de violação dos direitos humanos, disparada pelo pânico (e confusão) institucional diante da destruição das fronteiras que delimitam os corpos e os seus prazeres. Problematizando os movimentos de desqualificação do humano – na expressão da injúria - através da norma que instaura o binarismo sexual, ou do sexo como algo que define o sujeito, retratando a história de duas jovens que se auto-identificam como travestis. Busquei compreender estas situações desde a perspectiva de um campo de disputa de saber e poder, dentro do qual me situei (assim como as instituições que procederam esta intervenção), como um ator ativo desta disputa.

Assim, trato de explicitar o sentido que atribuí e venho atribuindo à pesquisa em movimento(s): pesquisa-intervenção. A intervenção, em um exercício continuado de reflexão, constituiu-se com o objetivo claro de enfrentamento das situações de homofobia, tanto na medida em que elas sustentaram esta proposta de intervenção (composição do campo de análise), quanto na medida em que estas situações de homofobia foram se apresentando junto a este coletivo.

Operando sobre a diversidade e dispersão dos enunciados normativos e discriminatórios, ensaio-me, nestas estratégias, em desenvolver uma análise das relações de poder-saber que se situam no interior da norma que delimita e reitera a linha de inteligibilidade (corpo) sexo – gênero – sexualidade/ desejo.

Dentre as estratégias utilizadas, além da constituição de um espaço para o alargamento das condições de possibilidade de experimentação da sexualidade,

com um grupo de jovens, também foram realizadas ações de denúncia e orientação legal diante de casos de discriminação e outras formas de violência, assim como realizamos manifestações públicas de protesto.

Foi através da trajetória de Júlia, de 16 anos e Tainá, de 18, duas jovens cujas histórias de vida as conduziram à proteção “especial” do Estado, que tentei explicitar como Este, por meio de seus equipamentos, reproduz a regulação dos corpos e dos prazeres juvenis. Neste caso em análise, pôde-se ver o Estado na sua melhor performance de exercício do biopoder (FOUCAULT, 1976) à luz dos saberes “psi” e de certa vertente do direito, sobretudo, aqueles saberes que legitimam o controle e buscam a administração da vida. Assumindo a proposição de Butler (2004) sobre a constituição dos sujeitos a partir dos atos performativos de interperlação pela reiterada citação de um insulto, de uma classificação, de um status de inferioridade.

Nesta operação de análise foi providencial a busca de documentos, recolhidos durante o processo da pesquisa, que vieram constituir-se elementos-chave na intervenção. No sentido em que contestamos, recusamos e denunciemos as regras prescritivas, pautadas em argumentos e pareceres técnicos.

Localizados em posições diferentes neste jogo de poder, através destes documentos, tratei de explicitar os discursos da norma, desde onde foram enunciados por quem os prescreveu e desde àqueles que a estes foram submetidos. Foram de dois tipos: a) denúncias das jovens envolvidas na situação (através de testemunho escrito, bilhetes e entrevistas) e b) documento chamado “vistoria”, disponibilizado pelo Ministério Público (MP) do Estado do RS, por ocasião destas denúncias de violação de direitos que representamos junto ao MP, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS e junto aos

Conselhos Regionais de Psicologia e Serviço Social³¹. Também estão sendo utilizados neste capítulo, testemunhos com elementos de histórias de vida de outros e outras jovens do projeto, como estratégia de ampliação da análise.

Do documento “vistoria” supra citado foram incorporadas nesta análise somente as declarações das técnicas do abrigo à Assistente Social do MP.

II.III - proteger(-se) e violar

Considerando que esta violação dos direitos humanos se situou no interior de uma política para a infância e juventude, recorro inicialmente a uma cena retratada pelo cinema nacional que trouxe à tona um exemplo doloroso dos processos normalizadores que determinam o humano e o inumano na sociedade brasileira. Um retrato da época em que muitos das/os jovens do projeto estavam nascendo. É preciso lembrar para não esquecer. Foi preciso denunciar para que não se banalizasse a vida.

São Paulo, 1980. Em uma unidade da FEBEM, Lilica, uma jovem travesti, é o centro das atenções de um grupo de homens em uma unidade de privação de liberdade. Um homem, calçando sapatos brancos, roça-lhe a bunda, para divertimento de seus pares - os demais responsáveis pela segurança dos e (das) jovens internos/nas. Instantes depois, Lilica é humilhada e agredida, quando um superior do estabelecimento entra na cena. A situação é interrompida não porque ela estaria sendo tratada com desumanidade, mas porque era ela quem provocava

31 A representação de denúncia foi encaminhada em maio de 2005.

as sevícias e porque não significava nada, era apenas alguma coisa desprezível e que, por isto, não importava. Algumas cenas adiante Lilica é novamente posta no lugar do repugnante e da causadora da “desordem”, com “seus hábitos malditos” e “prazeres perversos”. Sua história de um romance no estabelecimento é utilizada como argumento para encobrir um crime cometido por funcionários, com a anuência da instituição. Crime este que lhe tira a vida do amado.

O filme é Pixote – a lei do mais fraco, do diretor Hector Babenco. E estamos a caminho da abertura política no país e os podres micro-poderes começam a ser denunciados. O filme é um dos retratos cinematográficos mais importantes da história da condição juvenil brasileira e joga nas telas do cinema nacional a concepção correcional e normativa, produtora de violência no sistema de privação de liberdade e de assistência do adolescente (à época os chamados “menores”).

Em Porto Alegre, passados mais de vinte anos, Júlia, 16 anos, também travesti, está em uma unidade de proteção especial para “crianças e adolescentes”. Apesar do tempo, a cena não parece distante. Ela é o centro do gozo coletivo obtido na forma da injúria por uma dezena de outros homens, jovens internos e de um monitor. Desejam saber de suas sensações e prazeres. Chamam-na mulher de bolas, mas não a chamam jamais em seu nome feminino. Suas roupas e demais pertences foram todos recolhidos em um saco de lixo preto. E assim como Lilica e seus amigos da FEBEM, Júlia foge. Resiste.

Há apenas uma diferença entre as duas protagonistas destas cenas envolvendo instâncias representativas de proteção do Estado e duas jovens (estas representativas da agonia da condição juvenil, cujas expressões de vida, de sexualidade, se constituem naquilo que é considerado imoral na norma sexual e hegemônica). A história de Júlia é real:

Porto Alegre, 07 de março de 2005³².

Eu Júlia escrevo este texto retratando fatos que ocorreram no meu Condomínio de (-).

Vim do abrigo de (cidade da região metropolitana) com uma ordem do juiz em união com o de Porto Alegre atestando que eu deveria ir para um abrigo de POA, alegando que eu não tinha vínculo familiar na primeira cidade.

No primeiro dia em que eu cheguei fui para a ARgb na qual fiquei apenas meia hora, pois logo após a diretora me pôs na ARgt. Na ARgt fui para o banho, me deram roupas de guri e a tia começou a explicar como funcionava a casa e perguntou o que tinha dentro da minha mochila. Eu disse que tinha roupas e mais uns objetos. Daí ela quis ver para verificar. Daí começou a explicar que eu não poderia usar roupa feminina lá dentro, tentando me convencer. E eu fui me convencendo, me fazendo de convencida. Ela me perguntou se eu concordava e eu disse que sim. Ela pegou um saco preto de lixo e começou a por minhas roupas e minhas coisas ali dentro. E colocou em cima do armário e disse que eu só ia usar depois que saísse. Nesta casa, mesmo assim, eu usava maquiagem, mesmo não podendo usar. E era chamada atenção, pois ficava estranho para as crianças da casa. Não estavam acostumados. Então, chegou o dia da parada livre e eu pedi autorização para sair. Só que eu podia sair, mas não transformada. Ou eu me transformava no banheiro, na hora em que estavam todos dormindo, na hora do descanso do meio dia. E tinha que sair pela porta detrás. Para ninguém me ver. Daí fui para Parada³³ mas não voltei. Logo após o conselho me levou de volta e daí quando cheguei lá minhas roupas foram guardadas de novo, eu já tinha ido com mais algumas roupas. Mas já naquela casa eu tinha que viver respondendo milhares de perguntas sobre minha opção. Minhas coisas eram roupas, meus preservativos, maquiagem, minhas lingerie. No dia da festa da rádio Farroupilha, discuti com a monitora, porque eu não podia sair de casa. Esperei chegar de noite, fiz minha mochila e no outro dia à tarde esperei ele irem dormir e fugi pela porta da frente, sai. Fiquei quase um mês na rua. Depois o conselho me levou de volta, só que a casa não queria mais me receber. Então entraram em contato com a diretora, porque era de noite, perguntado pra que AR eu iria. Então ela disse que eu iria pra AR gb. Daí o monitor da AR gb, quando soube que eu ia pra AR gb, disse que eu seria premiado na casinha dele. Ai começou todo tipo de preconceito, porque eu era o único gay. Aí me olhavam com umas caras bem diferentes assim, de nojo, de indiferença. Se eu sentava num lugar levantavam, saiam pra cochichar. Eles tinham nojo de mim. Alguns ainda tem. E os monitores olhavam e não falavam nada. Às vezes eu chorava, ia pro quarto e chorava. Ele me diziam diversas coisas. Me chamavam de viado, putão, mulher de bola. Um guri da AR gt me agrediu – Marcelo e Josias. Me deu uma bolada e depois me chutou. Quando fui para a praia, na colônia de férias, sofri muito com o preconceito de quase todos os adolescentes e o monitor. O monitor incentivava os gurus a mexer comigo, ele via os gurus me agredindo verbalmente e não fazia nada. Ria junto. E quando eu ia conversar com a Layla, na frente do colégio, em Cidreira, aquela bicha que foi lá no projeto, ele ficava rindo. Houve um dia que ele discutiu com um adolescente e eu tava do lado desse adolescente, daí então ele pegou e perguntou, o que que tu ta me olhando? Eu perguntei se era comigo e ele me encheu de desaforo. Daí ele falou que não era comigo, que era com o guri que tava do meu lado e disse que ia dar um soco na cara dele. Eu me levantei e subi, fui pro quarto e deixei eles discutindo lá em baixo e eu só vi depois que ele

32 Testemunho digitado por Júlia, na sede do nuances.

33 Parada Livre. Evento realizado em Porto Alegre, há 10 anos. Alusivo às manifestações mundiais de protesto e visibilidade contra a homofobia, vulgo, Gay Pride..

subiu chorando, brabo. Quando a gente ia pro centro, que eu ia montada, ninguém queria ir junto, muito menos ele. Pois tinham vergonha. Só dois monitores. Chegou no dia de nós irmos embora, fizeram paredão, quem tivesse mais votos voltava. E eu fui o segundo mais votado. Mas não fui embora porque quem levaria os guris era esse monitor (Juarez). Daí fiquei na praia. Eu voltei pra Porto Alegre e voltei pro Projeto Gurizada. Certo dia estava eu ensaiando para uma performance básica, e tava montada, dentro de um quarto, com uma amiga. Pois só havia nos na casa. Isso eu pensando. Quando de repente entra o Ricardo (adolescente), me botando a boca, dizendo que eu não poderia usar aquela roupa, porque os monitores não permitiam, iam me tirar da AR. Aí fiquei discutindo com ele sobre a questão e continuei ensaiando e ele continuou falando um monte de coisa de os monitores me tirarem daquela AR. Daí eu parei de ensaiar e fui pro meu quarto.

Depois da festa do projeto gurizada estava eu sentada, linda, bela e desenhando a minha aquarela quando dois monitores que estavam na sala e alguns adolescentes me fizeram um monte de pergunta. Perguntaram se eu me masturbava, se quando eu transava com o parceiro eu fazia a ativa também e eu disse que não, mas eles queriam insistir, achando que eu tinha de dar prazer também pro outro. E diziam o que adiantava eu ter um pênis se eu não usava. Perguntavam se eu já tinha transado com guris e eu dizia que não, mas eles diziam assim, como eu poderia não transar com guris e dizer que não gostava. Eu me senti envergonhada, eu não tinha coragem de olhar pro rosto deles.

Júlia

Também no mesmo estabelecimento, Tainá, 18 anos, é outra protagonista dos horrores da vida normativa do cotidiano desta instituição dita de “proteção”³⁴. A jovem tem a vida regulada, administrada, sob a rubrica que a define em um estado de confusão mental.

34 É bem verdade que o sistema de proteção, ao menos no Rio Grande do Sul, passados 12 anos desde a extinção da FEBEM, agora denominada FASE, e com separação da Fundação Especial de Proteção, desta instituição, algo mudou. No entanto, só não modificou o modo como estas instituições lidam com aqueles e aquelas que não correspondem às prescrições normalizadoras do sexo – gênero – sexualidade, além de outros fatores que se associam a esta linha de inteligibilidade do humano. Além dos casos de Tainá e Júlia, acompanhei também o caso de Diana, outra jovem travesti, que foi recolhida à FASE, em 2004, por ato infracional. O nuances, por ocasião de estaria desenvolvendo o projeto Gurizada, foi acionado pelo IAJ - Instituto de Acesso à Justiça, para colaborar no caso da jovem, com o objetivo também de oferecer-lhe alternativa de medida sócio-educativa. Diana foi acusada de ter roubado e agredido um cliente, enquanto se prostituía no Parque da Redenção, em Porto Alegre. Segundo técnicas do IAJ, a jovem permaneceu mais de 30 dias em isolamento na FASE, sob argumento de que tal procedimento destinava-se a sua própria proteção, já que temiam que fosse violentado (não se referiam a Ela) por outros adolescentes devido a sua “opção sexual”(sic): *“Também era alvo de piadinhas preconceituosas e discriminatórias, por funcionários da instituição. Segundo descrição para o Juiz, José”* (mão indicação do nome feminino) *“não conseguia nem aproveitar os 15 minutos de sol que lhe era concedido, pois o destravam. O adolescente, no entanto, relatava que podia se defender dos outros internos, pois sua postura é bastante forte, não sendo necessário tal isolamento. Segundo relato do jovem, o período de internação foi de revolta e de depressão.”*(Documento disponibilizado pelo Instituto de Acesso à Justiça, em 2005)

A situação de Tainá é também bastante dolorosa a mim (a nós). Nosso (do grupo) primeiro encontro foi em 20 de fevereiro de 2005. No seguinte, estava lá, novamente, pronta para se produzir e construir sua performance (no sentido de espetáculo teatral ou show). Neste sábado realizávamos uma ação conjunta com o GAPA/RS e Agência Livre para a Informação e Cidadania, para o lançamento de uma cartilha sobre redução de danos, elaborada por jovens moradores de rua que também freqüentam o projeto. Junto com Tainá estava uma monitora do abrigo.

No encontro da outra semana, a jovem já não podia nos acompanhar. A interdição veio por força das técnicas do local onde vive. Segundo as psicólogas da instituição, ela estaria em confusão mental e teriam de trabalhar para a sua “maturação”, para que então pudesse participar do grupo. A equipe da ONG/ projeto suspeitou dos argumentos e foi ao abrigo para avaliar a situação.

Sob a justificativa psicológica estava a marca da homofobia: Tainá não poderia participar deste projeto, pois isto a confundiria mais, disseram. Fui novamente ao encontro da equipe, visitando também a equipe da clínica psiquiátrica que lhe presta atendimento em saúde mental. Lá, sob nova argumentação do que eu poderia entender como sofrimento psíquico, mas que era o tempo todo tratado como confusão mental, evidenciava-se a conduta heteronormativa das profissionais da área psi: a jovem, numa espécie de acordo entre as partes, depois de algum tempo poderia participar do projeto, mas antes, se “veria a questão”(sic) da inclusão no trabalho e a permanência na escola.

Segundo os especialistas “psi” a possibilidade de um surto psicótico, pelo explicitado, se dava exclusivamente no espaço do projeto. O que causava curiosidade, pois a jovem era estimulada a participar de outras ações. Seguramente

ações “importantes”, como o trabalho e escola. Para sermos claros, aquilo que, na visão das técnicas, dignifica o “homem”!

Também sob o argumento de sintomas específicos, associados a um quadro de bulimia apresentado por Tainá, justificavam uma espécie de confronto da jovem em relação às instituições. Como se ela estivesse “atuando” e confrontando as técnicas. E que isto se referia à quebra dos contratos/acordos estabelecidos, os quais não teriam nenhuma relação com a interdição relacionada ao gênero.

A fala de um monitor do local expressa o desconforto institucional com o processo de cruzamento ou de indefinição das fronteiras de gênero³⁵ movidas por Tainá. A primeira abordagem de um monitor frente à tentativa de suicídio, relatada por Julia, questionava se Tainá teria desejado amputar seu pênis.

Aqui, neste relato, vê-se a agonia de uma jovem que encontra “proteção especial” do Estado num campo onde a compreensão do gênero ainda persiste amalgamada ao corpo(sexo)/gênero e sexualidade (desejo e formas de produção de prazer), na qual *“o deslocamento da origem política e discursiva da identidade de gênero para um “núcleo” psicológico impede a análise da constituição política do sujeito marcado pelo gênero e as noções fabricadas sobre a interioridade inefável de seu sexo ou sua verdadeira identidade”*(BUTLER, 2003, p195).

Tainá, em 22 de março escreve um bilhete, entregue por Julia:

Fernando

Aqui quem fala é Tainá. Estou com muitas saudades e quero voltar pra mim mostrar o que deus não me deu de ser mulher usar vestidos longos e cabelo comprido. Quero também me montar e dublar.

³⁵ Butler (2005c) afirma que o termo transgênero ou ainda sobre a/o transexual e a/o travesti, mais do que designar o homem ou a mulher, denotam uma transição sem fim.

Passado muito tempo sem que tivesse conseguido negociar com sucesso para que Tainá pudesse participar do projeto, ela reaparece. Surge, de repente, pelos corredores do Mercado Público, toda sorridente. Seu corpo todo se agita. Também eu me agito. Uma sensação de liberdade. Tainá nos conta que disse para o pessoal do abrigo que iria visitar sua mãe. Pede que não falemos nada, pois teme ser repreendida. Durante o encontro na sala, Tainá conta-nos da sua situação, a meu pedido, para que o grupo se apropriasse desta história como sendo de todas e todos.

E é em comoção que todas e todos do grupo sugerem que façamos algo. A proposta é de uma manifestação. Trato de dizer a ela que neste período em que não nos vimos que procedemos a denúncias sobre o que estava lhe acontecendo e pergunto-lhe se quer que prossigamos. Tainá concorda.

Combinamos de fazer uma manifestação dali a duas semanas, no dia 13 de setembro de 2005. No outro sábado, faríamos as faixas e os cartazes para o protesto, pela liberdade de Tainá. Neste momento, peço a ela que escreva relatando o que está lhe acontecendo: *“Eu Cláudio André³⁶ quero voltar a freqüentar o nuances, mas o abrigo X não permite, e a clínica também me proíbe de participar das reuniões. Nome atual: Tainá. 03/09/2005.”*

Em março de 2006, depois de três adiamentos de reunião no Ministério Público Estadual, recebo da Promotora responsável pelo caso um documento intitulado “Vistoria”. Nesta reunião, deveriam estar presentes representantes da Fundação e da Fase (esta convocada, pelas violações envolvendo outra jovem com a qual trabalhou, que se encontrava em situação de privação de liberdade).

³⁶ Assim como o nome feminino, também o nome masculino foi substituído.

O documento retrata com grande fidedignidade muitas das coisas que eu e meus companheiros de trabalho já havíamos ouvido das representantes da Fundação, e que são tomadas agora na sua materialidade, já que até então eu não poderia utilizá-las, pois seria apenas um jogo de ditos entre os representantes destas instituições – nuances e Fundação.

Sem expandir as críticas à ação de “vistoria”, em que cujos esforços o MP veio atender nossa representação de denúncia, faço apenas duas objeções. A primeira, diz respeito ao fato de que a jovem Tainá foi ouvida pela técnica do MP diante das profissionais do abrigo. E, a segunda, de que em nenhum momento neste processo de “vistoria” os representantes da denúncia foram ouvidos.

II.IV - o corpo em revista ou os limites incorporados da norma

Os argumentos expressos na “vistoria” são emblemáticos da norma sexual. As técnicas do abrigo centram sua “defesa” no fato de Júlia se prostituir e da possível “contaminação de comportamento” que esta provocaria em Tainá³⁷ e em “outros meninos”. Por isto enfatizaram no seu relato à Assistente Social do MP que:

trabalham norteados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, conseguem lidar com as diferenças de gênero, entendem que no Abrigo também há preconceito, como existe na sociedade como um todo, mas que trabalham para reduzir ao máximo. [...] Assim, referiram que a dificuldade não estaria em lidar com a homossexualidade, mas sim com a questão do travesti, quando está ligado à prostituição. Que não podem aceitar a prostituição em hipótese alguma, seja qual for o sexo do adolescente. Citaram três funcionários homossexuais que são respeitados por todos, nunca discriminados (p.4)

³⁷ Quando estive na clínica psiquiátrica que atendia Tainá, a maior preocupação das psicólogas e terapeuta ocupacional dizia respeito à prostituição, como algo realmente abominável.

Compreendo a complexidade da discussão sobre prostituição, mas cabe ressaltar a diferença com aquilo que pode ser entendido por exploração sexual e mesmo as vicissitudes de tal prática na sociedade brasileira. As condições para o exercício da prostituição são precárias e as pessoas que se decidem por tal estão sujeitas a toda má sorte de violências na forma de contrangimentos, humilhações, agressões e condições insalubres de exercício profissional. Hoje, somente Júlia é capaz de dizer se está vivendo bem.

No entanto, o modo como está vivendo não foi motivado também por outra coisa senão que pelos efeitos prescritivos e normalizantes gerados pela instituição que deveria oferecer-lhe condições e respeitar sua construção. Mas tenho certeza de que ela sente-se como alguém pertencente no mundo: “venho aqui, vou no gapa, vou na igualdade, vou num milhão de coisas”(Júlia)

Quase todas as semanas ela aparece na sede do nuances e continua freqüentando o projeto, não com a mesma assiduidade, porque agora precisa dormir à tarde, depois de uma longa jornada de trabalho noturna.

É necessário que se possa compreender a imbricada relação de construção do corpo e de gênero, associada à prática da prostituição em alguns contextos.

Benedetti (2003) aponta que:

O espaço da prostituição é um dos principais lugares sociais de construção e aprendizado do feminino entre as travestis [...]. Assim, os diversos espaços de prostituição de travestis espalhados pela cidade, normalmente públicos e exclusivos, servem de camarim e palco para o processo de transformação do gênero. É nos diferentes territórios de *batalha* (forma êmica com que é denominada a atividade da prostituição) que muitas travestis tiveram seu primeiro contato com outras *monas*, e que viram concretizados os seus desejos de transformação. Normalmente foram trazidas por outra travesti que já freqüentava o lugar e conhecia as demais, que também lhe garantia uma espécie de “proteção” na quadra.(p.105)

O que significa também dizer, segundo a perspectiva apontada por Butler (apud FEMENÍAS, 2003), que o que constitui a persistência do corpo, seus

contornos, seus movimentos, é o material. Porém, como afirma a autora, esta materialidade deve ser pensada como efeito do poder. É neste jogo de poder que se constitui o corpo-subjetividade das travestis e transexuais.

Seguramente, ao pensarmos nas instituições prescritivas interiores à norma, como a família, a escola, as instituições que se ocupam da assistência social ou da saúde, outras instâncias de trabalho, etc., a subjetivação travesti e transexual só encontrará possibilidade de constituição no espaço determinado como impensável, do impossível real - as zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social (BUTLER, 2000; 2005a,b). Como nos questiona uma liderança no movimento de luta pelos direitos de travestis e transexuais: por que as travestis só podem existir à noite? Porque Júlia só pode existir fora deste estabelecimento?

Condição de possibilidade esta, da constituição de si desde o “impensável”, no entanto, que marca o que Foucault (1976) denomina como resistência. Algo intrínseco a qualquer jogo de poder-saber. E por isto mesmo, presente em uma multiplicidade de pontos de resistência, disseminados com maior ou menor densidade no tempo e no espaço. É neste sentido que:

essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela se constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (BUTLER, 2000, p.155-156)

Se concebermos que o que diz que alguém é “aceitável”, imaginável e possível (BUTLER, 2005), como argumentado, seguramente, no caso das travestis e transexuais, teremos nas instituições um divisor de águas. Pois as regras que definem as concepções e práticas funcionam no sentido de reiteração das regras no

interior da norma e não no sentido de estabelecer a possibilidade de invenção de si e de alargamento das margens de liberdade.

Prescrições que conduzem a este tipo de cegueira institucional, pois em momento algum estas operadoras do abrigo deram-se e talvez nunca venham a dar-se conta do que se passou, do que se passava. Os testemunhos de Júlia e Laura (outra participante do projeto) corroboram os argumentos de Benedetti (2000) sobre as possibilidades de constituição de si, para as travestis e transexuais:

eu sempre procurava passar por quadra e dar pelo menos um oi para uma travesti, porque eu queria me aproximar, entende. Mas eu nunca consegui... Daí foi no projeto gurizada que eu consegui os meus primeiros contatos com homossexuais, gays, travestis... Daí foi assim que eu comecei. Comecei a criar amizades, até que agora tem bastante. (Júlia, 16 anos)

Só me vejo numa: na prostituição. Só isso que eu consigo abrir pra mim. É a única coisa. [...] porque eu não consigo imaginar outras possibilidades, entendeu. (Laura, 14 anos)

Não obstante esta “preocupação” com a prostituição, sobretudo inspirada seguramente na idéia de que esta prática constitui-se como algo abominável, dado por contingência e não por uma “escolha” ou inserida em um processo de subjetivação, em nenhum momento desta “vistoria”, lê-se a inflexão de gênero de Júlia no feminino. Tanto por parte das técnicas do local, quanto mesmo da representante do MP.

Disseram ao MP do RS que *“não poderiam autorizar que ele utilizasse roupas femininas enquanto estivesse no Abrigo, tampouco ser chamado por um nome que não fosse de registro. Que existem regras a serem cumpridas e que elas não permitir³⁸ o uso de apelidos pejorativos, para qualquer morador”* (p.4 e 5). Evidenciando-se que “as regras” do estabelecimento não concebem outra possibilidade de compreensão do gênero que não àquela que corresponda à

³⁸ O erro ortográfico é do documento.

determinação do sexo biológico, que não esteja destinada desde o corpo. As técnicas afirmam: *“existem regras a seguir para todos os abrigados, mas (ele) negava-se a obedecer regras. Que ao chegar ao abrigo ele teria concordado em não usar roupas femininas no Condomínio, mas que depois, provavelmente incentivado pela referida ONG, queria andar de batom, peruca e saia, queria sair para se prostituir.”*(p.4).

E que em sendo assim, Júlia seria uma espécie de poluidora, de perigo à instituição de “proteção”.

Mas do que estariam protegendo “as crianças e os adolescentes” neste estabelecimento? De certa forma, a diversidade é “aceita”, contam: *“há no local funcionários homossexuais e que estes são respeitados nunca discriminados”* (p.4).

No entanto, não é deste lugar que vem a agonia institucional. Ela está no cruzamento da fronteiras do corpo-gênero-desejo/sexualidade. Afinal, a homossexualidade, desde que bem adaptada e espelhada no modelo heterossexual, reproduzindo suas normas, como àquelas que configuram a relação de vínculo entre as pessoas, inspirada no modelo casamento e familiar, parece não apresentar maior perigo, imprimindo e reiterando a imagem do “bom homossexual”.

Segundo Roudinesco (2003), o desejo de família e a questão da reivindicação do casamento, por alguns homossexuais, parece ser reveladora do desejo de normalização produzido dentro em um movimento que Butler (apud FEMENÍAS, 2003) aponta como de humanização. Um processo, tal como a abjeção propriamente dita, que combina abjeção e normatividade. Roudinesco (2003) é providencial neste sentido:

o que aconteceu então nos últimos trinta anos na sociedade ocidental para que sujeitos qualificados alternadamente de sodomitas, invertidos, perversos ou doentes mentais tenham desejado não apenas serem reconhecidos como cidadãos integrais, mas adotarem a ordem familiar que

tanto contribuiu para seu infortúnio? [...] Por que este desejo de família [...]?(p.7)

O desconforto produzido por Júlia, nesta instituição, não é outro, talvez, que aquele pelo qual os efeitos últimos para a reiterada constituição de um “bom homossexual” se esgotam. Assim como em Tainá, as fronteiras do corpo – gênero – sexualidade/ desejo, não se definem, não se limitam. A idéia do natural, que até mesmo incorporaria sem tantas vicissitudes a homossexualidade, se esgota no caso das protagonistas desta nossa cena.

Como aponta Butler (apud FEMENÍAS, 2003) *“não há natureza sequer salvo como ficção metafísica: tanto a definição de natureza como a ontologia em geral são produtos (resultados) de tensões de poder. Em conseqüência, não há matéria, nem corpo, nem sexo natural, somente efeitos normativos/ prescritivos (não descritivos) do poder”* (p.58). Argumentam as técnicas do local para a Assistente Social do MP, sobre a homossexualidade:

Sobre a questão do preconceito à homossexualidade, os profissionais³⁹ informaram que alguns meninos demonstravam rejeição às atitudes de João Renato, não queriam nem ao menos sentar do lado dele. Que a equipe procurou trabalhar com os meninos para aceitarem as diferenças, vencer o preconceito. Citaram que a maior dificuldade de João Renato era porque ele agia de forma a não respeitar regras, costumava dormir com calcinhas e uma camiseta muito curta, em quarto coletivo para adolescentes do sexo masculino, bem como provocava os colegas, balançando-se diante deles, utilizando roupas íntimas. A diretora afirmou: ‘ a reação dos meninos era de rejeição total’[...] A assistente social [...] complementou: ‘Para o João, tudo tinha de ser do jeito dele. Não é questão de gênero, mas de comportamento. Ele não queria respeitar regras no condomínio. Ele afrontava o restante dos meninos, querendo ser chamado de Júlia de La Rua. Ele ameaçava me denunciar no Conselho de Serviço Social⁴⁰(p.6-7).

Tainá, não carrega consigo as mesmas transformações corporais que Júlia.

No entanto, sempre se apresentou a nós pelo nome feminino e em gestos e modos

³⁹ Eu havia cometido um ato falho na primeira transcrição que vale a pena retomar, eu tinha escrito: profissionasi.

⁴⁰ Talvez, em um ato falho, mais uma vez demonstra-se o desconforto da instituição, que provavelmente tenha achado melhor vê-la à distância. O sobrenome utilizado por Júlia não é De la Rua. A sonoridade seria como de la ro, não de la rua..

muito próximos àqueles que lhe pareciam como representantes do feminino que provavelmente tenha como referente. As técnicas argumentam que Tainá, para elas sempre Cláudio André, *“não manifesta um constante interesse por adolescentes do mesmo sexo, pois eventualmente fala em ‘beijar meninas, namoradas, e também teria cortado o cabelo em estilo bem masculino, por desejo dele mesmo.”*(p.7).

Na última vez em que nos vimos, ela ainda se apresentou pelo nome feminino. No entanto, apesar do entusiasmo do encontro do corredor, em que seu corpo todo se agitava, seus gestos durante o encontro estavam contidos. Agia como alguns “pacientes” recém saídos de internação psiquiátrica, que depois de um longo tempo de molho, portam uma serenidade que esconde a opacidade e os resquícios da impregnação dos medicamentos. Um estado “de molho”, porém, que esbarra na resistência.

Tainá voltou ao projeto. Fugida. Cabelos nem tão curtos e parecendo-se em muito fisicamente ao cantor Cazuza, naquela fase dos cachos. Mas também, traços daquela fase do cantor que revelou os limites de seu corpo, em uma debilidade imposta desde o exterior. A aids não tirou a coragem de Cazuza. Abreviou-lhe a vida. A “loucura” não expirou em Tainá a vontade, deixou-a apenas no isolamento.

Louro (2005) aponta que:

Não há nenhuma garantia que a heterossexualidade aconteça *naturalmente*, pois, se isso fosse seguro, não seriam feitos tantos esforços para afirmar e reafirmar essa forma de sexualidade. Segundo, que a norma *pode e é* subvertida. Todos os dias, em todos os espaços, homens e mulheres desafiam esta norma. Alguns sujeitos embaralham códigos de gêneros ou atravessam suas fronteiras; alguns articulam de formas distintas sexo-gênero-sexualidade; outros ainda criticam a norma através da paródia ou da ironia. A heteronormatividade se constitui, portanto, num empreendimento cultural que, como qualquer outro, implica em disputa política.

Butler (2005b) denuncia a fragilidade constitutiva da heterossexualidade, pelo seu próprio avesso – pois as práticas sexuais ditas não normais colocam em

questão a estabilidade do gênero como questão de análise na definição do que é ou não “normal” e por isso possível, em termos da sexualidade e de uma vida inteligível.

Ao nos propor a desnaturalização do gênero, como estratégia para conter a violência das normas que o governam Butler (2005b) nos oferece a possibilidade de refutarmos e denunciarmos os pressupostos impetrados pelas interpelações cotidianas - populares ou acadêmicas - sobre a sexualidade, as quais atribuem à heterossexualidade um caráter natural e evidente.

Parece mesmo que as técnicas do abrigo e da clínica psiquiátrica têm realmente problemas com a (homo)sexualidade e mais sérios problemas ainda com aqueles e aquelas que cruzam e borram as fronteiras do estabelecido para o gênero nas regras/normas produzidas no estabelecimento.

Não foi sem disputa que esta situação travou-se. A expressão proteção, várias vezes grifadas no documento de vistoria, corrobora a idéia de que a reiterada prescrição institucional em torno do gênero e da sexualidade se dá em um jogo de relações de poder-saber e, portanto, diz respeito, como apontado por Louro (2005) a uma disputa política.

Nesta arena, não está somente em jogo a desqualificação do outro, mas de tudo que ousa contradizer o instituído e promover a liberdade humana. Como, por exemplo, o modo como trataram os avanços que a saúde coletiva e as intervenções em direitos humanos vêm produzindo. No campo desta disputa política, faz parte das estratégias normativas a utilização de dispositivos ideológicos através de teorias, mitos, doutrinas e argumentos de autoridade (BORILLO, 2001).

Como se pode ler no seguinte argumento: *“com relação à ong nuances, os profissionais teceram críticas, como por exemplo pelo fato de João Renato ter*

assistido a uma palestra, na qual lhe foi explicado sobre o uso de hormônios e a partir de então ele começou a se injetar hormônios” (p.5).

A assistente social faz referência aqui a um evento que está descrito na segunda edição da revista do projeto, elaborada pelos jovens que acessam o projeto. Nesta edição encontramos a chamada “modificando o corpo” que apresenta uma nota sobre uma oficina de redução de danos. A nota diz: *“fizemos um encontro para discutir sobre a transformação do corpo das travestis com o uso de hormônios e de silicone industrial. O encontro foi motivado pelas dúvidas de duas travestis. A principal dúvida? Se bombar ou não. Cada um tem de refletir sobre os riscos e conseqüências. Participaram do encontro Cassandra Fontoura, da Igualdade, e a Dra. Elizabeth Zambrano”*(p.10).

E é com o depoimento de Zambrano (2005), nesta nota, da página 10 da Babados&Bugigangas, que amplio a disputa:

Adorei o encontro com o projeto e acho super importante a criação desse espaço para poder discutir as dúvidas sobre a sexualidade num lugar abrigado do preconceito. [...] A adolescência é uma faixa etária cheia de descobertas sobre o sexo e a identidade, e as discussões são uma proteção contra a falta de informação sobre decisões importantes como, por exemplo, a cirurgia de troca de sexo e o uso correto e protegido do silicone.

Embora sejam recentes os trabalhos sobre a intervenção com redução de danos (RD) no Brasil, em especial em outras abordagens que não a do uso de drogas, Nardi e Rigoni (2005) indicam as tentativas de aplicar o modelo, junto aos trabalhadores intoxicados por substâncias utilizadas em processos industriais (como o mercúrio) ou por agrotóxicos em plantações; às pessoas que usam anabolizantes; e às travestis que fazem uso do silicone ou de hormônios.

A RD é concebida como uma estratégia de saúde pública que visa reduzir os danos à saúde em conseqüência de práticas de risco (PN DST/AIDS).

Neste sentido, se pode apontar, pela oposição e ignorância de alguns operadores na saúde e assistência, os limites das políticas públicas em razão da desarticulação entre secretarias de Estado face à problemática do gênero e da sexualidade.

Foi possível perceber que o Estado é campo de conflito, no qual esforços técnicos e financeiros são direcionados para ações contrárias, por vezes normalizantes e estigmatizantes e por outra possibilitando ações para a ampliação da liberdade.

Neste sentido, a nota técnica do MP, realizada pela AS, e que me pareceu em consonância com o discurso das técnicas do abrigo, é reveladora do conflito com as ações na saúde pública e na assistência. A nota diz que é *“pertinente orientar a ONG Nuances a desenvolver um trabalho voltado ao público exclusivamente de adultos, que não sejam considerados incapazes para o trabalho e para a vida independente”*(p.10)

Cabe ilustrar esta clivagem na saúde e assistência, através de dois elementos: o mais evidente, que este projeto foi apoiado financeiramente pela Secretaria da Saúde do RS. E foi apoiado, porque existem orientações (resultantes de estudos e do histórico das intervenções no campo) sobre a vulnerabilidade social dos jovens brasileiros, em especial ao hvi/aids. No site do PN DST/AIDS (ver Área de atuação Criança, Adolescente e Jovens), encontramos a seguinte descrição de suas estratégias prioritárias:

O Programa Nacional de DST e Aids tem como uma de suas principais estratégias reduzir o número de novas infecções pelo HIV e outras doenças de transmissão sexual entre jovens, concentrando, particularmente, esforços para eliminar as desigualdades de gênero, raciais, étnicas e o combate à discriminação por orientação sexual na população juvenil. Três frentes de atuação se articulam a esta estratégia: 1. Implantar programas de prevenção das DST/Aids dirigidos a jovens em situação de rua nas 27 UF; 2. Implantar as estratégias de aconselhamento e disponibilização de insumos previstas no Plano Nacional de Saúde dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas em regime de internação e internação

provisória; 3. Implantar e implementar o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas da rede pública de educação e saúde.(s/n)

Desaconselhados a realizar intervenções, um questionamento parece bastante viável: quem está habilitado a “trabalhar” com as questões de gênero e de sexualidade?

Como aprendemos com Foucault (1994), a sexualidade diz respeito à possibilidade de acedermos a uma vida criativa; e mais, de se pensar novas formas de vida, de relações e de amizade na sociedade, na arte, na cultura, enfim, novas formas que se instaurariam através de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas.

Mas parece que, pelo menos no contexto deste estabelecimento, estas possibilidades não se encontram. O que está em funcionamento é o dispositivo da sexualidade como estratégia normalizadora.

O trecho que recomenda não trabalharmos com os jovens revela o pleno funcionamento da norma: *“em nenhum momento o jovem referiu questões de preconceito/ discriminação, citou apenas certa dificuldade para aceitar regras, o que pode ser considerado dentro da normalidade, na faixa etária e na condição de risco social em que encontra”*. (p.9-10).

Tudo parecendo estar dentro da normalidade.

No entanto, a liberdade nos permite mais um dois passos. Sábado, 22 de abril, Tainá volta ao projeto, depois de ter sido desligada do abrigo, há uma semana. O motivo, segundo ela, abusou de uma menina de 8 anos.

Onde está a confusão?

III – ENSAIO DE UMA HETEROTOPIA JUVENIL

Não é que eu não era assumida, [...] eu sabia que eu gostava de me travestir, mas eu não sabia que eu tinha o direito de me travestir. Júlia, 16 anos.

Marina chegou ao projeto por indicação de uma amiga. Ela foi agredida por um grupo de homens na saída de um baile, próximo de casa. Mateus é o único universitário do projeto. Ele mora com a família, todos evangélicos, na mesma cidade onde trabalha como educador. Sapucaia do Sul. Lúcia, assim como Tomás e Telma moram em um bairro muito pobre da Capital. Junior que veio do norte do país, e Leonel, trabalhavam em uma empresa, fazendo divulgação, distribuindo encartes e folhetos nos bairros da periferia de Porto Alegre. Embora moradores da cidade de Alvorada e vivendo no mesmo bairro, só se conheceram no trabalho. Júnior foi quem falou a Leonel do projeto. O mesmo soube deste por Sandra, também residente em Alvorada. Ela e seu amigo Jair freqüentam o nuances desde antes do início do projeto. Penélope também mora em Alvorada e chegou ao projeto através de Diana, vinda de Canoas. Diana tenta escapar de uma medida de busca e apreensão por parte da FASE. Está vivendo nas ruas, de prostituição. Lúcio vive também na cidade Canoas, como Mateus, que se ensaia garoto de programa. Ana e Leonardo, ambos tendo vivido na rua e já mortos, foram as pessoas que trouxeram Samuel, que vive em Gravataí com um irmão, que assim como ele faz michê na Capital. No centro da cidade, Samuel ainda realiza pequenos furtos, bem próximo

das imediações do Mercado Público. Valéria tem dois filhos e procurou o nuances porque a família a discrimina. Em um dos encontros, trouxe seus dois meninos. Bianca e Jaqueline viveram e trabalharam em um abrigo de convivência da prefeitura de Porto Alegre. Laura, vivendo hoje na região do bairro Floresta, veio de Cachoeira do Sul para reencontrar a mãe, que saiu de lá para trabalhar, há quase dez anos. Júlia veio do bairro Humaitá e durante anos morou em um abrigo de proteção especial e, assim como Laura, transita pela região da Avenida Farrapos, onde ambas se prostituem. Foi Laura também quem trouxe Clara, moradora da Restinga. Rita está envolvida com o movimento negro e feminista. Chegou ao projeto, assim como Lúcia, através de outra ação voltada para jovens. Junior e Leonardo trouxeram Caio, que mora no bairro Sarandi, na Capital. Os três se conheceram em uma boate. A mesma que quase todas e todas costumam freqüentar no sábado à noite. Marília, Maurício e Luciano chegaram ontem, através de Lúcio... E assim tantos outros. Gente nova.

Em busca de um espaço outro, a cada sábado, sempre nova/os jovens e novas histórias. Elas e eles desfilam pelos corredores do Mercado com sorrisos e em gestos abertos. Notícias das últimas baladas, quase sempre comentadas em fecheção⁴¹... Corpos que se agitam em passos que ensaiam outros movimentos, em liberdade. Alguns e algumas ainda tímidas(os), é verdade. No projeto, um outro cenário, onde parece, encontram a possibilidade de uma corporeidade outra e mesmo de um corpo outro, em especial, no caso das travestis e transexuais. Talvez, ali, um esteio, abrigado das violências.

Mas também, toda semana, circulam ali outras narrativas. São histórias de vida que muito cedo se depararam com a violência da norma que delimita o campo

⁴¹ Fecheção, em alguns contextos homossexuais, diz respeito a tomar a cena, fechá-la ao seu entorno, fazer uma pose.

do possível para o gênero e a sexualidade; sobretudo, e com maior força, quando associados à origem de classe e à etnia... Histórias que ensaiam breves exílios.

Para Eribon (1999) a vontade de encontrar um outro lugar está ligada a um mal estar, mas também, a uma maneira de escapar, de procurar condições para a reconstrução de si mesmo. As cidades grandes se tornaram um refúgio para os homossexuais, sendo numerosos aqueles e aquelas que deixaram os lugares onde nasceram ou onde passaram sua infância para se instalar em cidades mais “acolhedoras”. Um movimento que funciona como um verdadeiro corte na biografia dos indivíduos, não se constituindo este “exílio” somente em um percurso geográfico ou meio para aceder aos seus pares (ERIBON, 1999).

A cada encontro, no projeto, na vinda à “Porto Alegre”, na saída do bairro, está mais uma possibilidade de abrir a rede discursiva que encerra e marca os corpos, desqualifica os movimentos estéticos e define territórios de experimentação.

Parece ter sido esta a resposta que construí em face de uma inquietação, que vez em quando vinha me assombrar: por que estes jovens continuam vindo ao projeto?⁴² Angústia ou tendência pragmática que tomei pelo seu avesso. Importa menos ou mesmo nada o porquê. Mais, o modo como elas e eles vêm se constituindo, ou ainda, como vêm construindo este lugar. Espaço de subjetivação.

Para Eribon (1999) toda a temática da subjetivação, da prática do cuidado de si, do estilo de vida, da construção de uma cultura *gay*, propostas por Foucault, tudo isto nos remete à idéia de uma distância possível em relação ao sistema de assujeitamento. Ou seja, trata-se da ampliação da margem de liberdade.

⁴² Desde julho de 2005 o projeto não conta com nenhum tipo de benefício material, como vale transporte ou mesmo lanche, oferecidos inicialmente, e que me provocavam, às vezes, certa dúvida sobre a participação de algumas pessoas. Evidentemente, esta não oferta, às vezes, é restritiva da participação de alguns/algumas jovens, sobretudo àquelas e aqueles que não contam com o apoio de famílias ou de seus responsáveis.

Como aponta Foucault (1984), nós não podemos nos colocar fora da agonística das relações, porque em nenhuma parte nós estamos livres da correlação de forças presente nas relações de poder; o que podemos fazer é virar o jogo.

Diferentemente de um lugar sem lugar, o que define uma utopia de “um mundo melhor”, perfeito, ao contrário, abre-se aqui, no espaço do projeto, algo que eu gostaria de aproximar daquilo que Foucault (1967) chamou de heterotopia - a invenção de espaços outros.

Esta idéia de Foucault é apresentada durante uma Conferência no Círculo de Estudos Arquiteturais na Tunísia, no ano em que antecede a uma das mais reverberantes revoluções culturais da contemporaneidade: o maio de 68. E creio seja importante esta observação porque este foi também um movimento de grande força juvenil, não no sentido de mitificar a experiência ou de atribuir a ela, a experiência, a idéia da “força natural” da juventude, mas sim como possibilidade de pensar o papel político que todos temos, independente das arbitrariedades impostas às fases de vida, às classes sociais, à orientação sexual, ao gênero, etc. possibilidade de transformar uma situação.

Foucault (1967) inicia a conferência abordando a grande obsessão do século XIX: a história, com seus temas do desenvolvimento, de crise, de ciclo, de acumulação, do passado. Ele indica que dentro do princípio da termodinâmica o século XIX encontrou o essencial de seus recursos mitológicos. E se este princípio teria marcado o século, para o autor a época atual seria ainda a época do espaço (Foucault fala aqui do século XX, mas acredito que a força do conceito não está prejudicada pela distância temporal), marcada pelo simultâneo, pela justaposição, pela idéia do próximo e do distante, do lado a lado e do disperso.

Nós estaríamos ainda em um momento onde o mundo se reconhece (experimentalmente) menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos, mas mais como uma rede que ligaria pontos e que entrecruzaria sua meada. E assim, é possível dizer, certos conflitos que animam as polêmicas de hoje se desenrolariam entre os piedosos descendentes do tempo e os habitantes obstinados do espaço (FOUCAULT, 1967).

Para Foucault (1967) o modo como reconhecemos o espaço hoje, de como o objetivamos em nossas teorias, nossos temas, não é uma inovação; o espaço ele mesmo, na experiência ocidental tem uma história e não é possível desconsiderar o entrecruzamento vital entre tempo e espaço, podendo-se dizer que a história do espaço, na idade média, por exemplo, foi a de um conjunto hierarquizado de lugares: lugares sagrados e lugares profanos, lugares protegidos e ao contrário, lugares abertos e sem defesa, lugares urbanos e lugares campestres; para a teoria cosmológica havia os lugares supra celestes opostos aos celestes e estes, por sua vez, se opunham aos lugares terrenos, ou seja, era esta hierarquia, esta oposição que caracterizava o espaço de localização (FOUCAULT, 1967).

Neste sentido, Foucault afirma que o escândalo de Galileu não foi o de ter descoberto que a terra girava ao em torno do sol, foi de ter constituído um espaço infinito, infinitamente aberto.

Foucault (1967) indica que ainda que haja certa dessacralização teórica dos espaços, nossas vidas ainda são comandadas por certo número de oposições, como àquelas que dizem respeito ao espaço privado e público, ao espaço da família e ao espaço social, ao espaço cultural e ao espaço utilitário, espaço de lazer e espaço de trabalho, todos eles animados ainda por uma sacralização.

No entanto, Foucault, nesta conferência, se ocupa, ainda que apontando para estas oposições e instâncias, de nos provocar em pensarmos sobre os espaços do fora. Os espaços nos quais nós vivemos e pelos quais nós somos atirados para fora de nós mesmos, dentro dos quais se desenvolve a erosão de nossas vidas, de nossos tempos e de nossas histórias; são os espaços que nos corroem e que nos arregaçam eles mesmos a um espaço heterogêneo (FOUCAULT, 1967).

Ao propor a idéia de *emplacement* - ocupação, constituição e mesmo instalação de um lugar - Foucault (1967) chama a atenção para aqueles espaços que têm a curiosa propriedade de estar em relação com outros, mas de tal sorte que sobre estes estão suspensos, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram ali, entre eles. Espaços que de alguma maneira estão em ligação com todos os outros, mas que contradizem os outros “modos” de ocupação destes lugares.

Assim, Foucault (1967) definiu dois tipos de *emplacement*: as utopias, que tratam da sociedade de forma perfeccionada, fundamentalmente através de espaços irreais, e as heterotopias, os espaços diferentes, os lugares outros, uma espécie de contestação, às vezes mítica e real, do espaço onde vivemos.

As heterotopias têm o poder de justapor em um só lugar muitos espaços. Tratam-se de muitas ocupações elas mesmas incompatíveis entre si, pois supõem desde sempre um sistema de abertura e de fechamento que às vezes as isola e às vezes as torna penetráveis. Contestação mítica e real do espaço onde vivemos, onde nos subjetivamos. (FOUCAULT, 1967)

A invenção de um espaço outro é do que tratarei daqui por diante. Tendo como linha deste novelo os movimentos que no projeto fizemos (o grupo – equipe de coordenação e os jovens), ensaiamos ou ensejamos fazer, no sentido de

instaurarmos outras possibilidades de posição na vida - nos jogos de poder-saber em torno do gênero e da sexualidade e dos estigmas que a estes se associam.

Isto é, que tipo de descolamentos ou de invenção e ocupação de outros espaços foram produzidos, capazes de fazer-nos a nós mesmos pessoas dignas de viver, de termos alegrias, prazer... de termos boas chances na vida? Ou seja, de que forma a ocupação da cidade permitiu-nos a possibilidade de reinvenção e ampliação dos territórios de experimentação, em uma outra posição, pelo menos nestes espaços, não mais naquela em que as escolhas sexuais e as estéticas diversas são desqualificadas.

Em um sentido foucaultiano, já sabemos, a liberdade não está jamais dada. É algo que se exercita continuamente. E é neste sentido que a resistência e a subjetivação, a atitude crítica e a criação de novos modos de vida são expressões sinônimas, pois passam a designar o exercício concreto desta liberdade. A liberdade que permite aos indivíduos e aos grupos a possibilidade de passar da sujeição à subjetivação (ERIBON, 1999):

Comecei a me soltar um pouco mais, assim com as pessoas, a falar o que eu sou (Clara, 24 anos).

Bah, no primeiro dia foi até engraçado, quando eu cheguei, eu pensava que ia ser uma coisa assim que nem palestra, ia tá conversando e ouvir alguma coisa sobre sexo e gênero, quando eu cheguei as minas tavam todas dançando, todas locas... achei super legal. A minha primeira vez foi muito legal. (Rita, 17)

O projeto é de igual a gente assim, gay, garoto de programa... e os amigos que eu tenho: tu, o Fernando... Sei que vez em quando incomodo, mas... agora parei um pouco com isso. Quero sempre é participar do projeto, gostei muito do projeto e que nunca... que sempre continue o projeto, seja de qualquer forma. (Mateus, 18)

Eu era bem fechadão, não saia muito, agora que eu to começando a sair mesmo, ter mais liberdade... de chegar nos lugares e ser bem. Às vezes, chegava nos lugares bem quietão, paradão, passava, olhava, mas eu nem dava bola. Até podia gostar da pessoa, mas não dava bola. Achava: o que os outros que tão do meu lado vão pensar? O que que a pessoa que tá ali na frente sentada vai achar, se olhar para mim e ver que eu to olhando para um outro homem? Não, agora eu sento, olho, falo: que coisa bonitinha! A pessoa que esteja do lado, para mim não importa. Mas no ônibus eu era

bem discreto, bem fechado. Agora não, agora eu olho! Paro, falo, comento. Passa e eu falo nossa, que coisa mais linda, mais gostosa! E assim vai indo, né. Bah, eu tô me sentindo muito bem. (Leonel, 18)

Ah, o projeto eu gosto muito, porque dá pra conversar, tem filme, tem debate, dá pra se informar bastante. Fazer amigos. (Sandra, 19)

Eu passei a ir em lugares que eu não ia antes. Porque foi através daqui. Porque tinha lugares que eu não conhecia. (Júnior, 16)

Porque eu não conseguia... Antes de eu ir no projeto era aqui, só eu dentro do complexo, porque eu não tinha atividade nenhuma além da escola. Matava aula pra ficar na praia, ficar lá na beira da praia. Daí eu descobri o projeto pelo jornal e depois que eu comecei a ir... Porque eu pensava, será que sou só eu... Pelo menos naquele complexo era só eu. Só eu que sou assim, porque todo mundo vem só na minha direção. Será que não tem ninguém... Porque eu, entende? Eu pensava porque que eu fui ser assim. Mas eu via que eu não queria mudar, entende. Era o que eu queria. Daí eu comecei a ir. Daí eu pensei... daí eu comecei a ver que tinha pessoas como eu, que pessoas que nem eu já tinha pensamentos diferentes, que já estavam indo algum tempo né e daí começou a me ajudar a tomar frente da minha escolha. Sabe, tipo assim, quando eu era discriminada, eu ficava quieta, ou chorava, ou ia para um canto, depois que eu comecei eu comecei a dizer não, bater boca, comecei a dizer o que eu era e que ninguém tinha a ver com isto, pronto. E isso começou a me ajudar um monte, sabe. Até na escola me ajudou, sabe. Porque eu não... eu matava aula, né, bi. Agora tô indo pra escola. Eu matava aula. Eu não suportava ver... chegava a hora de grupo... uma relação em grupo eu não tinha, comecei a ter... relação em grupo ali no projeto gurizada. Porque nem na escola – na escola, pediam pra fazer trabalho em grupo, eu ficava com medo: ai, ninguém vai me escolher, ninguém vai me chamar para o grupo, ai que vergonha, aquela coisa assim de ficar afastada, de pedir para fazer o trabalho sozinha, porque se sentia mal com todo mundo te olhando. E ali no grupo não. Não sei se foi pelo fato de eu já conhecer algumas pessoas, mas eu já conhecia uma ou duas pessoas, dali. Eu simplesmente cheguei, eu lembro que no primeiro dia, no primeiro fim de semana, ainda fui meia quieta, mas já falei meu nome de amapoa, né. E sabe, foi bem legal... por que eu já cheguei, já me enturmei. Me lembro que na outra semana a gente já fez, já escolheu os dias da semana... daí já para um grupo que era o Mateus, a Rita, eu. Sabe, foi bem legal. Eu já me enturmei com todo mundo. Eu via que aquelas pessoas elas tavam sendo que nem eu, não tavam me olhando com diferença, não tavam... me incriminando, assim, pelo fato, que eram iguais a mim, entende. Eu acho que é porque sofreram o que eu sofri no começo, porque foi um sofrimento enorme e vivendo a mesma coisa que eu. Me senti super bem. (Júlia, 16)

Júnior (16): acho até engraçado, mas acho que é pra matar tempo. Tem dias que venho... acho que nada, não sei te explicar a tua pergunta.

Fernando: bom, pode ser para matar tempo. E tu podes matar tempo em vários lugares, mas por que tu vens matar tempo aqui?

Júnior (16): aqui é melhor, eu gostei daqui!

O projeto - nos seus primeiros doze meses de duração - propiciou 42 atividades envolvendo temas relacionados à vulnerabilidade social, mas também à

cultura da diversidade sexual. Além disso, outra marca do projeto têm sido o intercâmbio entre o trabalho de associações pelos direitos humanos, em âmbitos nacional e internacional⁴³.

Através de encontros chamados de Babados&Bugigangas⁴⁴, reunimos nossos esforços para produzir um espaço lúdico, divertido, planejado, mas sempre inusitado, como estratégia de fugir às metodologias convencionais de intervenção. Resignificando o que chamamos projeto de fomento comunitário, a partir da idéia de experimentação política.

Também, até mesmo na convocação dos jovens à participação no projeto, buscou-se desconstruir as práticas de normalização moldadas pela heteronormatividade. Uma vez que estas se relacionam como a violência urbana, a cultura, o trabalho, a educação, a família, a saúde, o Estado e suas instituições e imprimem o modo como estas práticas e instituições se reproduzem.

Os espaços acessados para a divulgação do projeto em um primeiro momento foram escolhidos por se constituírem em locais de visibilidade para a juventude não heterossexual. Cabe ressaltar, no entanto, que estes espaços se caracterizam principalmente por uma sociabilidade que se estrutura pelo consumo.

⁴³ Cerca de 40 integrantes de associações de direitos humanos e juventudes na Itália, Alemanha e Argentina estiveram reunidos com os jovens do projeto Gurizada por dez dias durante o mês de janeiro em Porto Alegre. O projeto de intercâmbio estabelecido entre o nuances e as ONGs BABOP (The Berlin Working Group for Civic Education), MOSAICO (Itália), Vox Asociación (Argentina) e Teatroca (Brasil), surgiu como um convite das organizações européias, que atuam conveniadas ao programa Juventude, da Comunidade Européia. Este intercâmbio deverá percorrer, com este grupo de participantes, outras cidades nestes países. A começar por Berlim, em agosto. Desde julho de 2005, os jovens do projeto participam de aulas de inglês, na sede do nuances, como estratégia de preparação para a vida intercultural e para o trabalho. O projeto, durante as atividades de sábado, também recebeu a visita de representantes das ONGs ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, RJ, e da Vox Asociación, de Rosário, na Argentina.

⁴⁴ Babados dizem respeito, entre outras possibilidades, dentro do vocabulário utilizado em contextos homossexuais, a algo que diz respeito à ordem do comentário, de uma situação ou de acontecimento. Bugigangas seriam aqueles objetos que teriam nenhum ou pouco valor, mas também, tudo aquilo que se pode fazer, com as próprias mãos. O sentido de babados, no contexto do projeto, está associado à conversa, ao bate-papo, à reflexão. Bugigangas, também a isto, mas no sentido em que esta pode ser materializada.

Hoje, refletindo a respeito do contraste entre o grupo que aderiu ao projeto e os jovens que freqüentam estes espaços comerciais, evidencia-se ainda mais que estes “guei-guetos” são inundados por uma marca individualizante e de pertencimento à “comunidade”, cujo acesso só pode referendado pelas possibilidades de consumo de bens guei, uma expressão para a idéia do consumo de si, tal como afirmado por Daoust (2005).

Um exemplo tácito disto e já anunciado é o caso da situação do Centro Comercial Nova Olaria. Apesar das represálias e do constrangimento a que estão submetidas e submetidos as/os jovens que freqüentavam o interior do espaço, principalmente aos domingos, ainda o fazem. Mas, agora, do lado de fora. E muitas e muitos dos jovens do projeto têm neste espaço o referente para as tardes de domingo. Talvez, graça ainda o apelo em torno deste espaço que é freqüentado por homossexuais do tipo “consumidores finos e intelectualizados” e que podem sugerir uma identificação para alguns jovens.

A convocatória para uma ação coletiva de reflexão e ação “Projeto Gurizada, Saindo do Armário e Entrando em Cena” com um caráter nitidamente político, possivelmente tenha criado um constrangimento para o “recorte” das juventudes que se constrói no modelo de experimentação restrito ao plano “privado” e fruto de uma captura identitária caracterizada pelo “consumo de si”, como aponta Daoust (2000). Evidenciando a proposição de um ideal de homossexualidade construído em torno de sujeitos “bem sucedidos”, “bons homossexuais”.

O grupo, como já dissemos, compôs-se basicamente por jovens pertencentes às classes populares. E não foram raras as situações que vieram ao projeto ou passaram em frente à sala jovens que não se “identificavam” com o grupo ali presente. O que me fez pensar, a partir destas situações, novamente, sobre a noção

de corpo abjeto no interior mesmo de uma homonormatividade. Segundo Butler (2003):

(...) o 'abjeto' designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado, tornado literalmente "Outro". Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do 'não eu' como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito. (pág. 190-191)

Esta posição de abjeto situa(va) o lugar da maioria das(os) jovens do projeto (pobres, não brancos, "escandalosas(os)", habitantes da rua, moradores de periferia e ou em situação de tutela do Estado). Marcados pela desigualdade social, as(os) jovens se construíram no avesso da norma, tanto do ponto de vista da heteronormatividade como da homonormatividade. Esta última marcada muito nitidamente pelo acesso aos fetiches das grifes e pela possibilidade de ocupação da cidade dadas pelo consumo no lucrativo "mercado pink". As posições de Júnior e Júlia corroboram:

Legítima doença social, né. Acho que não é só mais ao homossexualismo, mas a classe social. O que mais prejudica a gente. Porque hoje em dia as pessoas tão se acostumando com o homossexualismo, mas... (Júnior, 16)

Ai, uma coisa que eu nunca diria, sabe, bi, que agora eu tô começando a dizer. Eu nunca gostei de dizer que eu era do abrigo, nunca. Eu morria de vergonha, morro até hoje. Lá (projeto) eu não morro mais de vergonha, porque são pessoas que entendem sabe, mas tipo em escola, para as pessoas que eu conheço na rua, até na Internet, que são pessoas que eu não tô vendo o rosto, eu digo que eu moro com os meus pais, alguma coisa assim. Eu não... Isso é uma das coisas que eu não gostaria de dizer, mas eu digo por que lá já se tornaram pessoas da minha vida... são pessoas que eu não tenho porque eu não dizer. Porque lá eles dizem coisas também... (Júlia, 16)

Ordem da "abjeção" que se expressa mais uma vez ainda na fala de Júlia, que porta um estilo carregado em tons de rosa-choque, maquiagem forte e modos marcadamente cênicos: *"eu tô pronta a qualquer tipo de exposição"* e *"Eu acatava*

tudo o que eles diziam no abrigo. Eu aprendi mais a lidar com o preconceito na rua. Me sinto uma celebridade quando levo baile⁴⁵”.

O que foi expulso da constituição do lugar permitido para as balizas da experimentação da sexualidade – tudo que ela não pode ser para existir na lógica da homonormatividade. Para Butler (2003) *“a operação da repulsa pode consolidar ‘identidades’ baseadas na instituição do ‘Outro’, ou de um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação”* (p.191).

A caracterização do grupo e tomando em particular aqui o caso de Júlia, permitiu-me pensar sobre as formas de regulação dadas a partir das próprias expressões de homonormatividade. Ao serem levados em consideração os espaços de experimentação guei e lésbico “consumidores”, em especial.

A visibilidade (na perspectiva da tolerância) "normalizada" e direcionada para/pela construção de um mercado “pink” constrói um ideal identitário *Gay e Lesbian Chic* e referenda expressões e estilos de vida exclusivos das juventudes classe média e média alta (NARDI; POCAHY, 2005).

A heterotopia se construiu em outro lugar.

III.I - o direito de cidade e a constituição de espaços outros

⁴⁵ Levar baile é uma expressão comum em contextos homossexuais e diz respeito a ser motivo de chacota em público ou ainda, o risco de ser agredida fisicamente.

O grupo encontrou sua referência física em uma sala ampla, confortável e bonita. Mas não só isto. Ocupamos o centenário Mercado Público⁴⁶ de Porto Alegre; um espaço tradicional na cidade que tem circulação intensa. E, neste sentido, acredito, a noção de público adquiriu aqui uma característica próxima da perspectiva agonística, pois seus vários espaços fazem conviver/disputar as diversas populações da cidade.

Segundo Tavares (2002),

reparar a cidade como uma arena cultural implica (re)conhecê-la como um espaço de disputa, onde a produção da relação urbana é permeada pelo conflito/diálogo multicultural entre sujeitos sociais heterogêneos. [...] há sempre uma tensão entre os que se colocam em posições antagônicas, e mesmo entre os que se colocam em posição de igualdade, disputando/negociando territórios e sentidos na cidade”(p. 6)

Todos os sábados, olhares se voltam ao entorno deste espaço. Não há como escapar. Um/a “denuncia” o/a outro/a. Ao mesmo instante, instaura-se a possibilidade de reverter a posição de sujeição ao discurso e ao olhar desqualificante e objetificante do Outro. Trata-se de experimentação política. Desta vez não solitária e tampouco desde uma disputa no jogo da injúria. A experimentação se expande para além do encontro entre as 15 e às 18 horas, tempo de duração dos encontros do projeto.

Depois dos encontros, os/as jovens circulam pelo centro, entre ruas apinhadas de gente de todos os tipos, em corredores estreitos encerrados por bancas de camelôs. Não raras vezes em que os acompanhei, sobretudo porque sempre saímos juntos da sede do nuances (ou porque praticamente todos e todas retornam à sede, estendendo o encontro), na Praça Rui Barbosa, percorrendo a Voluntários da Pátria até chegar ao Mercado Público, percebi-senti os olhares que apontavam nossas “diferenças”, interpelando-nos.

⁴⁶ Neste sentido saímos da lógica do mercado “pink” para o mercado “público” explorando a potência do termo no sentido do confronto de idéias e de construção democrática.

Mas não sem resposta. O andar se fazia ainda mais altivo e o corpo solto, brincando em gestos que não se encolhiam. Gente que não mais se intimida.

Acredito que deste modo consolida-se a possibilidade de ampliar o espaço de reflexão e ação, lançando mão de outras expressões de política. Segundo Costa (1992), a experiência de calor, alegria, receptividade, de viver a visibilidade, trazem às formas de participação e luta política um caráter de novidade, no sentido de subverter o conhecimento daquilo com que estamos familiarizados.

No espaço do grupo e no exercício da alteridade, tem se dado a irrupção do brincar, do lúdico, funcionando como uma estratégia política reinventada. Como aponta Oliveira (1997) o brincar surge:

como uma sensibilidade que permite a criação de um arranjo novo [...] uma certa inocência, uma quase inutilidade (pelo menos do ponto de vista do mercado de bens, valores e idéias) [...] a gratuidade da arte sem mercado, território da frouxidão da vontade e da falta de presença. (p.253).

Assim, a intervenção perseguiu a possibilidade de constituir-se como um espaço de promoção da ocupação da cidade de forma agonística. A ação buscou transformar as condições de vulnerabilidade a partir da problematização e a ressignificação (BUTLER, 2005c), de forma coletiva, sobre esta posição de abjeto. Buscamos a reversão da interpelação que define não só a referência de si como alguém da ordem do impensável, mas de alguém cujo direito de ocupar a cidade está dado somente para àquelas zonas inóspitas ou desde e sob o olhar incansável da vigilância social.

Segundo Lefebvre (apud TAVARES, 2002):

o direito à cidade não pode ser formulado como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser concebido como um direito à vida urbana, transformada, renovada . Uma cidade que possa ser usufruída por todos/as, tanto do ponto de vista de sua materialidade, quanto de seu potencial subjetivo.(p.7).

A produção da revista Babados&Bugigangas surgiu também como mais uma dessas estratégias de intervenção, na ocupação da cidade. Estrategicamente ela assumiu uma estética afinada ao design contemporâneo. Buscamos nos distinguir aqui dos materiais de “estética simplória” que é apresentada quando se trabalha no campo de prevenção à aids. Mas, mais do que isto, a estética produzida se alinha ao público que acessa o projeto e que a produz, que é plástico, colorido, diverso e divertido.

A revista explorou conteúdos que valorizam a expressão da cultura local, do grupo, mas de forma ampla, tratando de explicitar a diversidade das formas de expressão da sexualidade e do gênero e, ainda, das condições de acesso aos suportes sociais e bens culturais da Cidade.

E explorou ainda a autoria em textos, imagens e problematizações. A primeira edição da revista traz além de textos escritos pelos participantes, a invenção da capa e da contracapa da revista, produzidas durante as atividades do projeto, no sábado.



edição 1 – capa e capa (dois lados)



edição 2 – capa e contracapa

I



edição 3 – contracapa e capa

Como bem retrataram a montagem de palavras e imagens na contracapa da segunda edição, convocando a que se “Veja o mundo com outros olhos.” “Sexo não é documento.” “Chance para a vida amor.” “Sexo é vida!” “Injeção de auto-estima.” “Isto é segurança máxima.” “Sexy, Livre. Valor.” “Pode me chamar de gay.” “Venha para a parada livre 2005”. E ainda, as páginas 13 e 14, da mesma edição, que retratam a dureza e as possibilidades de uma cidade:

Discriminação. Onde? Um close da Cidade. Durante uma oficina de introdução para ilustração, muito legal, com o arquiteto Adriano Garcia a gurizada do Saindo do Armário traçou forte os lugares mais uó da cidade, onde o babado da discriminação corre frouxo. Mas também rabiscou e fez close para mostrar os espaços descolados, aqueles que a menina adora freqüentar. Lugares em que me sinto bem: Eu gosto da Redenção porque é um lugar aonde se conhece muitas pessoas e também porque é bem legal de passear e descansar. Gosto da rodoviária porque ali eu encontro os meus amigos meninos de rua, lá sou bem recebida por todos. Gosto da Casa de Cultura porque tem som para ouvir e outras atividades. Gosto de lá (Usina do Gasômetro) porque posso pescar, caçar, sair para passear com os bofes. Lugares em que não me sinto bem: Redenção: Não gosto porque tem policiamento, e porque a classe média se sente dona do parque.

Shopping: Não me sinto bem porque as pessoas que têm dinheiro me olham estranho. Shopping: Perseguição por parte de guardas e seguranças. A sociedade olha com maus olhos. Por ter que andar na moda, senão barram na chegada. Piadinhas em geral. Banheiro público: não gosto mais, pois fui assaltada num banheiro da praça da Alfândega por dois michês e o dono do banheiro ficou olhando e não fez nada”(B & B, nº2, 2005)

Outro movimento de reflexão importante para a construção da revista foi a análise das referências às juventudes homossexuais na mídia comercial. Ali, encontramos um referente único e regulatório da experimentação da sexualidade e gênero, marcado por condutas sociais “comportadas” de sujeitos de “sucesso”, “dóceis”, “limpinhos”, brancos e intelectualizados (HALPERIN, 2001). Diferente das personagens ditas mais “afetadas”, que, quando aparecem, são ridicularizadas. Portanto, na grande mídia, não há espaço para a visibilidade que não seja no avesso da norma.

Fernando: Pergunto a vocês se esta mídia que tá aí ela nos representa? Se vocês olham pra isto que tá aí, para as revistas, para a televisão, pro jornal e se sentem representados?

Bianca: uma coisa que eu achei bonito, que eu tava olhando, sabe, até agora ele comentou em mídia: essa novela que tá dando das oito.

Sandra: Senhora do Destino.

Valéria: Jenifer.

Sandra: tem duas gurias... como a Jenifer é bobinha, gente!

Bianca: esses dias eu passei numa banca e tem uma revista que fala sobre o preconceito homossexual. Mostram a Milla Christi que faz o homem.

Sandra: que faz a médica.

Valéria: que faz a médica.

Bianca: então, assim, é uma coisa que tá mudando. Eles tão botando no público pra ver como é que é.

Fernando: Vocês viram como são essas meninas?

Sandra: é verdade, isso aí que ti falou, toda relação, tanto em Mulheres Apaixonadas como nessa novela agora sempre tem que ter uma que é mais masculina e a outra que é mais feminina. Sempre tem que ter.

Rodrigo: A novela Senhora do Destino, duas gurias, uma que é a médica que é...

Valéria: estudante.

Rodrigo: que é filha do bicheiro aquele.

Valéria: que ela vai dar uma de inocente e vai esconder que ela gosta da médica.

Sandra: não, realmente, isso aí existe.

Valéria: depois ela vai se declarar.

Bianca: eu vi no jornal que depois dessa novela vai vir a próxima novela da Glória Perez que é a América. Essa novela vai falar só sobre homossexualismo. Aquele que fez a novela aquela...

Sandra: Bruno Gagliasso.

Valéria: Isso.

Bianca: ele vai ser o gay, vai ficar com outro.

Valéria: eu pergunto, como é que fica pra vocês que se vestem assim de cabelo comprido, de brinquinho, toda bonita, como é que fica na hora de procurar um serviço? É muito difícil ficar desempregado.

Bianca: Olha, eu acho assim... eu, no caso, tenho o segundo grau completo e uma experiência um pouco de carteira, com certeza vou respeitar o lado deles. Como eu digo: na sociedade tu respeita como eles são, tu tem que ser respeitado.

Valéria: tu não pode denunciar? Heim Fernando, a gente denuncia aonde a gente vai procurar serviço e eles não aceitam.

[...]

Fernando: e se isto aqui fosse um espelho, esta imagem representaria vocês?

Valéria: não, não.

Sandra: não.

Valéria: não, é classe alta, né!

Sandra: até porque eu, por exemplo, já não conseguiria um emprego num banco, alguma coisa, porque eu não gosto de usar sapato, eu não gosto de usar saia, só uso calça e tênis. Então eu já não poderia trabalhar num escritório.

Bianca: a minha profissão: Operadora de Caixa. Imagina?!!! Lá, no meio de um monte de mulher: eu.

Jaqueline: eu fiz magistério. Quando chegou pra fazer o estágio... eu sai nas férias normal – cabelinho cortadinho, tudo. Voltei com o cabelo maior, pintado, a sobancelha... A supervisora chegou como tu vai dar aula, assim desse jeito... as crianças. Tu tens que parar de tirar a sobancelha. Tem que pintar este teu cabelo de preto, cortar mais direitinho, como antes... Porque tu vai trabalhar com crianças e tu vai lidar com questões de valores.

Murmurinhos: valores da sociedade...

Jaqueline: então eu não tava de acordo com os valores.

Sandra: mas quem vai dizer que ele não... uma das crianças que tu tá dando aula ele não vai ser um dia também um homossexual...

Jaqueline: o medo era esse, né.

Valéria: de tu influenciar eles...

Sandra: eu nunca vi ninguém perguntando: por que tu és heterossexual? Agora já me perguntaram por que sou homossexual. (transcrição de encontro realizado em 06/11/2004)

III.II - por uma política da amizade

Embora, segundo Butler (2001), a nomeação seja ao mesmo tempo referente de estabelecimento de uma fronteira e também a reinstalação repetida de uma norma, o convite à mobilização política nos conduziu à possibilidade de circulação das posições sobre o discurso do “sexo”, incluindo uma problematização das figuras de identidade gueis, lésbicas, travestis, transexuais, como possibilidades heterogêneas, não naturais e tampouco culturalmente universais, pois como nos diz Foucault apud Eribon (1990):

(...) ser gay não é identificar-se com os traços psicológicos e com as máscaras visíveis do homossexual, mas procurar definir e desenvolver um modo de vida. Um modo de vida pode ser compartilhado entre indivíduos de idade, status, atividade social diferentes. Pode favorecer relações intensas, que não se parecem com nenhuma daquelas que são institucionalizadas, e parece-me que um modo de vida pode produzir uma cultura e uma ética.(p.167)

Na direção apontada por Foucault e, em oposição à lógica das capturas identitárias, o grupo se constitui pela diversidade de expressões de sexualidade e de gênero, numa composição heterogênea entre a diversidade étnica, de classe social e de estilos de vida. Contam Júlia e Rita:

fui buscar mais amizades homossexuais, mas eu acabei encontrando pessoas mais, que não são homossexuais, mas que também me entendiam até melhor que os próprios homossexuais. E eu fui... encontrei isso que me ajudou... (Júlia, 16)

Este ano fui contemplada a participar do projeto para socializar a realidade da vida dos homossexuais. Quando recebi o convite do projeto fiquei ansiosa e feliz sabendo que existem pessoas lutando contra os preconceitos da sociedade. Já tentei convidar alguns colegas, mas não é fácil, sei lá, sempre arranjam desculpas como: eu trabalho no sábado, eu saio com meu namorado, enfim, o preconceito escondido, que não é mostrado. Outras me respondiam: tu és louca: Tu achas que eu vou me misturar com esse tipo de gente? [...] Estou muito satisfeita com o grupo e principalmente com as novas amizades que já fazem parte de minha andança. (Rita, 17) – testemunho disponibilizado na revista *babados&bugigangas*, nº2, pág.12.

É neste sentido que entendo o grupo enquanto um dispositivo de subjetivação. Pois este abre as possibilidades de confronto do sujeito, consigo mesmo, diante de um determinado jogo de relações de poder-saber que se abrem. A idéia do dispositivo, neste momento, vem da abordagem que Michail (2000) faz a partir de Gilles Deleuze:

O dispositivo é ‘multilinear’ e as linhas de que compõe-se são linhas de visibilidade e de enunciação, envolvem o ver e o dizer, as coisas e as palavras; são também linhas de forças e linhas de subjetivação. Há ‘linhas de fuga’ e ‘todas as linhas são de variação’. Os dispositivos são ‘moventes’. Comportam o arquivo, assunto da análise histórica, e o atual, assunto do diagnóstico. O atual é transformável, o ‘devir-outro’, aquilo em que nos tornamos. Assim, na sua mobilidade, as linhas do dispositivo se repartem em ‘linhas de estratificação ou de sedimentação’ e ‘linhas de atualização ou de criatividade’”(p.241)

Penso aqui poder aproximar o grupo como dispositivo para uma subjetivação *queer* no sentido em que esta venha se aproximar de tudo aquilo – conjunto de relações e de coisas - e todos aqueles que se constituem no avesso da norma heterossexual. Segundo Bamforth (apud RIOS, 2001) a questão central para o movimento *queer* está na problematização das categorias de identidade sexual e das fronteiras da propriedade sexual, como estas têm sido historicamente construídas.

Para Eribon (1999) as sociabilidades lésbica, trans e *gay* se fundam primeiro e antes de tudo sobre uma prática e uma política da amizade. A partir deste momento da análise avanço e ousou substituir este uso de múltiplas identidades na utilização de uma definição do grupo como *queer*,

Na possibilidade de inventar relações ainda sem forma, através da soma de todas as coisas através das quais a gente é capaz de ter prazer (FOUCAULT, 1981), de novos modos de vida e de novas formas de relação entre os indivíduos (ERIBON, 1999).

Um trabalho de construção de belas relações com seus amigos, e eu acrescentaria, talvez, a propósito de uma movimentação *queer*, estranhas àquelas impetradas pela heterossexualidade normativa, consagrando, dia após dia, a procura da intensificação dos prazeres, pela erotização dos corpos (ERIBON, 1999). Não de sua medicalização, de seu funcionalismo pronto à previsão, mas de compreender nossos corpos, nossos prazeres, no sentido de que nossas vidas se constituam como obras de arte, como apontou Foucault (1984b).

Idéia esta que sempre me pareceu indicar a possibilidade de reinvenção de mundos e de subjetividades. Uma vez que muitos homossexuais produzem, constrangidos e contingenciados pela constante interpelação normativa e seus atos de injúria, uma constituição de si também presa a um ato normativo.

No grupo a busca foi de constituir-se com o outro, desde a experiência da amizade e da vida grupal. Sempre gostei muito de brincar com a idéia de *CoMonas*, ou seja, de ser “mona”⁴⁷ em companhia, de constituir-se, de ressubjetivar-se. Constituir-se no jogo da coletividade. Um trocadilho para a expressão de comuna,

⁴⁷ Modo de referi-se a si e aos outros homossexuais de forma de identificação; assim como “bicha”, “veado”, “sapa”, “trava”.

que no dicionário Aurélio, além de remeter a idéia de comunidade; refere-se à *“Idade Média, à cidade que obtinha de seu senhor soberano carta que lhe concedia autonomia”*; também tem sido cunhada, no estado de Pernambuco, para descrever *“um grupo de indivíduos que habitualmente se reúnem para pândegas ou desordens”*(Dicionário Aurélio - Eletrônico)

Ou seja, seguindo os passos de Foucault (1981), me aproximo de sua proposição referente à homossexualidade, como uma forma de experimentação, chamada agora de *queer*, as quais podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas. Já que como ele afirma, o problema não é descobrir em si a verdade de seu sexo, mas sim de usar a sexualidade para chegar a uma multiplicidade de relações. A sexualidade e as relações ao seu entorno como ascese.

Foucault (1984c) sugere que a amizade constituiu uma forma de relação social importante, em especial entre os gregos; uma relação ao interior da qual os indivíduos dispunham de uma certa liberdade, de um certo tipo de escolha (limitada, ressalva o autor), que lhes permitia viver relações afetivas muito intensas.

Na modernidade (FOUCAULT, 1984c) o desaparecimento da amizade como relação social é contemporâneo ao fato da homossexualidade ter passado a ser declarada como um problema social, político e médico, fazem parte de um mesmo processo, ou seja, aquele do domínio dos corpos e dos prazeres, passando da sodomia abonada pelo cristianismo (a condenação dos atos) à sexualidade inventariada e medicalizada na figura da emergência de um indivíduo homossexual .

É difícil que eu me furte neste trabalho da alegria que acompanho todos os sábados, pelas histórias de jovens que fazem movimentos intensos (e vitais) no sentido de romper com o isolamento em que vivem, com o pavor e a vergonha, e

que fazem de si, no encontro com outros, sujeitos de direitos e de dignidade. Uma poesia de Rita para os amigos e amigas do projeto parece dimensionar um pouco desta experimentação:

Sociedade

Sociedade rima com amizade, se não houvesse preconceito rimaria com homossexualidade.

A sociedade rima com felicidade, mas para combinar é preciso rimar com igualdade.

Eribon (1999) ao citar Henning Bech autor de *When Men Meet*⁴⁸ me fez pensar muito sobre a possibilidade desta sociabilidade, que várias vezes foi anunciada pelos jovens do projeto. Bech (apud ERIBON, 1999) diz que estar com outros homossexuais permite ver a si mesmo nos outros. E isto que permite ao sujeito de partilhar e de interpretar a sua própria experiência. De produzir uma cultura, à luz do dia e em todos os espaços da cidade.

A visibilidade homossexual, hoje em dia, não significa que as pessoas teriam decidido ao curso dos últimos anos de se definirem como tais, mas que um número cada vez maior de pessoas tem cessado de dissimular a parte noturna de suas vidas (ERIBON, 1999).

E é neste sentido que penso a possibilidade deste projeto, não como um gueto ou como uma comunidade fechada em si mesma, mas como um outro lugar e expressão de uma cultura da resistência; pois, como aponta Eribon (1999) a homossexualidade é uma construção histórica e ela pode ser modificada pela ação histórica, com um trabalho de reinvenção individual e coletiva.

Em toda obra de Foucault, como indica Eribon (1999), lemos que uma sociedade se define pelo que é dizível e pensável. Assim, podemos afirmar que a visibilidade guei, lésbica, travesti e transexual, ou melhor, *queer*, transformou a

⁴⁸ Quando os homens se encontram.

sociedade⁴⁹. Elas modificaram o que se pode dizer, ver e pensar; é assim que a mobilização homossexual colocou e coloca em questão não só a ordem sexual e social instituída, mas também a epistemologia do mundo contemporâneo. Uma transformação cultural e social que poderia se dirigir igualmente aos heterossexuais asfixiados pelas coleiras da normalidade (ERIBON, 1999).

⁴⁹ A propósito, cabe recordar o movimento que se fez ao entorno da luta no enfrentamento à aids. Veriano Terto Jr no lançamento de campanha institucional e do relatório “POA Noite Homens” do nuances, em 2002, afirmou que a aids produziu rostos e um modo de ser pensada/ “tratada” que excluía todos/as àqueles e aquelas por ela atingidos. Mas que ela tem hoje a cara que fizemos dela, sobretudo pela solidariedade e pela abordagem dos direitos humanos. Aliás, a aids foi a primeira questão de saúde pública a ser abordada pela perspectiva dos direitos humanos. (AYRES et al, 1999)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “A RUA DERRUBA O ARMÁRIO”⁵⁰

Eu sou bicha porque eu quero⁵¹.
Madame Satã.

Este foi um trabalho de luta contra as arbitrariedades. Um esforço coletivo para enfrentar os imperialismos culturais e as suas hegemonias estéticas que determinam que vidas valem a pena serem vividas. Que vidas valem, que vidas não importam.

Este estudo não teve outra pretensão que aquela do combate. Nós somos bichas, não porque tivemos a gerência sobre tal. Somos bichas, travas, sapas e *queer* porque ao sermos interpelados no lugar de abjeto nos vimos diante de uma possibilidade: sermos assujeitados e/ou de ressignificarmos nossas vidas.

Foi e é na disputa com as normas que se impõem e fazem-se funcionar através do que se determinou como da ordem do gênero e da sexualidade que aprendemos a nos reconhecer como sujeitos. Aprendemos também que a única maneira de ampliarmos nossa liberdade é pela via da invenção de nós mesmos. E isso só é possível se recusarmos a naturalidade das linhas de inteligibilidade do humano daí decorrentes.

⁵⁰ Este foi o título de uma exposição organizada pelo nuances com fotos de Adriana Franciosi, retratando pessoas durante a Parada Livre de 2002/2003.

⁵¹ Lázaro Ramos interpreta Madame Satã, o filme.

Trata-se de combater as arbitrariedades que determinam ainda as possibilidades que uns e outros podem ter para dizer, para ver, para saber. A juventude, como apontou Bourdieu (1997), pode ser nada mais do que uma palavra. Mas ela não pode ser menos que uma condição de possibilidade de invenção, de construção de si.

Minhas motivações para este trabalho se reafirmaram, sobretudo, pelo convívio cotidiano com jovens gueis, lésbicas, travestis, bissexuais que vivem no fio da navalha.

Falei/escrevi aqui enquanto profissional da saúde, pesquisador e militante. Me valendo ainda de uma “pretensa” propriedade: a de quem já viveu “uma condição juvenil” em tempos mais duros que os da atualidade, marcada pela violência do emudecimento compulsório sobre a sexualidade. De quem se construiu e escapou ao acaso. Afinal, a norma sempre falha em algum lugar e em algum momento.

Escrever esta dissertação, antes de tudo, para mim, significa que a coragem sempre pode sobrepujar o medo, desde que não estejamos sós. E de que é preciso que haja cada vez mais grupos e pessoas corajosas, que sem medo ou pudor enfrentem as asperezas, as tensões e as desestabilizações que a diversidade humana provocam.

Tentei, ao meu modo, estabelecer um diálogo que representasse as minhas inquietações e a de meus pares. Procurei o caminho da construção de uma intervenção ética, estética e política. E acho que ela foi estridente, porque fiz este percurso com ganas de estranhar as certezas... Mas foi, sobretudo, diálogo que se quis gentil, que permitisse que tivéssemos um pouco mais de delicadeza e respeito face à diversidade humana.

Talvez não estejamos todos preparados para isto, mas acho que devemos assumir esta nossa “precariedade”, pois não há como se estar definitivamente pronto para a vida, por que ela é uma obra inacabável. E estará sempre por ser reinventada... Este é seu único destino possível. E a única coisa que ela, a vida, pede de nós, é coragem, como disse Guimarães Rosa.

Quiçá eu tenha conseguido dizer o que pudemos inventar, coletivamente, quando tentamos combater a banalização da vida. Humilhação produzida pelos imperialismos morais e estéticos que fazem com que neste país (entre tantas e tantas outras formas de humilhação, de exploração, violências silenciosas, violências estridentes) mingúe-se a nossa criatividade, a nossa potência em fazer da vida uma obra de arte (Foucault, 1984b). Porque isto é um jeito que defendo de fazer política, de ocupar a cidade e de garantir o direito de ser humano.

Ao falar dos modos como os dispositivos da sexualidade e do gênero têm servido como forma de nos localizar e esquadrihar, quis apontar para a cegueira institucionalizada diante da banalização da vida.

Foi preciso denunciar a covardia de uma instituição pública que se apresenta como protetora da vida; mas que nos efeitos da norma, não fez menos que aquilo que se costuma fazer com a maioria das cidadãs brasileiras travestis e transexuais, muito jovens ainda, com as quais nossa pátria nada produz de “gentileza”. Expurgadas da escola, das redes de parentesco, enfim, destas e outras instituições similares, encontram na rua e na prostituição a única possibilidade de sobrevivência e de constituição de si. Ou, ainda, que tenham suas vidas abreviadas pela violência. Destino inventado.

Ressalvo, antes de prosseguir, que a posição que busco em relação à prostituição se quer afastada de qualquer moralidade. O que me causa indignação é

que esta seja “a” possibilidade de ser sujeito para as travestis no Brasil. Uma posição de sujeito que é por consequência também marginalizada, estigmatizada. Entretanto, as pessoas que decidem por ela no campo de possibilidades de existir, o fazem novamente sujeitas a toda má sorte de violações – humilhações, agressões físicas, condições precárias de trabalho, etc.

Violência esta que produz marcas nos corpos e feridas nas subjetividades, que demoram a cicatrizar... Vidas negligenciadas, por exemplo, pela moralidade na saúde pública. Uma cegueira que joga à clandestinidade àquelas que buscam fazer de seu corpo um corpo mais belo, exuberante, feito para elas e para gente (querem ser vistas, contempladas... Afinal, o que mais pode querer um artista com sua obra?) e por isto acabam sendo vítimas dos efeitos das práticas de risco à vida, como o silicone industrial e todo o mercado clandestino que gira em seu entorno.

Covardia que acabam criando as prisões ao céu aberto. Gente que só pode existir à noite.

Efeitos da homofobia, do heterossexismo. E melhor dizendo, novamente, da covardia, que se embala nas expressões da injúria, desqualificando e hierarquizando vidas.

E são as/os jovens que estão na ponta da violência. Uma violência que interpela o sujeito sempre à dissimulação, porque não se pode dizer do que se está sendo discriminado, por que está sendo ferido. As/os jovens gueis, lésbicas ou travestis não encontram qualquer tipo de apoio, especialmente porque esta é uma questão negada e vivida de forma “clandestina”, em silêncio, diante da família, por exemplo.

A escola deveria ter aqui um papel fundamental no sentido de promover a dignidade das pessoas, pois o conhecimento pode ser uma das estratégias para

ultrapassarmos a ignorância. Desolamento. A escola tem sido o palco de dolorosas expressões da violência. Reiterada nas suas práticas pedagógicas, quando não raro, pela belicosidade expressa em desqualificações, insultos e ameaça de violação física - presos no jogo da naturalização da violência contra aquele que é “anormal”.

O que pode um corpo que não pode existir: escapar ou morrer? Entre a vontade e um ato, as fronteiras podem não estar muito definidas, não há rede de proteção. O suicídio entre jovens, um sério problema de saúde pública, é negado no Brasil.

Nesta direção, a vulnerabilidade dos jovens ao hiv, sobretudo, quando aquilo que lhes diz respeito, em termos de sexualidade, desejo, estilo, é tomado como ingnóbil, repulsivo. Desejo e corpo neste jovem que só podem habitar as zonas inóspitas da vida, aquelas ditas “de risco”.

A cidade pode ser reparada, mas parece que ela não é para todas e todos. Ocupar/ habitar a cidade significa existir no mundo, do modo como é possível, como se queira experimentar...

A sexualidade corresponde a uma experiência que foi historicamente regulada por práticas e saberes que fizeram com que as pessoas acabassem por se reconhecer através dela e, neste sentido, cada vez mais fomos incitados, convocados a falar sobre “nosso sexo”. Mas não no sentido de algo que reconhecesse a nossa capacidade de criação, de invenção. Ela foi desde a modernidade, algo que funcionou no sentido de nos marcar, que nos destinar e de nos definir. Assim, sujeitos dóceis e úteis.

A vida é uma construção inacabável e acho que compreender as possibilidades de viver a sexualidade seria menos atormentador se pudermos pensá-la na riqueza de suas manifestações; como possibilidade de perseguirmos

uma vida mais criativa e menos individualista. Assim, talvez possamos recusar mais prontamente o lugar comum, o facilmente apreensível, o previsível, o “desejável”, o controlável, e o que nos congela e paralisa frente à banalização da vida e ao terror dos fascismos.

Creio que a experiência com este grupo, em pesquisa-in(ter)venção, permitiu-nos (pesquisador-militante e grupo) questionar as formas de compreensão da sexualidade e dos modos de vida construindo outras formas de dar legitimidade a elas.

Saindo do Armário e (Re)Entrando em Cena constituiu-se em uma experimentação política para a transformação social, no compromisso com a vida, não no sentido de sua administração, mas da ampliação da liberdade com a qual se joga o seu jogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, Miriam et al. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, MEC, Ministério da Saúde/DST/AIDS, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto Ayrton Senna, 2004.

AGUIAR, Kátia. F.; ROCHA, Marisa. L. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 23 (4), (p.64-73), 2003.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AYRES, J. R. C. M. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de aids. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. **Sexualidades pelo avesso. Direitos, Identidades e Poder**. Rio de Janeiro: IMS/IERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.
Rio de Janeiro: IMS/EURJ; São Paulo: Editora 34, 1999.

BARROS, R. B..**Grupos: a afirmação de um simulacro**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

BENEDETTI, M. R.. **Toda feita. O corpo e o gênero das travestis**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPG em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

BENEDETTI, M. R.; KNAUTH, D. R.. **Apresentação dos dados da pesquisa: Pesquisa Política, Direitos, Violência e Homossexualidade**. . www.nuances.com.br. Acessado em 12/01/2006.

BESSA, M. **Os perigosos. Autobiografias & AIDS**. Rio de Janeiro : Aeroplano, 2002.

BORRILLO, D. **L´homophobie**. Paris : Presses Universitaires de France, 2000.

BOURDIEU, P. La «jeunesse » n´est qu´um mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé, paru dans Les jeunes et le premier emploi. Paris, Association des Ages, 1978, pp. 520-530. Repris in **Questions de sociologue**, Éditions de Minuit, 1984.

(p143154).Ed1992In:www.hommemoderne.org/societe/bourdieu/questions/jeunesse.html. Acessado em 12/12/2005.

BUTLER, J. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: LOURO, G. L.(org). **O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, (p.153 – 172).

_____. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Le pouvoir des mots. Politique du performatif**. Paris : Éditions Amsterdam, 2004.

_____. **Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion**. Paris, Éditions La Découvert, 2005d.

_____. « Antigone. Discurs, performance, pouvoir ». Entretien réalisé par Paul Rabinow. In : **Humain, inhumain. Le travail critique des normes. Entretiens**. Paris : Éditions Amsterdam, 2005a. (p.43 – 60)

_____., « Le genre comme performance », Entretien réalisé par Peter Osborne et Lynne Segal. In : **Humain, inhumain. Le travail critique dès normes. Entretiens**. Paris : Éditions Amsterdam, 2005b. (p.13 - 42)

_____., « Changer de sujet : la resignification radicale », Entretien réalisé par Gary A. Olson et Lynn Worsham in **Humain, inhumain. Le travail critique dès normes. Entretiens**. Paris : Éditions Amsterdam, 2005c. (p.93 – 145)

COSTA, J. F. **A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

DAOUST, V. **De la sexualité em démocratie. L'individu libre es ses espaces identitaires**. Paris : PUF, 2005.

ERIBON, D. **Michel Foucault**. Uma biografia. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

_____. **Réflexions sur la question gay**. Paris: Fayard, 1999.

_____. **Échapper à la psychanalyse.** Paris : Éditions Léo Scheer, 2005.

FEMENÍAS, M. L.. **Judith Butler : Introducción a su lectura.** Buenos Aires: Catálogos, 2003.

FERRARI, A. A 'invenção' da homossexualidade: discursos, imagens, identidades e educação. IN: **Imagem & Diversidade Sexual. Estudos da Homocultura.** LOPES, D; BENTO, B; ABOUD, S.; GARCIA, W. (orgs). São Paulo: Nojosa edições, 2004, (p.398-406)

FOUCAULT, Michel. (1967). Des espaces autres In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988.** Paris : Gallimard. (p.1571-1581).

_____. (1973). La société punitive. In : **Michel Foucault. Dits et écrits I, 1954-1975.** Paris, Gallimard. (p.1325 -1338).

_____. **Histoire de la sexualité. Tome 1: La volonté de savoir.** Paris: Editions Gallimard, 1976.

_____. (1980). Le vrai sexe. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988.** Paris : Gallimard. (p.934 - 942)

_____. (1981). De l'amitié comme mode de vie. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988.** Paris : Gallimard. (p.982 - 986)

_____. (1983). Usage des plaisirs et techniques de soi. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988.** Paris : Gallimard. (p.1358 - 1380)

_____. (1984a). Foucault. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988.** Paris : Gallimard . (p.1451 - 1455).

_____. (1984b). Le souci de la vérité. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988.** Paris : Gallimard. (p.1487 - 1497).

_____. (1984c). Une esthétique de l'existence. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988.** Paris : Gallimard. (p.1549 - 1554).

_____. (1984d). L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris : Gallimard. (p.1527 - 1548).

_____. (1984e). Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'indivinité. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris : Gallimard . (p.1554 - 1565).

_____. (1988). La technologie politique des individus. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris : Gallimard . (p.1632 - 1647).

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. DREYFUS, H e RABINOW, P. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: PELBART, P. P.; ROLNIK, S. B.(orgs): **Cadernos de Subjetividade**. Nº especial. **Gilles Deleuze**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade – PUC, 1996. (p. 197-200).

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREUD, S. **Inibição, sintomas e angústia**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

GOLIN, C. (2006). **Conflito no Nova Olaria – A limpeza dos indesejáveis**. http://www.nuances.com.br/conteudo/conteudo_comp.php?id=19&area=artigos&menu=#noticias. Acessado em 24/03/2006.

HALPERIN, D. **Saint Foucault**. Paris: EPEL, 2000.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Efeitos Foucault: dasacomodar a psicologia. In: HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. (orgs) **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSO Sul, 2005. (p. 107-127)

INSTITUTO DE ACESSO À JUSTIÇA – IAJ. **Relatório de caso**. Porto Alegre: IAJ, 2005.

KELLER, M; WERLANG, B. S. G.. Flexibilidade na resolução de problemas em tentadores de suicídio. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria** 54(2): (p.128-136), 2005.

LHOMOND, B. Les risques de transmission du VIH chez les femmes ayant des rapports sexuels avec des femmes", **Transcriptase**, n° 46, (p. 8-10), juin 1996. (versão digitalizada, disponibilizada pela autora)

LHOMOND, B; MICHAELS, S. Homosexualité/ hétérosexualité : les enquêtes sur les comportements sexuels en France et aux USA. **Journal des Anthropologues**, n°82-83, (p.91-110), 2000. (versão digitalizada, disponibilizada pela autora)

LHOMOND, B; MICHAELS, S. et al. **Jeunes et sexualités**. Rapport présenté à la Direction Générale de la Santé, Ministère des Affaires Sociales (Convention n° 17/00/02) et au Ministère de la Jeunesse et des Sports (Convention n° 000810). Lyon. 2003. (versão digitalizada, disponibilizada pela autora)

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes et al. O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Heteronormatividade e Homofobia**. http://guacira.blogdrive.com/archive/cm-4_cy-2006_m-4_d-25_y-2006_o-10.html. Acessado em 26/04/2006. Primeira versão do texto, disponibilizado no Seminário Avançado Heteronormatividade e Homofobia. 1º semestre de 2005. 2005.

MAcRAE, E. **A construção da Igualdade. Identidade Sexual e Política no Brasil da 'Abertura'**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MANZELLI, H; PECHENY, M. Prevención Del sida vih/sida em "hombres que tienen sexo com hombres" In: CÁCERES, C; PECHENY, M; TERTO JÚNIOR, V.(orgs). **SIDA y sexo entre hombres em América Latina: Vulnerabilidades, fortalezas, y propuestas para la accion. Perspectivas y reflexiones dês la salud pública, las ciências sociales y el activismo**. Lima: UPCH/ ONUSIDA, 2002. (p. 103-138)

MARCONDES FILHO, W et al. Tentativas de suicídio por substâncias químicas na adolescência e juventude. **Adolesc. Latinoam**. v.3 n.2 Porto Alegre nov. 2002

MENEGHEL, S. N; VICTORA, C. G. et al. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Rev. Saúde Pública** vol.38 no.6 São Paulo Dec. 2004

MENDES-LEITE, R. Sens et contexte dans lês recherches sur lês (homo) sexualités et le sida : réflexions sur le sexe anal. In : BROQUA, C; LERT,F. et al (orgs). **Homosexualités au temps du sida**. Paris : ANRS, 2003.

MICHAIL, S T. A leitura dos filósofos In: **Retratos de Foucault**. CASTELO BRANCO, G e PORTOCARRERO, V. (orgs). Rio de Janeiro: Nau, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. “**Relatório de Vistoria – nº 297/05**”. Porto Alegre: MP do RS, 2005.

MONTEIRO, S. **Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca**. RJ: Editora Fiocruz, 2002.

MONTEIRO, S; CECCHETTO, F. Trayectorias juveniles e intervenciones sociales: repercusiones en las prácticas sociales y en la salud (Río de Janeiro, Brasil). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(1), (p.193-200), jan, 2006.

MOTT, L. **Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 1998**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

NARDI, H. C; POCAHY, F. A. South America, LGBT youth and issues.. In: James T. S. (Org.). **Youth, education, and Sexualities: an international encyclopedia**. 1 ed. Westport, v. 2, (p. 817-821), 2005.

NARDI, H. C; SILVA, R. N. Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: **Foucault e a Psicologia**. HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. (orgs). Porto Alegre: ABRAPSO Sul, (p.93105), 2005.

NARDI, H. C; RIGONI, R. Q. Marginalidade ou cidadania? a rede discursiva que configura o trabalho dos redutores de danos. **Psicol. estud.** vol.10 no.2 Maringá May/Aug. 2005.

NUANCES/ NUPACS - UFRGS/ CLAM – IMS - UERJ/ CESeC - UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 8ª Parada Livre de Porto Alegre/RS**. NUANCES; CLAM/UERJ; CESeC/Cândido Mendes; NUPACS/UFRGS; 2005, (no prelo)

NUANCES. Projeto Gurizada. Saindo do Armário e Entrando em Cena. **Documentação**. Porto Alegre: nuances, 2005b.

NUANCES. **Banco de dados sobre assassinatos de homossexuais no RS**. Porto Alegre: nuances/ banco de dados, 2006.

NUANCES. **Relatório das atividades do primeiro trimestre. Projeto Rompa o Silêncio. Centro de Referência em Direitos Humanos**. Porto Alegre: nuances, 2006.

OLIVEIRA, C. S. **Brasil, além do ressentimento**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

PAIVA, V. **Fazendo arte com a camisinha – Sexualidades jovens em tempos de AIDS**. São Paulo: Sumus Editorial, 2000.

PARKER, R. **Abaixo do Equador. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. . **Psicol. Soc.**, Sept./Dec. 2005, vol.17, no.3, (p.18-25).

PN DST/AIDS. Ministério da Saúde. Brasil. **Prevenção. Áreas de atuação. Redução de Danos**. www.aids.gov.br. Acessado em 20/03/2006.

PN DST/AIDS. Ministério da Saúde. Brasil. **Prevenção. Áreas de atuação. Criança, Adolescente e Jovens**. www.aids.gov.br. Acessado em 20/03/2006.

REVEL, J. **Le vocabulaire de Foucault**. Paris: Ellipses, 2002.

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. Coleção documentos website. **Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2005. (texto disponível em www.clam.org.br)

RIOS, R. R. **A homossexualidade no direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Esmafe, 2001.

RIOS, L. F., PIMENTA, C., BRITO, I. et al. Rumo à adultez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. **Cad. CEDES**. [online]. ago. 2002, vol.22, no.57 [citado 01 Maio 2006], p.45-61. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000200004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-3262.

RIOS, L. F.. **O Feitiço de Exu: Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2004.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, S; BARCELLOS, C; CARVALHO, M; FLÔRES, R. Detecção de aglomerados Espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Cad. Saúde Pública** vol.17 no.5 Rio de Janeiro Sept./Oct. 2001.

SEÇÃO DE CONTROLE DAS DST/AIDS. SECRETARIA DA SAÚDE DO RS. **AIDS: a magnitude do problema.** <http://www.saude.rs.gov.br/aids.php>. Acesso em 15/12/2004.

SONTAG, S. **Le sida et ses métaphores.** Paris: Christian Bourgois Éditeur, 2005. 3^{eme} ed.

SOS HOMOPHOBIE. **Rappor sur l'homophobie 2005.** Paris: SOS homophobie, 2005.

TAVARES, T. G. A cidade e a alfabetização das crianças das classes populares: algumas considerações In: **25º reunião anual da ANPED, Caxambu.** 25º reunião anual da ANPED. Anped, 2002, v.1.

TERTO JR, V; PARKER, R (orgs). **Entre homens. Homossexualidade e aids no Brasil.** Rio de Janeiro: ABIA, 1998.

TERTO JR, V. Soropositividade e políticas de identidade no Brasil. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. **Sexualidades pelo avesso. Direitos, Identidades e Poder.** Rio de Janeiro: IMS/IERJ; São Paulo: Editora 34, 1999, (p.99 – 119)

TERTO JR, V; SOARES, L. **Homossexualidade e juventude: uma discussão sobre atração e sexo com o mesmo sexo.** Texto disponibilizado em meio digital, não publicado. Porto Alegre: UFRGS/NUPACS, 2004.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

UNESCO. **AIDS: o que pensam os jovens**. Brasília : UNESCO, UNAIDS, 2002.

UNFPA. **Global Youth Partners**. <http://www.unfpa.org/hiv/gyp/index.htm>. Acesso em 01/05/2006.

VENTURA, M. Direitos humanos e AIDS : o cenário brasileiro. In: PARKER, R; GALVÃO, J; BESSA, M. **Saúde, Desenvolvimento e Política. Respostas frente à AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro : ABIA/ Editora 34, 1999, (p. 263 – 338).

VERDIER, É. **Recherche-action « discriminations vécues ou craintes chez les jeunes et conduites à risque léthal - Année 1 (2003-2004)**. Paris: Ligue des droits de l'Homme, 2005.

VERDIER, É; FIRDION, J-M. **Homosexualités & suicide. Les jeunes face à l'homophobie. Études, témoignages et analyse**. Paris : H & O éditions, 2003.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. LOURO, G. L.(org). Belo Horizonte: Autêntica, 2000, (p. 35 – 82).

Filmes:

PIXOTE – A lei do mais fraco. Direção de Hector Babendo. [Brasil], 1981. 1 filme (120min)

MADAME Satã. Direção de Karin Aïnouz. [Brasil]. 2002. 1 filme (107min)